

II JORNADAS APDIS

Lisboa, 24 e 25 de Fevereiro de 1994

COOPERAÇÃO
O grande desafio

ACTAS

COIMBRA
APDIS
1996

SUMÁRIO

• Sessão de abertura	3
• Gestão integrada de recursos: cooperação, inteligência, espaços virtuais para futuras bibliotecas em rede <i>Carlos Campos Morais</i>	10
• Il contributo italiano per una guida alle biblioteche biomediche europee <i>Demetrio R. Cichi</i>	27
• Gestione di risorse integrate per il recupero dell'informazione e la fornitura del documento: esperienze italiane <i>Gabriella Poppi</i>	35
• Documentos de referência <i>Lucília Paiva</i>	45
• Protocolos de intercâmbio de informação <i>Antónia Pereira da Silva; Helena Margarida Donato</i>	53
• Protocolos de intercâmbio de informação: um serviço nacional de empréstimo interbibliotecas <i>Lúcia Veloso</i>	56
• Marketing dell'informazione nelle biblioteche e nei centri documentari italiani <i>Adriana Dracos; Maria Castriotta</i>	72
• Marketing dos serviços de informação <i>M. Rosário Leitão</i>	82
• La rete SBN e la biblioteche biomediche <i>Ornella Foglieni</i>	92
• O catálogo colectivo em linha das bibliotecas portuguesas - PORBASE: 5 anos de experiência de cooperação em informação <i>Fernanda Maria Guedes de Campos</i>	101
• O impacto do conceito de redes de conectividade e cooperação na transferência da informação nos meios académicos <i>Célia Ribeiro Zaher</i>	115
• Conclusões	134

SESSÃO DE ABERTURA

Estiveram Presentes:

- Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos
Prof. Doutor Carlos Silveira
- Director-Geral da Saúde
Dr. João Manuel Nunes de Abreu
- Director do Instituto Nacional de Saúde
Dr. José Bandeira Costa
- Presidente do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento
Dr. José António Aranda da Silva
- Director-Geral do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde
Dr. Luís Magão
- Bastonário da Ordem dos Médicos representado por:
Dr. Henrique Vaz Velho
- Enfermeira *Dr^a Mariana Diniz de Sousa*
- Presidente da APDIS
Dr^a Lucília Paiva

DISCURSO DE ABERTURA

Lucília Paiva

EXM^{OS} SENHORES:

- BASTONÁRIO da ORDEM DOS FARMACÊUTICOS
- DIRECTOR GERAL DA SAÚDE
- DIRECTOR DO INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
- PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA FARMÁCIA E DO MEDICAMENTO - INFARMED
- DIRECTOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA SAÚDE
- DR. HENRIQUE VAZ VELHO; REPRESENTANTE DO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS
- ENFERMEIRA DR^A MARINA DINIS DE SOUSA

Caros Participantes

Vão realizar-se as II Jornadas APDIS subordinadas ao tema "Cooperação, o grande desafio", inserindo-se este encontro na linha de orientação da actividade que esta Associação vem desenvolvendo desde a sua criação em 5 de Fevereiro de 1991.

São bem claros os seus estatutos quando afirmam no Artº II "A APDIS tem por fim o desenvolvimento da documentação e informação de Saúde no país e a sua articulação com sistemas ou redes nacionais e internacionais, contribuindo, deste modo, para a investigação, formação de pessoal e desenvolvimento de cuidados de saúde em Portugal".

Não somos uma Associação de profissionais que pretende defender os seus interesses de classe, mas sim uma associação de profissionais, organismos e utilizadores que pretendem defender o desenvolvimento da documentação e da informação com o grande objectivo de constituir uma rede de informação de saúde.

O que se deseja é desenvolver e promover as bibliotecas e os serviços de documentação aumentando, racionalizando, potencializando e disponibilizando de forma integrada todos os recursos existentes.

Com esta finalidade foram já desenvolvidos vários trabalhos de que destacaremos a publicação das 2^{as} edições, que hoje aparecem a público, da "Lista de Publicações Periódicas existentes em Bibliotecas e Serviços de Documentação da área da Saúde em Portugal" e do "Repertório das bibliotecas e serviços de informação em saúde", instrumentos do maior interesse nacional e aos quais outros pretendemos acrescentar.

Saliente-se, ainda, que em Portugal a área da Saúde é pioneira e a única que desenvolve este tipo de actividade.

Não é fácil a tarefa a que metemos ombros e só o entusiasmo e um sério profissionalismo têm possibilitado o percurso já efectuado, e encarar com optimismo e esperança o que ainda falta percorrer.

Organizarmo-nos à medida das nossas realidades e necessidades concretas, sem imposições nem orientações desajustadas, utilizando as nossas estratégias com uma filosofia muito própria foi o caminho que escolhemos.

Moveu-nos, também, a responsabilidade que sentimos numa definição de uma política correcta de informação e a consciência que temos da sua importância no mundo actual. Que a ela e aos serviços que a prestam seja reconhecido, no nosso país, o valor que lhes é atribuído a nível internacional é o que esperamos.

Mas, para os resultados que temos alcançado queremos deixar bem expresso, o quanto têm contribuído os vários organismos, não só através de tantas facilidades e apoios concedidos, como pela confiança que depositaram nesta Associação.

E isto está bem patente, no número de sócios colectivos, dos mais variados organismos da área da saúde, que a ela têm aderido.

Sentimos, deste modo, que é bem real a forte consciência de que são juntando forças, numa participação activa de organismos, profissionais e utilizadores num projecto que é de todos, será possível acompanhar o processo, dando as respostas adequadas aos grandes

desafios que hoje nos são postos face ao desenvolvimento da informação. E ao referirmos o valioso apoio dos vários organismos, permitam-me que destaque a Direcção Geral da Saúde que logo no momento da criação da APDIS e então designada Direcção Geral dos Cuidados de Saúde Primários, a acolheu dando-lhe a sua primeira sede provisória.

A temática destas Jornadas traduz o nosso reconhecimento do valor que, cada vez mais, se deve atribuir à cooperação nesta área de actividade.

Todos sentimos a força do seu poder e o vazio da sua ausência.

No actual mundo da informação, não é mais possível sobreviver no isolamento ou numa autosuficiência insensata. A ideia de que só cooperando será possível realizar desde as tarefas mais simples aos projectos mais ambiciosos, não pode, de forma alguma, abandonar os profissionais.

E é para cooperar que nos juntamos aqui, para debater questões que nos preocupam, para encontrar soluções para os problemas que enfrentamos no dia a dia, para conseguir, em conjunto, realizar projectos que isoladamente seriam impensáveis.

E quisemos também partilhar a nossa atitude com colegas de outros países que movidos pelo mesmo espírito aqui estão a cooperar connosco, trazendo-nos a sua experiência e o seu saber, num intercâmbio de ideias certamente muito saudável.

Referimo-nos aos nossos colegas de Itália e de Angola e à Directora do Centro Latinoamericano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde da Organização Panamericana da Saúde, Organização que disponibilizou para ser usado em Portugal a tradução da Bireme do Taurus da National Library of Medicine, que acederam ao nosso convite e aqui estão presentes, a quem desejamos expressar o nosso sincero agradecimento.

Fazemos votos para que os trabalhos que aqui vão decorrer sejam do maior interesse e utilidade para todos.

Aos Ex^{mos} Senhores

- Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos
- Director Geral da Saúde

- Director do Instituto Nacional de Saúde
- Presidente do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento - IFARMED
- Director Geral do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde
- Dr. Henrique Vaz Velho, representante do Bastonário da Ordem dos Médicos
- Enfermeira Drª Mariana Dinis de Sousa

muito obrigada por nos honrarem e darem ânimo com a vossa presença. Podem certamente contar com a APDIS.

O nosso sincero agradecimento, também, para todos os colegas que aceitaram cooperar connosco através das comunicações que nos vão apresentar, ou que aceitaram moderar os debates que esperamos vivos, participados e ricos de ideias e propostas.

A todos os participantes desejamos um bom trabalho.

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS

Moderador: *Lucília Paiva*

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS
COOPERAÇÃO, INTELIGÊNCIA, ESPAÇOS VIRTUAIS
NAS FUTURAS BIBLIOTECAS EM REDE

Carlos Campos Morais(*)

INDICE

- 1 - A MUDANÇA INCESSANTE QUE NOS ENVOLVE
- 2 - O FUNCIONAMENTO EM REDE: PARA UMA VIABILIZAÇÃO DO LOCAL, DO REGIONAL E DO GLOBAL
- 3 - O ESCOPO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS
- 4 - A GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS
- 5 - A RCCN, REDE DA COMUNIDADE CIENTÍFICA NACIONAL
- 6 - *COOPERAÇÃO, INTELIGÊNCIA, ESPAÇOS VIRTUAIS, NAS FUTURAS BIBLIOTECAS EM REDE*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO

II Jornadas APDIS, Lisboa, Fevereiro de 1994

(*) - Conselho Executivo da FCCN
Investigador-Coordenador do LNEC
Avaliador do Programa Europeu de Bibliotecas

FCCN - Fundação para o Desenvolvimento dos Meios Nacionais de Cálculo Científico
Av. do Brasil, 101 - 1799 Lisboa Codex. Tel: 8481906. Fax: 8472167.
Email: Carlos.Morais@LNEC.PT

1 - A MUDANÇA INCESSANTE QUE NOS ENVOLVE

Inúmeras ocasiões houve na história do desenvolvimento da humanidade em que foram necessárias centenas de milhares de anos para que o Homem efectuasse progressos imperceptíveis. Hoje, na soleira da porta do novo milénio, somos espectadores aturdidos pela vertigem das mudanças, pela imposição das conquistas do saber, pela acutilância das novas tecnologias, pelo desafio dos novos problemas criados.

Dentro de muito pouco tempo, entraremos num novo século e, ao mesmo tempo, num novo milénio e muitos (alguns?) de nós levarão então aos lábios a taça de champanhe, entre a nostalgia de um século que não viram nascer e a ansiedade face a um século que não verão morrer. Crise, mudança e mutação que se traduzem por grandes ameaças (muitas delas de novo tipo) de natureza geo-ambiental como a superpopulação e a escassez de alimentos e água potável, a depleção da camada de ozono provocada pelo uso indiscriminado dos CFC, o efeito de estufa na atmosfera provocando a subida do nível médio das águas e a inundação de vastíssimas áreas, a destruição maciça de florestas e o consequente avanço das áreas desérticas, a extinção de espécies biológicas, as catástrofes naturais, ecológicas e nucleares, a proliferação dos lixos urbanos e de materiais altamente poluentes como os detritos nucleares e outros, as chuvas ácidas provocadas por indústrias pesadas não controladas, o aumento da contaminação dos ares e dos oceanos, etc. Em Novembro de 1992 mais de 1500 cientistas de 70 países, entre os quais se contavam 99 dos 196 Prémios Nobel vivos, subscreveram um texto intitulado "Aviso dos Cientistas do Mundo à Humanidade" dirigindo um apelo à resolução urgente dos problemas ambientais do planeta e alertando para que a Humanidade se está "a aproximar com rapidez de muitos dos limites da Terra".

Ao mesmo tempo perfilam-se os terríveis espectros do Apocalipse: Guerra, Fome, Miséria, Droga, Racismo, Doenças epidémicas e pandémicas, intolerância religiosa, que quotidianamente nos entram pelos media e especialmente pela Televisão. A distribuição da riqueza é cada vez mais assimétrica: os ricos são cada vez mais ricos, os pobres são cada vez mais pobres, e o fosso transforma-se em abismo insuperável. Num relatório sobre o desenvolvimento humano publicado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), refere-se que *"(...) perto de 83 por cento do rendimento mundial está actualmente nas mãos dos vinte por cento de países mais ricos. Para os 20 por cento mais pobres, resta apenas 1,4. Na década de sessenta, o quinhão dos mais ricos era de 70 por cento, sendo o dos mais pobres de 2,3. (...)".*

Estas ameaças e espectros são-nos vizinhos e, tantas vezes inesperadamente, entram-nos pela porta dentro. Certamente exigem poderosas mobilizações a nível cívico, político, social, técnico e científico. Paralelamente, é neste último nível que se configuram grandes e exaltantes desafios ao nosso intelecto, capacidade de aplicação e desenvolvimento da inteligência e de mobilização de recursos, pela comunidade e pelas instituições científicas, para prosseguir na tarefa inacabável de entender tantas e tão desafiantes questões como:

- a cosmogénese: onde estamos e que coisa é esta onde assentamos os pés?
- o aparecimento da vida: donde viemos (e para onde vamos?)
- a procura da vida extraterrestre: estamos sózinhos?
- o conhecimento dos constituintes íntimos da matéria: de que coisa estranha somos e é tudo isto feito? (*that's the stuff the dreams are made of?*)
- o estudo do genoma humano: a maior base de dados do Universo?
- o estudo do cérebro, a biotecnologia, os novos materiais, etc.

Não é dispiciendo salientar e sublinhar o carácter planetário das ameaças, espectros e problemas enunciados. Grandes males exigem grandes remédios e a união faz a força, são

aforismos conhecidos. Estão as TI à medida da globalização dos problemas e da própria globalização da economia? É sem dúvida no campo das telecomunicações e da criação de redes que a resposta é mais nítida. A *aldeia global*, conhecida metáfora de Marshall McLuhan, é o globo de cristal em que, no campo das comunicações, o mundo se tornou, permitindo-nos espreitar por cima do ombro e ler o jornal do nosso vizinho dos antípodas. Uma informação global chega-nos, em tempo real, de todos os azimutes. Acabamos por ter mais olhos que barriga e andamos enfartados de informação, que não conseguimos processar em toda a sua diversidade e potencialidades. A distância tornou-se transparente, mas, nas florestas de cimento das megalópolis, a proximidade é terrivelmente distante e há naufragos solitários sem fim a soçobrar no arquipélago-mundo. Na aldeia global. É neste clima, em que o global apresenta cada vez maior relevância, que o local pode e deve realçar a sua importância, obedecendo os dois níveis a uma coexistência indispensável para defrontar as novas realidades com uma nova estrutura diferenciadora.

2 - O FUNCIONAMENTO EM REDE: PARA UMA VIABILIZAÇÃO DO LOCAL, DO REGIONAL E DO GLOBAL

O Homem, nas suas vertentes individual e social, nos diferentes planos biológico, filosófico, económico, etc., assiste e adequa-se às mudanças no seio das organizações (dos mais diferentes tipos) que constroi, *mudando* as organizações em conformidade com as *mudanças* exteriores (chamemos-lhes *mudanças contextuais* ou *ambientais*). Em termos sistémicos, se o modelo que construímos (por exemplo das organizações), para compreender essa realidade ou para nela intervir, é um *sistema aberto, integrado e autorregulado*, poderemos estar face a dois tipos notáveis de situações envolvendo a competição:

- (i) - *O ambiente do sistema é estável.* Então a competição faz-se essencialmente por alterações no próprio sistema, tornando-o *mais eficiente, mais poderoso, mais combativo*. As economias de escala tornam-se indispensáveis e as organizações tornam-se *grandes*: empresas, exércitos, navios, etc. É o primado da homogeneização e da *centralização/concentração* características da *sociedade industrial*.
- (ii) - *O ambiente do sistema torna-se instável.* As grandes organizações (que, nos empreendimentos de desenvolvimento social e económico de tipo *faraónico* se designam vulgarmente por *elefantes brancos*) não se adaptam (devido à inercia que se associa à sua grande massa) às mudanças exteriores com suficiente presteza e entram em perda e declínio com efeitos, em geral, acentuadamente nefastos (*grande nau, grande tormenta*).

A primeira reacção para aligeirar a organização é no sentido da *desconcentração*, distribuindo as diferentes partes mas mantendo centralizado o *centro das decisões*. Esta situação, mesmo que com comunicações eficientes apoiadas tecnologicamente, é ainda *homogeneizante* (as partes desconcentradas tendem a tornar-se *clones* do centro) e, como tal, é *reduzora da diversidade*.

Outra reacção, no polo oposto, geradora do *máximo de diversidade*, consiste na distribuição por pequenas unidades (*small is beautiful*) autónomas, cada uma com o seu centro de decisão. Esta atitude torna-se fortemente negativa se o ambiente é agressivo e não permite a subsistência das pequenas organizações. Por outro lado a diversidade alcançada não coexiste com nenhum nível de unidade total ou parcial. Esta nova situação, com este tipo de *articulação entre a diversidade e a unidade* só é implementável em rede, de preferência com

apoio tecnológico de comunicações (*rede de dados*), sendo então viável a invocação do nível **local** e de níveis superiores (**sub-regional, regional, global**) de acordo com o princípio da **subsidiariedade**. Ou seja: uma pequena organização, usufruindo da sua própria diversidade, resolve todos os problemas que se colocam ao seu nível. Para abordar os que não consegue resolver (e só para esses), *associa-se a nível superior*. Trata-se de um tipo de *federalismo* hoje objecto de análise especial, com particular incidência na problemática da UE mas cujo princípio é aplicável a muitos tipos de organizações. Entre elas as **bibliotecas**.

Numa tal *rede*, com vários centros de decisão, há *espaços reais* (a nível local, das organizações com existência física) e *espaços virtuais* resultantes dos vários cenários de associativismo combinatório. A **cooperação** é, por princípio e excelência, a forma de trabalho possível, o que se torna patente, por exemplo, na designação *Computer Supported Cooperative Work (CSCW)* usada para a disciplina que, no domínio das Ciências Sociais e Humanas, se destina ao estudo *das novas formas de trabalho de grupo em rede*. A *inteligência*, distribuída na rede, constitui uma nova constelação de capacidades e potencialidades acrescidas, diversificando-se os níveis de decisão e utilizando, com frequência, formas de trabalho de processamento paralelo.

Na *tecitura* desta nova arquitectura algumas questões importantes devem ser tidas em conta:

"(...)- qualquer forma de organização de nível superior deverá respeitar o princípio fundamental dos sistemas abertos, ou seja, não reduzir mas antes ampliar a diversidade dos sistemas de nível mais baixo;

- as novas formas de organização devem ser suportadas em redes formadas por outras redes de nível inferior;
- é essencial construir a linguagem de cada rede e integrar as interfaces das suas componentes;
- a normalização/integração devem ser feitas com regras de interoperabilidade e não pela moldagem segundo um padrão. (...)

(...) Organizações sociais, de qualquer espécie, necessitam, cada vez mais, para sobreviver, de desenvolver actividades de cooperação. Vivemos numa sociedade em mutação que se move para uma sociedade de cooperação cultural." [Morais, C.; Marcelino, H., 1992].

Desenvolvimento e cultura deverão ser aproximados e mutuamente polarizadores, como traço distintivo de uma nova forma de actuar. Repare-se como se situam as bibliotecas no seu muito importante papel cultural.

3 - O ESCOPO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS

Uma palavra sobre a importância e a actualidade das bibliotecas e as responsabilidades inerentes que lhes incumbem, bem como as consequências benéficas de se poderem considerar como integrantes de um *sistema cultural*.

O *desenvolvimento social*, de raiz essencialmente económica e tecnológica, deve cada vez mais ser acompanhado pelo *desenvolvimento cultural* (artístico, literário, filosófico, científico, técnico, organizacional, etc.) sob pena de distorções, no progresso e no devir da humanidade, que se tornam irreparáveis. As bibliotecas, como os museus, os arquivos, são entidades imprescindíveis para a conservação e a difusão da cultura, pois representam a

memória da humanidade. Um país, uma nação, sem bibliotecas (ou sem um conjunto vasto de bibliotecas activas, dinâmicas e vivas) perde qualquer capacidade de utilizar a sua memória para decidir sobre a sua evolução. Isto porque, ainda em termos *sistémicos*, o subsistema de direcção de um dado sistema necessita, para fins de *decisão* (isto é, de autorregulação do sistema) de consultar a *memória*, bem como de utilizar a *investigação* e a *inovação*, para simular as trajectórias do sistema e escolher uma. [Morais, C., 1983].

Num importante texto de Javier Perez de Cuellar (actual Presidente da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento), publicado no *jornal O Público* de 940222, intitulado *A cultura, chave do século XXI* pode ler-se:

"(...) se não queremos entrar no terceiro milénio às arrecuas, teremos que repensar o desenvolvimento. Teremos que repensar a própria noção de cultura. É necessário que aprofundemos - uma vez que isto nunca foi feito a nível mundial - as relações entre cultura e desenvolvimento. (...) uma iniciativa mundial de crescimento duradouro apenas se poderá basear no desenvolvimento cultural.

(...) A nossa comissão definiu três objectivos, intimamente ligados: promover novos modelos de desenvolvimento, conjugados com novas políticas culturais; promover a diversidade cultural; promover uma nova dinâmica cultural de mudança social. (...) os nossos modelos de desenvolvimento, que se baseiam na expansão contínua do consumismo material, não são nem viáveis nem indefinidamente extensíveis. Eles não só destroem o tecido das culturas, como ameaçam a biosfera e, portanto, a sobrevivência da humanidade.

(...) As cartas do século XXI estão a ser baralhadas sob os nossos olhos. Bastará evocar a revolução científica e tecnológica, a irrupção da sociedade de comunicação generalizada, a mundialização da economia, os abalos políticos e a actual tensão entre a integração do mundo e a desintegração das nações. O nosso universo encontra-se pejado de perigos e de incertezas e, no entanto, é rico em potencialidades inéditas. (...) É preciso reconciliar o vidente e o decisor, a visão e a previsão, o criador e o economista. (...)"

O facto de uma biblioteca ser um subsistema do *sistema cultural* (no sentido geral acima utilizado) de uma sociedade tem implicações de vizinhança que contribuem para superar determinado tipo de atrasos, que ainda se verificam, designadamente no que se refere a aspectos tecnológicos. As instituições que, por excelência, são *reprodutoras do saber* (e também *produtoras de novo saber*), isto é, as Universidades, possuem bibliotecas que podem e devem beneficiar dos progressos tecnológicos (designadamente a nível da utilização de infraestruturas em redes e sistemas multimédia) que são usufruídas por toda a instituição e que são desenvolvidas e geridas por quem tem competência para o fazer (designadamente os respectivos Centros de Informática). No caso das bibliotecas não universitárias será por via da identidade que possuam em relação ao *sistema educativo, de ensino ou formação* (no caso das bibliotecas ligadas ao ensino não universitário), ao *sistema científico e técnico* (naquelas que pertencerem a centros ou instituições de I&D não integradas em Universidades), ao *sistema administrativo central ou local* (caso das bibliotecas públicas nacionais ou municipais) que é viável estabelecer os laços de inter-dependência que as aproxime mais ou menos das universidades. Em qualquer caso trata-se de um *desenho de constelação* tendo por *núcleo central* as Universidades, que constitui um modelo que vale o que vale. Há no entanto, lógica subjacente para que tal modelo sirva de motor de modo a contribuir para uma *modernização tecnológica acelerada* no campo das tecnologias de informação.

Torna-se assim oportuno referir o papel das *redes académicas* e, em especial, a RCCN, *rede académica portuguesa* ou *rede da comunidade científica nacional*.

4 - A GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS

O conhecimento da realidade (e a intervenção nela) com base na Teoria do Sistema Geral (General System Theory) [Bertalanffy, 1968], [Le Moigne, 1977] continua a ser uma base indispensável para o conhecimento. O seu ensino é imprescindível para uma educação evoluída e inteligente e deveria processar-se a partir de bem cedo pelo carácter estruturante e básico que lhe é inerente, um pouco como foi reconhecido nos anos 50-60 relativamente à Teoria dos Conjuntos.

De entre os diferentes possíveis modelos que são representáveis por sistemas sobressaiem, oriundos da metáfora que é possível construir relativamente aos organismos vivos, os **sistemas abertos, integrados e autorregulados**, referidos por exemplo em [Morais, C., 1983]. São sistemas que trocam informação com o seu meio ambiente, que mantêm, no seu dever, as relações e componentes essenciais e que possuem capacidade de garantir a sua finalidade, isto é, a sua própria **eficácia**.

Não há garantia de **eficácia** (*effectiveness*) desligável da capacidade de **eficiência** (*efficiency*). Daí que adquira tanta relevância a **gestão integrada de recursos**. Que principais recursos há a considerar numa **biblioteca**?

- (i) - **Recursos humanos** . São, obviamente, em qualquer organização, o primeiro recurso. A actualização tecnológica e metodológica é primordial, designadamente para os técnicos de informática, nos domínios de redes, arquivos de informação, leitores/digitalizadores e multimédia. Dada a sofisticação tecnológica actual é chave para o êxito da actualização tecnológica o estabelecimento de cooperação estreita entre técnicos BAD e técnicos informáticos caso estes últimos existam nas organizações (com ou sem Centros de Informática). A problemática da formação é de primeira importância.
- (ii) - **Recursos de equipamento**. A infraestrutura de rede é o primeiro investimento: criação de uma Rede de Área Local (ou conexão à previamente existente na organização) e conexão desta a redes de maior área. Servidores específicos para diversos tipos de tarefas, entre eles a **gestão integrada da biblioteca**, são elementos importantes ligados à Rede. É interessante verificar quais são os principais tópicos relacionados com investigação em temas técnicos e tecnológicos da British Library previstos para o período de 1993-1998:
 - redes
 - *electronic publishing* incluindo o desenvolvimento de *jornais electrónicos*
 - distribuição de documentos à distancia
 - digitalização de recursos de informação
 - novas abordagens à pesquisa de informação (*information retrieval*) sob perspectiva teórica e aplicada
 - tratamento de imagem e multimédia

O pano de fundo do progresso tecnológico promete incursões fulminantes um pouco por toda a parte: realidade virtual, ISDN, supercomputação *desktop*, *dependable computing*, massificação de multimédia, redes com velocidade de transmissão ultra-rápidas, chips de 128 bit, redes de muitos Mega bits/segundo, etc. É previsível também que se reforcem conceitos como:

- segurança e confidencialidade da informação
- distribuição
- amigabilidade
- ferramentas de desenvolvimento
- escalabilidade
- integração
- *down sizing*
- qualidade
- transparência
- *computer aided X*

Nos últimos três anos notaram-se progressos tecnológicos especialmente acentuados, que viabilizaram em larga escala o "encurtamento" do tempo e do espaço (tendendo, na prática, à sua "eliminação"). Esses progressos tecnológicos verificaram-se sobretudo nos seguintes domínios:

- sistemas distribuídos, a nível de sistemas operativos e de bases de dados
- comunicações, a nível de velocidades de transmissão e de protocolos "normalizados" (designadamente o protocolo de comunicações comumente referido como TCP/IP)
- interfaces "homem-máquina", designadamente a generalização dos ecrans com janelas e especialmente do WINDOWS.

Redes, bases de dados e janelas possibilitaram e possibilitam novas formas de processamento da informação (e acesso às suas fontes), novas formas de relacionamento e comunicação, novas formas de trabalho.

Se acrescentarmos às ferramentas distribuídas outras do foro multimédia, viáveis também através de suportes de comunicação muito rápidos e integrativos (voz, vídeo, foto, para além dos meios tradicionais), bem como suportes de grandes volumes de informação (discos ópticos, discos compactos), leitores rápidos (scanners) que permitem "digitalizar" qualquer tipo de informação com suporte impresso, etc. temos um ambiente/panorama completamente novo que exige (pede, induz, gera, viabiliza) novos tipos de funcionamento.

- (iii) - **Recursos documentais.** Os *fundos documentais* de uma Biblioteca são o seu recurso mais importante por estarem directamente ligados à sua eficácia. Hoje pode considerar-se *Biblioteca* como um conceito alargado, envolvendo *suportes audiovisuais*, sofrendo a própria informação alfanumérica e gráfica, com materialização nos livros tradicionais, uma transmutação para novos suportes multimédia.

Numa gestão integrada de recursos, com base na conexão por rede de diferentes bibliotecas, os seus fundos documentais podem ser geridos numa perspectiva mais ampla: por correio electrónico podem obter-se informações rápidas de diferente natureza sobre a existência ou localização de uma dada obra; por acesso em rede ao catálogo de publicações de um dado domínio de especialização é possível tomar opções rápidas e fundamentadas relativamente a uma linha de investigação ou um estudo.

Futuramente, quando se generalizar a digitalização dos livros, os fundos tiverem um suporte electrónico e os problemas jurídicos relacionados com direitos de autor estiverem devidamente equacionados e resolvidos, poder-se-á gerir melhor o acesso a fundos comuns.

- (iv) - **Recursos financeiros.** Uma gestão integrada permite melhor direccionar os investimentos, quer devido a políticas adoptadas, quer devido a circunstâncias conjunturais. Deve notar-se que o investimento tecnológico (e o necessário investimento em recursos humanos e formação) pode apresentar-se como prioritário, se incidir sobre redes, face mesmo ao investimento em fundos documentais, pelas razões já expostas de se conseguir, através da infraestrutura em rede, um acesso a nova informação e uma economia apreciável no direccionamento dos investimentos documentais.
- (v) - **A gestão integrada de recursos e a especialização.** Num cenário bastante mais evoluído do que o actual, em que haja um *tecido* amplo de bibliotecas interligadas por rede, é viável que uma forma de cooperação seja a *especialização*, por exemplo num dado domínio do conhecimento enquadrado em domínios mais vastos.

Este e outros tipos de cooperação não resultam necessariamente de uma planificação efectuada por um centro de decisão superior, mas do *associativismo* suportado em protocolos inter-institucionais que existem enquanto valer a pena e houver interesses mútuos.

5 - A RCCN, REDE DA COMUNIDADE CIENTÍFICA NACIONAL

A RCCN (Rede da Comunidade Científica Nacional) é a rede Académica Portuguesa, plenamente reconhecida como tal pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), órgão representativo das Universidades públicas no nosso país e implementada sob orientação do Conselho de Fundadores da Fundação para o Desenvolvimento dos Meios Nacionais de Cálculo Científico, FCCN, onde tem assento, além do CRUP, a JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) e o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil).

O objectivo principal da FCCN, no seu início, foi fundamentalmente o da criação de Centros de Computação Científica Rápida para a comunidade científica. Perante a necessidade de estender o acesso do maior número possível de investigadores, especialmente os de fora da região de Lisboa, a este tipo de recursos, dispendiosos e sempre escassos, bem como a outros recursos e serviços, a FCCN adoptou, a partir de 1989, como novo projecto, o estabelecimento de uma Rede de Comunicação de Dados de âmbito nacional. Esta rede, destinada a interligar todas as Instituições de Ensino Superior e Laboratórios de Investigação no âmbito dos Fundadores, passou a constituir um projecto da FCCN que, como atrás se referiu, foi designado por Rede da Comunidade Científica Nacional, RCCN.

O problema das comunicações na comunidade científica deveria contemplar muitos outros serviços para além do simples acesso por terminal a computadores. Tornava-se necessário organizar e operacionalizar não só todo esse conjunto de serviços, sobre uma infraestrutura de rede de transmissão de dados, como também, e principalmente, montar a respectiva estrutura de gestão, tarefas nada triviais e de uma grande complexidade.

Iniciada como projecto em 1989 e lançada definitivamente no início de 1991, a RCCN pode considerar-se hoje uma infraestrutura em fase de pré-produção. Possui um plano técnico e um orçamento anual de funcionamento de cerca de 100 mil contos, que, dado o elevado montante, exige esforços cuidados no sentido da captação de financiamentos adequados. Pertence a esta categoria o financiamento em curso pela UE de um projecto ESPRIT que pressupõe no entanto uma importante contrapartida de financiamento nacional.

A RCCN possibilita à Comunidade Científica a utilização de serviços baseados em diferentes tecnologias, de uma forma integrada, que constituem os Serviços Avançados de Telecomunicações de uso comum. As tecnologias adoptadas são tanto as normalizadas como as proprietárias, tais como OSI/CCITT, TCP/IP, IBM/NJE/EARN, DECnet, etc.

Têm-se procurado sempre encontrar plataformas de conciliação entre os interesses de identidade e independência dos vários grupos de investigadores no País face às suas preferências tecnológicas, e a indispensável necessidade de harmonização que possibilite a interconectividade.

Um dos resultados óbvios é o da rendibilização dos investimentos na infraestrutura de transmissão e de serviços sobre a rede, que são vultuosos, possibilitando-se a sua optimização e permitindo a partilha dessa infraestrutura pelos diversos grupos de investigadores que passam a dispôr de grande valor acrescentado nas suas actividades de I&D.

A procura da RCCN por parte de Instituições de I&D e de outras entidades do sistema C&T têm crescido a um ritmo muito elevado. Esta procura resulta fundamentalmente da larga conectividade, tanto a nível nacional como internacional (intercontinental), que a RCCN possui, bem como da relativa estabilidade dos serviços oferecidos.

Referir-se-ão de seguida os principais serviços da RCCN.

Em linhas gerais a RCCN contempla uma rede privada X.25 e TCP/IP com centros de comutação em Lisboa e Porto e acessos a vários débitos (9.6 Kbps a 64 Kbps) das várias Universidades. (Ver Anexo).

A rede pública de dados (TELEPAC) tem também sido utilizada para ligar as Universidades para as quais ainda não se dispõe de circuitos dedicados e para encaminhamentos alternativos.

Sobre a RCCN funcionam os seguintes serviços:

- **Correio electrónico X.400**

Este serviço já opera há cerca de seis anos, estando ligado à rede Europeia MHS/X.400 de I&D, permitindo a troca de mensagens interpessoais e de ficheiros de vários tipos, tais como texto e binário, podendo constituir a base para o intercâmbio de outros documentos formatados;

- **Correio electrónico SMTP**

É um sistema de correio electrónico (Simple Message Transfer Protocol) originário da rede Internet utilizado principalmente por utilizadores de sistemas UNIX (na sua versão *send - mail*) para o qual se estabeleceram conectividades com o X.400 através de sistemas apropriados (*gateways* RFC 987) permitindo uma unificação apreciável das comunidades que utilizam estas duas diferentes tecnologias;

• **Transferência, Acesso e Manipulação de Ficheiros (FTAM)**

É um serviço normalizado destinado à transferência de ficheiros e em especial à sua manipulação remota por programas. Ainda não está organizado na RCCN mas está programada a sua introdução através do projecto piloto a iniciar nos próximos meses. O serviço FTP (File Transfer Protocol), com funções semelhantes à do FTAM está já disponível como parte dos serviços genéricos da rede TCP/IP que funciona na RCCN;

• **Serviço de Directorias X.500**

Permite, através de um sistema distribuído de bases de dados apropriadas, construir um sistema de informação com uma estrutura hierárquica não muito pesada sobre vários assuntos de interesse para a comunidade científica tais como os nomes, endereços postais e electrónicos, fotografias, projectos, números de telefone e fax, etc., de pessoas e organizações e que qualquer pessoa pode consultar directamente através da rede a partir do seu terminal ou computador;

• **Serviço de Domain Name System (DNS)**

Este serviço da RCCN está estabelecido para o domínio correspondente ao País (PT), o qual permite a qualquer utilizador, em qualquer parte do mundo, estabelecer contacto com qualquer computador e seus utilizadores em Portugal para as várias funções acima descritas. Consiste na tradução de nomes lógicos desses computadores em endereços de rede de modo a poderem depois ser utilizados pelo equipamento do interlocutor, por forma a estabelecer a necessária conexão de transmissão.

• **Acesso por terminal remoto**

É efectuado através de aplicações X.29 directamente sobre os serviços X.25 subjacentes à RCCN ou através das aplicações Telnet dos serviços IP.

O arranque dos serviços que estão a ser oferecidos foi viabilizado através de um programa de acordos e contratos com diversas Instituições de Investigação que têm estado activas no terreno do sector das comunicações, contando-se com a colaboração, nomeadamente, do LNEC, da Universidade do Porto, do IST, da Universidade de Lisboa, da Universidade de Coimbra, da Universidade do Minho, da Universidade de Aveiro, do INESC e do PUUG (Portuguese Unix User's Group).

Cabe aqui uma referência à *Internet*. O que é a Internet?

"Definição geral: uma meta-rede (uma rede de redes) vasta e global de informação aberta constituída por computadores " em cada nodo que viabilizam a sua gestão, operação e (ou) utilização (computer hosts).

"Definição mais estrita: (de IPInternet): um conjunto de pelo menos 18000 das 50000 internetworks registadas que permitem o encaminhamento (routing) de pacotes com protocolos Internet." [Rutkowsky, A. M., 1993].

Em 7 de Setembro de 1993 havia registadas na Internet 49018 redes IP (IPInternets), correspondentes a 92 países, com um crescimento mensal de 12% com a seguinte distribuição:

I&D (incluindo investigação com fins comerciais)	%
Governo	27
Ensino	9
Defesa	5
Utilização comercial	6
	53

Se se mantivesse o ritmo de crescimento do actual número de utilizadores da Internet, o número total atingido no ano 2001 seria ... **toda a população do globo.**

Alguns dos serviços oferecidos na Internet são:

- Serviços básicos: transferência de ficheiros, correio electrónico e login remoto
- Listas de correio
- Serviços interactivos de informação que permitem pesquisas gerais (browsing). Serviços como Gopher, World Wide Web (WWW) e WAIS têm crescido a taxas anuais superiores a mil por cento!
- Serviços de directoria para contactar pessoas
- Serviços de indexação que permitem encontrar informação
- Capacidades multimédia
- etc.

Constata-se na Europa desenvolvida, que é aconselhável o casamento (de conveniência) entre Bibliotecas e Redes Académicas Nacionais principalmente devido ao facto de estas terem usualmente posições de vanguarda tecnológica e permitirem a inserção em ambientes que com mais facilidade são conjuntamente financiáveis. Cita-se, a propósito, o projecto SURFdoc (1992-1994), holandês, de colaboração entre a Rede Académica SURFNet e universidades no sentido de criar redes com servidores de texto "electrónico" (obtido por *scanners*) de modo a devolvê-lo em imagens (gráficas e alfanuméricas) para cada posto de trabalho (*desktop*). Pretende-se eliminar o uso de faxes substituindo-os por imagens lidas por *scanners* e injectadas na rede académica.

Uma referência ainda para a actividade desenvolvida na FCCN e estreitamente apoiada na RCCN respeitante à **informatização de Bibliotecas** (do universo da FCCN). Formouse, em Março de 1991, o GTIB-Grupo de Trabalho para a Informatização de Bibliotecas; integrando técnicos superiores de BAD, informáticos e outros especialistas provenientes de várias instituições, com o objectivo de efectuar um estudo prévio que permitisse o concurso a fontes de financiamento para promover a informatização das Bibliotecas das instituições fundadoras. Destacam-se como principais acções realizadas neste domínio a realização, em 910603 e 04 de um Seminário sobre Informatização de Bibliotecas - Demonstração de Suporte Lógico (software), a edição de um relatório resultante da actividade do GTIB constituindo um dossier de angariação de financiamento destinado à informatização de Bibliotecas e, sobretudo, o início das acções de integração na RCCN.

Na sequência desta actividade de informatização de Bibliotecas a FCCN integra o projecto europeu EDIL-Electronic Document Interchange between Libraries, inserido no Programa Comunitário das Bibliotecas e aprovado pela DGXIII em 1991. O projecto EDIL tem como objectivo estabelecer uma rede internacional para a transferência electrónica de documentos, através de estruturas de redes europeias de bibliotecas, baseadas em diferentes arquitecturas e normas de comunicação. Participam neste projecto a França (Télésystèmes, Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche e INIST), o Reino Unido (British Library Document Supply Center), a Holanda (Centrum voor Bibliotheekautomatisering Pica), Portugal (FCCN) e Alemanha (Universitätsbibliothek und Technische Informationsbibliothek Hannover). A FCCN é responsável pela disseminação dos resultados do EDIL nos países da UE.

6 - COOPERAÇÃO, INTELIGÊNCIA, ESPAÇOS VIRTUAIS, NAS FUTURAS BIBLIOTECAS EM REDE

Nos anos 70 a tecnologia avançada na automatização de bibliotecas consistia no acesso *on line* a grandes Bases de Dados instaladas em computadores centrais, no desenvolvimento de técnicas de armazenamento e *retrieval*, de técnicas de indexação, de ferramentas de construção de catálogos e listas bibliográficas, bem como de utilidades diversas para a integração em *software* de gestão de bibliotecas.

Passadas duas décadas, os anos 90 são caracterizados pelos serviços de informação em rede, através de comunicações adequadas (*local, metropolitan, wide-area networks*) no que respeita a velocidades de transmissão, *gateways, routers*, protocolos, serviços de valor acrescentado, ferramentas para *navegação* em *ecrans* com janelas, etc.

Conforme se tentou atrás mostrar há, na forma de organizar o trabalho e na forma de estruturação, por parte dos diferentes tipos de organização (desde empresas a bibliotecas), profundas alterações que estão em gestação e mesmo em implementação: o trabalho *em série*, característico da produção industrial, tende a ceder o passo ao trabalho *em rede*, que caracterizará a sociedade da informação. A massificação, essencial para a produção quantitativa e para a conquista competitiva de grandes mercados, é, a pouco e pouco, substituída pela produção com *qualidade*. Há um retorno (num plano diferente) ao *artesanismo* embora agora não corporativo. O artífice não é mais um elemento isolado de uma corporação mas, essencialmente, um *integrador em rede*, um *cooperante de uma nova liga*. A competição mede-se em termos de *qualidade, inovação e capacidade criativa, excepcionalidade, excelência*. E também na capacidade de, de um modo flexível, adquirir *peso específico, volume, protagonismo* através de consórcios, protocolos de cooperação, etc.

Há, subjacente neste novo estilo *reticulante e cooperante*, uma *metáfora neuronal*, baseada na forma de pensar, de exercer a inteligência, de um *cérebro* com as suas redes de *neurónios*. São disso características as formas de *processamento paralelo, o connexionismo* através de diferentes topologias com diferentes alcances, a criação de *inteligência* em função dos novos problemas a resolver. Metáfora aliás já usada nas direcções de maior futuro da *supercomputação*, em máquinas do tipo *thinking machine*, através das arquitecturas designadas por *mpp (massive parallel processing)*.

O panorama descrito tem algo de utópico e assintótico mas reside em realidades concretas e crescentemente acessíveis. As opções que apresenta não podem ser escolhidas por diletância mas por inteligência, imprescindível à sobrevivência.

Cooperação em rede, disseminação da *inteligência* e criação de acesso a espaços virtuais são características que as novas bibliotecas (e para ser *novo* é necessário adoptar, desde já, o novo paradigma, entrando como tal no novo milénio) necessitam de *compreender, apreender, aprender* utilizando os conceitos de nível mais elevado (nível do paradigma assente sobre o nível estratégico) e, ao incorporá-los, desenvolvendo e adaptando, à sua medida, os níveis tático (subjacente a níveis estratégicos que já lhe pertencem) e operacional. Promovendo, estimulando, iluminando, o que é *local* (o espólio ímpar de documentos que é necessário, ao mesmo tempo, preservar de qualquer corrupção e também, contraditoriamente, acessibilizar aos estudiosos) e viabilizando os diferentes níveis *regionais* e o nível *global*, onde se pode proceder à associação para uma dada tarefa ou à pesquisa de uma dada obra.

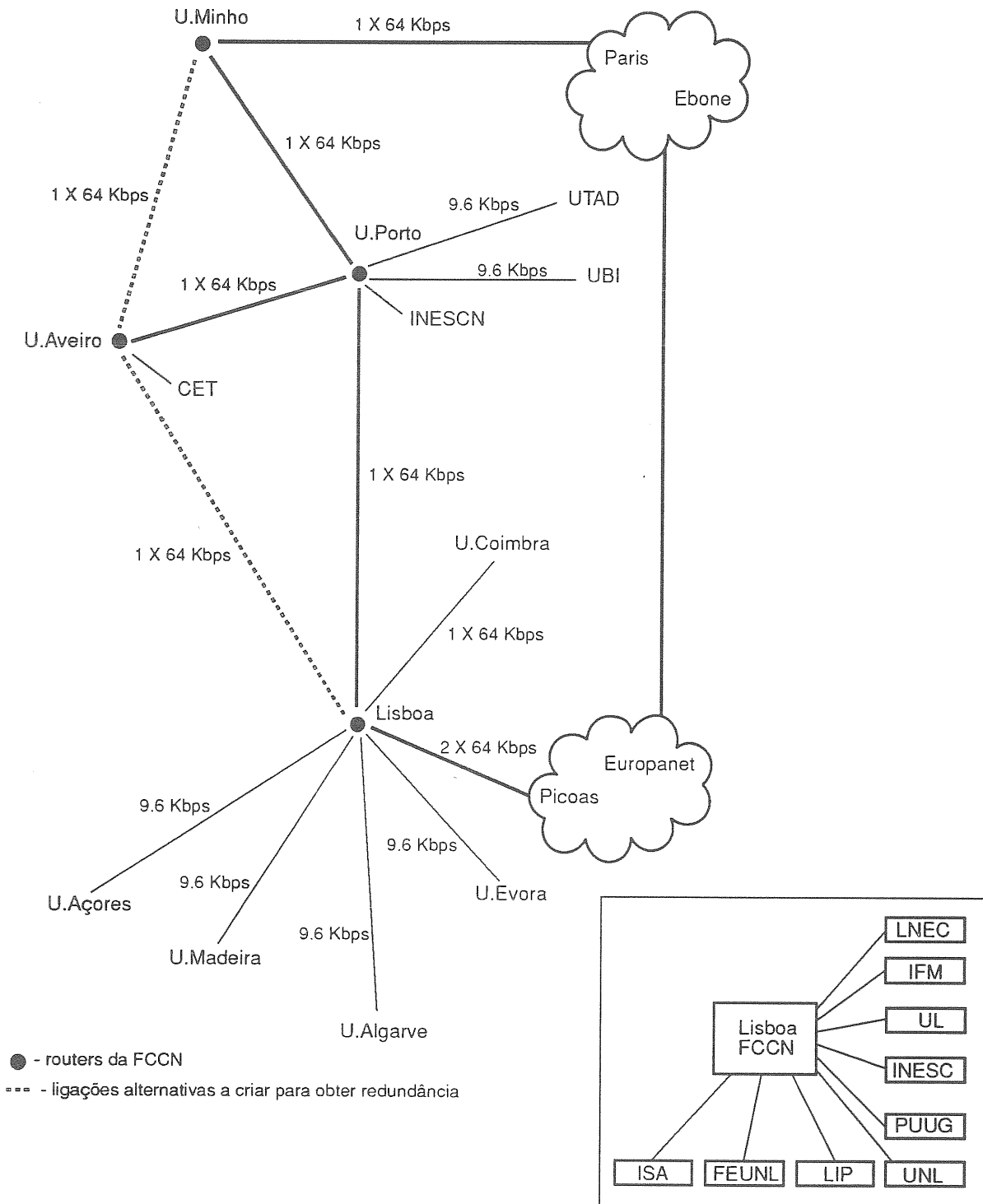
Como fecho uma citação ainda do excelente artigo de Perez de Cuellar, emblemática, mobilizadora e exaltante como se torna necessário quando se trata de arregaçar as mangas para construir o amanhã, afeiçoando a utopia:

"(...) O mundo da cultura, segundo André Malraux, «não é o da imortalidade, é o da metamorfose». Longe de ser um obstáculo à modernização, a cultura é, pois, a chave e o horizonte do desenvolvimento - desde que este último englobe nos seus objectivos toda a riqueza da experiência humana. Emerson afirmava: «Prende a tua charrua a uma estrela.» Que melhor símbolo para a nossa comissão? Se a cultura se tornar a estrela que guia o desenvolvimento, se ela aceder a lugares cimeiros em termos de prioridade nacional e internacional, então teremos preservado o único património ainda intacto da humanidade: a terra virgem do futuro!"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al Gore - **A Terra à procura de equilíbrio** Ed. Presença, Lisboa, 1993.
- von Bertalanffy, Ludwig - **General Systems Theory. Foundations, Development, Applications**, Ed. George Braziller, New York, 1968.
- Le Moigne, Jean Louis - **La Théorie du Système Général - Théorie de la Modelisation**, Ed. PUF, Paris, 1977.
- Morais, C. - **Avaliação da Metodologia Sistémica no Tratamento Integrado de Informação**, Programa de Investigação apresentado a concurso para provimento na categoria de Investigador-Coordenador, Relatório LNEC, Lisboa, 1983.
- Morais, C.; Marcelino, H. - **The Network Approach as an IS/IT Policy for Systems Integration**, ICA - International Council for IT in Government Administrations, 26th Conference, Jerusalem, Israel, 1992.
- Morin, E.; Kern, A. B. - **Terra-Pátria**, Col. Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, 1993.
- Rutkowsky, A. M. - **Internetworking: Critical Information Infrastructure**, Keynote adress in The Network Services Conference 1993, Warsaw, Poland, 12-14 October, 1993.

ANEXO



RCCN - Esquema básico

Centros de Comutação da RCCN

Universidade do Minho	C. Comutação de Braga
Ligação ao EBONE	C. Comutação de Braga
Universidade do Porto	C. Comutação do Porto
INESC Norte	C. Comutação do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	C. Comutação do Porto
Universidade da Beira Interior	C. Comutação do Porto
Universidade Católica	C. Comutação do Porto
Universidade de Aveiro	C. Comutação de Aveiro
Centro de Estudos de Telecomunicações	C. Comutação de Aveiro
Universidade de Coimbra	C. Comutação de Lisboa 1
Portuguese Unix users group	C. Comutação de Lisboa 1
Instituto de Física Material	C. Comutação de Lisboa 1
Fundação de Cálculo Científico	C. Comutação de Lisboa 1
Laboratório de Instrumentação e Partículas	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade de Lisboa	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade de Évora	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade Nova de Lisboa	C. Comutação de Lisboa 1
Laboratório Nacional de Engenharia civil	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade dos Açores	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade da Madeira	C. Comutação de Lisboa 1
Universidade do Algarve	C. Comutação de Lisboa 1
Instituto Superior Técnico	C. Comutação de Lisboa 2
INESC Lisboa	C. Comutação de Lisboa 2
Instituto Superior de Economia e Gestão	C. Comutação de Lisboa 2
Instituto Superior de Agronomia	C. Comutação de Lisboa 2
Ligação à EuropaNET	C. Comutação de Lisboa 3

Os Centros de Comutação de Braga, Aveiro, Porto, Lisboa 1, Lisboa 2 e Lisboa 3 constituem os Nós de interligação da RCCN.

Evolução do número de *hosts* e *domínios*

Trimestre	Número de host ¹	Número de Domínios ²	Incremento do N ^o de hosts
4 ^o de 1991	774	23	-
1 ^o de 1992	1071	37	+297
2 ^o de 1992	1226	44	+155
3 ^o de 1992	1385	47	+159
4 ^o de 1992	1797	62	+412
1 ^o de 1993	2262	71	+465
2 ^o de 1993	2513	81	+251
3 ^o de 1993	3018	97	+505
4 ^o de 1993	3601	107	+583

1 - Designação para qualquer equipamento ligado a uma rede

2 - Domínios IP

Evolução do Número de redes conectadas

Trimestre	Redes no DNS	Redes na BD	% de Redes reg.	Redes Atribuídas ¹
2º de 1992	30	24	80.0	-
3º de 1992	40	34	85.0	-
4º de 1992	51	44	86.3	35
1º de 1993	72	62	86.1	52
2º de 1993	87	73	84.0	65
3º de 1993	89	74	83.0	75
4º de 1993	100	88	88.0	104

1 - Redes IP do bloco atribuído pelo RIPE à RCCN

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Moderador: *Isabel Faria*

IL CONTRIBUTO ITALIANO PER UNA GUIDA ALLE BIBLIOTECHE BIOMEDICHE
EUROPEE

Demetrio R. Cichi

MOTIVAZIONI

La mancanza di un repertorio specialistico che non solo elencasse ma desse un esauriente quadro sia delle potenzialità che dei servizi offerti dalle biblioteche italiane era stata sempre pesantemente avvertita e sofferta non solo dai bibliotecari ma, in modo particolare, da tutti gli operatori del settore.

Il lavoro da intraprendere fin dall'inizio manifestava notevoli difficoltà sia per l'individuazione che per la varietà delle biblioteche coinvolte: universitarie (centrali, di istituto, di dipartimento, etc.), ospedaliere, delle USL, delle accademie, di istituti di ricerca, di case farmaceutiche etc.

Il riferimento non poteva che essere ai repertori generali, spesso per tale ragione non sempre esaurienti, ed elenchi parziali regionali, ai dati di riferimento dei cataloghi collettivi dei periodici o agli indirizzari di enti ed associazioni afferenti alla biomedicina. In ogni caso peraltro gli unici dati ricavabili da tali strumenti di lavoro erano l'ente di appartenenza e l'indirizzo; i posseduti, talvolta indicati, erano spesso da considerarsi superati così come telefono, fax o indicazioni relative al direttore o bibliotecario.

D'altra parte, anche a causa dello sviluppo sempre maggiore del Servizio bibliotecario nazionale e dell'interesse dimostrato dalle biblioteche per concentrazioni settoriali operative, tale esigenza, si poneva con sempre maggiore urgenza.

A questo dava risposta un gruppo di bibliotecari della Università Cattolica del S. Cuore, dell'Istituto Superiore di Sanità e dell'Istituto Regina Elena costituendosi in un gruppo di lavoro ad hoc all'interno dell'Associazione Italiana Biblioteche.

DIRETTORE DELLA BIBLIOTECA DELLA FACOLTA' DI MEDICINA E CHIRURGIA
"A. GEMELLI" UNIVERSITA' CATTOLICA DEL SACRO CUORE
LARGO F. VITO, 1 ROMA - ITALIA

IL GRUPPO DI LAVORO E LA PROGRAMMAZIONE

La lunga frequentazione del primo nucleo di operatori permetteva di chiarire abbastanza rapidamente le linee portanti del programma e di stabilirne, in linea di massima, le varie tappe. Veniva deciso in prima istanza di raccogliere i dati di tutte le biblioteche a prescindere dalla quantità e qualità di informazioni che si sarebbero avute sulle stesse; si stabiliva inoltre di dividersi in tre gruppi, nel frattempo infatti altre forze si erano unite alle quattro unità preesistenti, e di suddividere tra questi gli strumenti da analizzare: annuari, guide alle biblioteche, repertori generali, cataloghi collettivi ed anche gli indirizzari che si erano nel frattempo raccolti.

Al termine del lavoro le tre liste venivano unificate creando uno schedario di circa 1200 biblioteche che venivano ridotte poi a circa 1000; con tale primo filtro si eliminavano le biblioteche non propriamente biomediche e quelle, poche, che comparivano sotto il nome di una persona ma non davano segni di vita.

Un ulteriore taglio, che ha portato le biblioteche biomediche al numero attuale di 800 è stato apportato successivamente al momento del rientro dei questionari.

ELABORAZIONE DEL QUESTIONARIO

Terminata la prima fase di raccolta si procedeva alla elaborazione di un questionario da inviare alle biblioteche interessate tenendo presente alcune situazioni precise.

Nell'ultimo anno almeno sei diversi moduli di rilevamento erano stati inviati alle biblioteche da parte di enti ed associazioni varie (uno di questi di circa trenta pagine) si ritenne pertanto che per ottenere un rientro accettabile il questionario non dovesse superare le due cartelle; inoltre i dati da raccogliere dovevano essere "tagliati" tenendo presente gli interessi degli utenti finali più che quelli dei bibliotecari, come spesso avviene.

Si ritenne inoltre indispensabile che tutto il lavoro da svolgere dovesse poter essere gestito a livello informatico, sia nella fase di raccolta che in quella di elaborazione e di uso finale da parte dell'utenza, ed a tal fine si decideva di utilizzare il DB III sia per la semplicità di uso che per la sua duttilità.

L'insieme dei dati richiesti alle biblioteche sono stati, nel questionario, divisi in quattro diversi settori.

Nel primo sono riportati i dati relativi al nome, ente di appartenenza ed i vari recapiti: postali, telefonici, fax, posta elettronica

ca etc. cui seguono il nome del direttore o del bibliotecario, l'indicazione del sistema di classificazione e soggettazione, gli eventuali cataloghi esistenti e la partecipazione a progetti collettivi. Questi primi dati servono come una cartina al tornasole per dare in prima approssimazione il taglio della biblioteca

Nel secondo settore vengono richiesti invece dati più pertinenti all'identificazione dei contenuti della biblioteca ed all'uso che di questa si vuol fare; all'elencazione dei campi di interesse segue l'indicazione dei posseduti, monografie, periodici e supporti non cartacei, e per ultimo il personale chiamato a gestire tutto ciò.

Nel terzo settore si dà invece l'indicazione dell'orario di apertura e le modalità di accesso cui fanno seguito i dati relativi alle modalità di attuazione dei servizi più importanti, attuati dalle biblioteche: prestiti, fotocopie, interrogazione on-line tramite CD Rom, scambio pubblicazioni etc.

Il questionario si chiude con una breve analisi delle procedure automatizzate in uso presso la biblioteca con indicazione della eventuale rete di appartenenza e della possibilità di accedere al Catalogo on-line.

RACCOLTA DATI

Terminato tale lavoro preparatorio si è provveduto alla spedizione del questionario alle biblioteche individuate.

Ad una prima spedizione di 1000 unità faceva seguito, dopo alcuni mesi una seconda spedizione per sollecitare una risposta da parte di quelle biblioteche che non avessero ricevuto il questionario o che non avessero ancora trovato il tempo per completarlo in ogni sua parte.

Gli invii successivi, in numero decrescente sono stati tre, intervallati da altre azioni di recupero tendenti a verificare l'esistenza o meno delle unità che comparivano sui repertori ma non avevano segni di vita.

Si è proceduto inoltre nei casi di concentrazione di una certa ampiezza, di biblioteche, a prendere contatto con il responsabile della biblioteca centrale o di quella maggiormente attiva sul territorio per stimolare la risposta delle mancanti o perchè operasse quale punto di riferimento; nello stesso tempo si sono utilizzati tutti i momenti di incontro, nelle varie sedi, per pubblicizzare la ricerca e distribuire copie del questionario.

Nell'arco di quasi due anni sono state raccolte circa trecento risposte ed il numero delle biblioteche biomediche è stato ridotto da

mille a circa ottocento. Nella Guida si è ritenuto di riportare tutte e 800 le biblioteche in ordine alfabetico per località, all'interno di queste le biblioteche che hanno risposto al questionario precedono nell'ordine quelle le cui informazioni sono derivate da repertori e sono precedute da un asterisco.

UNIFORMITA' DEI DATI

Su tale base si è iniziato a lavorare per rendere più uniformi i dati raccolti in quanto la stessa voluta semplicità e brevità del questionario aveva creato problemi di ambiguità e difformità.

In taluni casi delle manifeste incongruità hanno richiesto numerose e ripetute verifiche rese più complesse dall'ampiezza del territorio in esame; in altri, come per esempio i campi di interesse, anche se è stata in alcuni casi corretta la terminologia, non si è ritenuto che potessero essere omesse delle voci anche se ritenute sovrabbondanti.

Altro compito estremamente delicato la revisione dell'intestazione che spesso era "in lingua corrente" e non corrispondente al timbro o alla carta intestata usata per la corrispondenza.

NOTE SUI SINGOLI CAMPI

Il nome della biblioteca, sempre in grassetto, è stato normalizzato quanto possibile; nei casi dubbi si è lasciata la dizione che compariva nel questionario. Per l'indirizzo ed il nome del direttore o responsabile non si erano posti problemi rilevanti.

Nell'analizzare i "campi di interesse" ci si è resi conto che spesso una sovrabbondanza di dati non aveva come corrispettivo una adeguata copertura di posseduto; si è ritenuto peraltro di non poter restringere o variare il campo e si è provveduto solamente ad uniformare i dati solo laddove potessero sorgere ambiguità interpretative.

I campi relativi all'orario di apertura ed al prestito non hanno offerto particolari difficoltà mentre un notevole lavoro di rifinitura è stato necessario per uniformare i dati che comparivano nelle due voci relative all'interrogazione delle basi dati on-line e su CD Rom.

I dati riferiti ai posseduti non sono stati verificati ulteriormente anche se si è avuto l'impressione che in qualche caso delle cifre particolarmente elevate potessero essere dovute ad un conteggio effettuato sul numero dei volumi anzichè sui titoli.

Per i fondi speciali ed i supporti non cartacei, a parte questioni

puramente terminologiche, non si sono avuti problemi rilevanti.

Diverso invece il discorso per quanto riguarda le indicazioni relative alla classificazione o ai thesauri adottati; sono state rilevate le sigle e le abbreviazioni più strane ma si è riusciti nella quasi totalità dei casi a ricondurre l'indicazione alla dizione ufficiale.

All'indicazione della disponibilità del catalogo a stampa, voce che non ha creato problemi, segue quella relativa alla partecipazione a progetti di cataloghi collettivi che ha invece offerto dei seri problemi di uniformità nell'individuazione della denominazione ufficiale del progetto.

Gli ultimi dati analizzati si riferiscono allo scambio di duplicati e pubblicazioni proprie, al grado di automazione messo in atto all'interno della biblioteca e alla realizzazione di un catalogo informatizzato accessibile on-line. Mentre il primo ed il terzo caso non hanno offerto difficoltà rilevanti, alcune definizioni riportate nel secondo non si sono potute uniformare e sono state riportate così come comparivano nel questionario.

CONSIDERAZIONI FINALI

Dai dati raccolti si possono trarre tutta una serie di considerazioni sulle tipologie delle strutture in esame e sui servizi offerti.

Mi limiterò, in questo ambito, ad una serie di considerazioni generali e più facilmente riferibili ad un ambito più ampio di quello strettamente nazionale.

Sarà necessario premettere che non tutte le biblioteche hanno risposto sempre a tutti i quesiti posti e che quindi il riferimento non è quasi mai al totale delle biblioteche descritte ma a quello delle risposte date.

I dati sull'orario di apertura si riferiscono a tutte le biblioteche descritte ed il quadro che ci offre è quello di una apertura limitata alle ore antimeridiane per un terzo delle strutture mentre circa i due terzi sono aperti nell'arco della giornata, tre biblioteche sono aperte solo nelle ore pomeridiane; altro dato interessante per la realtà italiana; il 10% delle biblioteche risulta aperta anche il sabato mattina.

L'accesso alla biblioteca non ha limitazione nei quattro sestieri delle strutture, ne ha in un sesto mentre non si hanno notizie certe

sulle restanti.

Per quanto attiene al prestito, per 57 unità risulta essere concesso senza limitazioni, anche se tale dato, riferito a biblioteche scientifiche ha suscitato qualche perplessità nel gruppo di lavoro; 147 unità dichiarano invece di attuarlo con tutta una serie di limitazioni.

La possibilità di effettuare fotocopie non è così diffusa come si sarebbe immaginato; solo 177 biblioteche offrono tale possibilità e di queste 28 con limitazioni varie.

Non diverso il discorso sulla possibilità di interrogare basi dati; anche se in questi due ultimi anni è aumentato il numero di centri che offrono tali servizi, a tutt'oggi 56 biblioteche hanno il collegamento on-line con 1 o 2 basi e solo 27 con 3 o più. La possibilità di interrogare basi dati su CD Rom, anch'essa in rapi=do aumento, è offerto da 48 biblioteche con una sola base e da 13 con più di una.

Delle biblioteche che hanno indicato il totale delle monografie possedute, un quarto ne possiede meno di mille, la metà si attesta tra le mille e le cinquemila, il resto le supera con cinque unità oltre i centomila volumi.

Più articolato il reticolo riguardante i periodici correnti; su un totale di 136 risposte 13 non superano i cento totali, 46 sono comprese fra 100 e 200, 53 fra i 200 e i 500, 20 fra i 500 e 1000 le restanti superano tale cifra con tre sole biblioteche oltre le 4000.

In netto aumento è risultato il numero delle biblioteche che ha dichiarato di possedere materiale non cartaceo. Minore del previsto invece l'adozione di un sistema di classificazione generale; sulle 170 biblioteche che hanno risposto a tale quesito quasi due terzi risulta avere in uso un sistema "fatto in casa" mentre più di un terzo si è dichiarato allineato su sistemi internazionali.

Un rapporto leggermente diverso ed interessante un minor numero di biblioteche, solo 110 su circa 300, è quello che emerge in meri=to all'uso dei thesauri; oltre il 50% delle biblioteche ne ha un thesaurus elaborato all'interno, mentre meno del 50% ne ha adottato u=no internazionalmente accettato.

In questi ultimi anni, inoltre, grazie anche alla capillare penetra=zione dei concetti di collaborazione, interscambio e condivisione delle risorse operate, direttamente ed indirettamente, anche dalla graduale attuazione del Servizio Bibliotecario Nazionale, è in progressivo e netto aumento il numero delle biblioteche che collaborano a progetti

per la produzione dei Cataloghi Collettivi sia a livello locale che nazionale.

Il 50% delle biblioteche censite, infatti, partecipa a progetti collettivi; e, di queste, 112 a progetti nazionali e 59 a progetti locali; 22 biblioteche risultano partecipare ad entrambi.

Ben 122 biblioteche inoltre sono automatizzate, e 32 di queste hanno un catalogo interrogabile on-line.

Le considerazioni che si possono trarre da una lettura approfondita della Guida possono essere infinite, è in via di svolgimento infatti uno studio approfondito della realtà universitaria in tale ambito.

Prima di chiudere questa breve relazione desidero chiarire meglio il titolo che le si è voluto dare.

Nelle prime fasi di lavoro il gruppo aveva assunto come obiettivo la realizzazione di una Guida alle biblioteche biomediche italiane, solo successivamente, dall'analisi dei repertori di altri paesi e dalle diversità riscontrate nelle descrizioni si è ritenuto di spostare l'asse e di realizzare uno strumento che, tenuto conto di quanto già elaborato in altri paesi, potesse anche, con opportune successive modifiche essere di sprone per la realizzazione di una normalizzazione del settore che ne permettesse una gestione informatica e desse l'avvio ad una attività di cooperazione tale, fra le biblioteche dei paesi europei, che permettesse la realizzazione di una Directory generale e non più legata ad ambiti territoriali o di associazioni. Tale invito viene rinnovato a tutti gli operatori interessati da parte del gruppo di lavoro.

BIBLIOGRAFIA

- A.I.B. - Guida alle biblioteche biomediche italiane a cura di D. R. Cichi, C. Bruscolotti, G. Cagnetti, M. G. Corsi, R. Ferrara, G. Poppi, M. Sciuto, I. Sorcini, Milano Vita e Pensiero, 1993.
- CNR - Istituto di studi sulla ricerca e documentazione scientifica, Ministero della Sanità-Servizio centrale della programmazione sanitaria, Catalogo delle fonti informative in linea per il settore biomedico. Roma, 1992.
- A.I.B. - Biblioteche biomediche di Roma guida alle strutture organizzative e delle risorse bibliografiche a cura di V. Alberani e O. Masciotta Milano, Editrice bibliografica, 1986.
- Guida alle biblioteche specializzate, Ristampa sett. 1991 - M.I. II mercato dell'informazione, 1990, 1(3).
- Library association-medical, health and welfare libraries group, Directory of medical and health care libraries in the United Kingdom and Republic of Ireland compiled by W. D. Linton. 6 ed., London, The LA, 1986.
- CNR/ISRDS - Catálogo colectivo delle pubblicazione periodiche. Roma, ISRDS, 1990.

Guida alle regioni d'Italia. Roma, 1991.

Si è inoltre tenuto conto di quanto elaborato dall'International Federation of Library Associations and Institutions, dall'European Association for Health and Information, dal Ministero dei Beni Culturali e Ambientali e dalla Associazione Italiana Biblioteche, per la rivelazione delle Biblioteche, dei settori interessati.

GESTIONE DI RISORSE INTEGRATE PER IL RECUPERO DELL'INFORMAZIONE

E LA FORNITURA DEL DOCUMENTO: ESPERIENZE ITALIANE

Gabriella POPPI

INTRODUZIONE

La grande disponibilità di strumenti di letteratura secondaria a stampa, in linea e su supporto ottico permette oggi un rapido reperimento dell'informazione bibliografica. Un grosso problema è tuttora costituito dal recupero del documento primario. L'attenzione degli utenti, quindi, e delle biblioteche, si rivolge sempre di più alla fornitura finale del documento stesso. Su tale esigenza si vanno sviluppando servizi avanzati offerti sia da centri istituzionali sia da agenzie commerciali. Non è un caso che negli Stati Uniti ormai da molto tempo la produzione di banche dati a pieno testo sia in ascesa rispetto a quella delle tradizionali banche bibliografiche.

Tutto ciò comporta una trasformazione sostanziale nelle strutture bibliotecarie, che non sono più soltanto fornitrici alla propria utenza dei documenti posseduti, ma divengono anche e allo stesso tempo importatrici d'informazione dall'esterno ed esportatrici d'informazione verso le altre strutture di documentazione. Le biblioteche, con tale processo, non solo si aprono sempre più verso l'esterno fino a divenire sistemi integrati, ma creano un valore aggiunto all'informazione, recuperando dati da diverse fonti e finalizzandoli alla richiesta dell'utente. In questo contesto il confine tra la tradizionale biblioteca ed il moderno centro di documentazione si attenua, divenendo la biblioteca anch'essa fornitrice di moderni servizi avanzati.

La tecnologia avanzata permette infatti oggi di usufruire del contenuto di un testo indipendentemente dal possesso della pubblicazione originale da parte di una biblioteca e in tempi assolutamente impensabili fino a pochi anni fa. Il passaggio all'uso di queste nuove tecnologie non è stato, né è certo indolore. Il British Library Document Supply Center (BLDSC), ad esempio, ha effettuato un serio studio sulle cause dei problemi derivati dai nuovi procedimenti di recupero di un testo, analizzando progetti che utilizzano le nuove tecnologie come ADONIS per l'immagazzinamento dei full-text su CD-ROM, e la trasmissione di documenti tramite "Integrated Services Digital Network" (ISDN). Si tratta per lo più di superare barriere che si possono identificare per certi aspetti con difficoltà più o meno impreviste di integrazione di tecnologie, costi, standard, fattori di mercato, fattori burocratico-legali e fattori umani.

Al contrario, un fattore che favorisce l'integrazione in tutti i suoi livelli è l'apporto dato dall'attuale sviluppo delle telecomunicazioni. Basti pensare a come e in che misure un collegamento INTERNET consenta di "navigare", quasi all'infinito, anche se non sempre

Biblioteca dell'Istituto Superiore di Sanità
Viale Regina Elena, 299
00161 ROMA - ITALIA

senza difficoltà, negli oceani dell'informazione.

L'integrazione delle risorse diviene del resto un'esigenza fondamentale, se si tiene conto del fatto che mentre le risorse informative sono infinite, quelle economiche sono finite. Ciò rende necessario che a fronte dei servizi informativi offerti in numero sempre crescente, le strutture informative abbiano la possibilità di recuperare alcuni dei costi indotti determinati dall'affinamento e sofisticazione delle tecniche documentarie avanzate attraverso la vendita di alcuni servizi, pena l'impossibilità di fornire gli stessi.

Il primo passo verso l'integrazione informativa è stata la cooperazione interbibliotecaria. In Italia la prima esperienza di cooperazione bibliotecaria nel settore medico/biologico sanitario è nata agli inizi degli anni ottanta con la costituzione del Gruppo Biomedico Italiano nell'ambito dell'Associazione Italiana Biblioteche (AIB).

Contemporaneamente a cooperazioni di questo tipo, cioè ad associazioni professionali su base volontaristica, si sviluppano in Italia le prime iniziative istituzionali in materia, sia con l'inizio della progettazione del Servizio Bibliotecario Nazionale (SBN), per quanto riguarda la catalogazione partecipata, sia con il primo progetto di un archivio nazionale che registri il posseduto delle pubblicazioni periodiche, ideato e condotto dall'Istituto di Studi per la Ricerca e Documentazione Scientifica del Consiglio Nazionale delle Ricerche (ISRDS/CNR).

Purtroppo tali iniziative di cooperazione hanno trovato e trovano ancora oggi notevoli ostacoli in quelle che potrebbero definirsi le maledizioni incombenti sull'azione dei bibliotecari e delle biblioteche, cioè quei vincoli burocratici-amministrativi che, nelle strutture universitarie, statali e pubbliche spesso ritardano se non addirittura impediscono la razionalizzazione nella gestione dell'informazione.

SITUAZIONE ITALIANA: dalla frammentarietà alla cooperazione integrata.

Attualmente, nel nostro Paese, coesistono più o meno pacificamente varie realtà che però non possono essere sfruttate in tutte le loro potenzialità perché legate e limitate da situazioni locali che utilizzano in modo diverso o parziale nuove tecnologie. Ancora oggi resta indispensabile un tessuto di base, se non proprio omogeneo almeno compatibile nelle sue componenti, costituito da cataloghi, guide, directories, su carta o altro supporto, in grado di cointeressare in modo integrato e coerente le singole biblioteche del Paese. Si avverte ancora la mancanza di un polo unitario o di un catalogo unico nazionale che consenta l'aggiornamento e l'utilizzo dei dati in tempo reale, anche se alcune recenti iniziative, che esporremo in seguito, tendono a superare tale barriera. Ciò rende necessario il ricorso ad una pluralità di strumenti di riferimento che sono specchio di una situazione ancora frammentata e non del tutto integrata delle risorse. Tra questi strumenti, ne citerò alcuni particolarmente rilevanti nel settore biomedico e in primo luogo le guide di riferimento alle biblioteche e servizi di documentazione. Tra queste:

1986 Biblioteche biomediche di Roma / a cura di Vilma Alberani e Ofelia Masciotta. Milano: Editrice Bibliografica, 1986. ISBN 88-7075-127-9. Si tratta di una prima esperienza in ambito locale con carattere ampiamente descrittivo.

1993 Guida alle biblioteche biomediche italiane / Associazione Italiana Biblioteche. Commissione Nazionale Università-Ricerca. Gruppo di lavoro biomedicina. Milano: Vita e Pensiero, 1993. ISBN 88-343-1510-3.

Esperienza a livello nazionale su cui ha in precedenza riferito il collega dr. D. Cichi.

Altri fondamentali documenti di riferimento sono i cataloghi collettivi di periodici.

La più importante esperienze nazionale in tale campo prende origine dall'Archivio Collettivo Nazionale dei Periodici (ACNP) dell'ISRDS. L'archivio, frutto dell'attività di ricerca dell'ISRDS, rappresenta ancora oggi una delle maggiori realizzazioni italiane nel campo dei seriali, con un'alta percentuale di titoli correnti, ivi inclusi quelli a carattere biomedico in senso lato. È stata prodotta anche una versione a stampa nel 1990 con il titolo:

Catalogo collettivo nazionale delle pubblicazioni periodiche, 2 vols. Roma: Istituto di Studi sulla Ricerca e Documentazione Scientifica del Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1990.

Il catalogo è accessibile on-line sulla rete del CNR con centro di calcolo presso il CNUCE di Pisa. Può essere ora raggiunto anche tramite rete GARR. Questa realizzazione, pur nei limiti dei problemi oggettivi quali la lentezza nell'aggiornamento dei dati, e la non-copertura di tutte le biblioteche del Paese, resta l'unico archivio di dimensioni rilevanti e l'unico strumento di uso quotidiano per tutti i bibliotecari italiani. I limiti suddetti, ancora presenti, ma in via di superamento, sono alimentati attualmente anche dalla mancanza di vincoli istituzionali che obblighino le biblioteche a versare e ad aggiornare i dati e, all'atto dell'immissione dei dati catalografici, di un filtro unico ed autorevole che eviti errori e duplicazioni di descrizioni. Questo archivio costituisce comunque l'esperienza di base da cui hanno preso le mosse varie altre iniziative di catalogazione collettiva, a livello locale, istituzionale, o in ambito disciplinare. Esse si sono da questo sviluppate e/o staccate, in quanto diverse per filosofia gestionale, intenti e per specificità di utenza. Tra queste esperienze ricordiamo quelle più significative per il nostro settore.

1991 Catalogo collettivo dei periodici biomedici di biblioteche dell'area di Roma, 2 vv. - Roma: Istituto di studi sulla ricerca e documentazione scientifica del CNR, 1991. Il catalogo biomedico della area laziale ha anche il merito di presentare i titoli dei periodici sia in ordine alfabetico, sia in forma sistematica, secondo i codici della CDU (Classificazione Decimale Universale), e di essere corredato da un indice alfabetico dei soggetti e degli enti collettivi. Per tale catalogo l'ISS ha svolto funzione di filtro per la verifica, l'immissione dei dati catalografici e l'attribuzione della CDU.

1991 Catalogo dei periodici indicizzati nel Medlars presenti nelle biblioteche biomediche italiane. Roma: Istituto Superiore di Sanità, 1991. Ha ordinamento alfabetico secondo il titolo abbreviato, così come si presenta nella base di dati MEDLARS. La descrizione del titolo è integrata anche dal numero di ISSN per offrire una ulteriore possibilità di accesso. È frutto della collaborazione tra Servizio Documentazione, Biblioteca, Centro Elaborazione Dati dell'ISS, ed è stato realizzato tramite personal computer, utilizzando le registrazioni dell'ANCP dell'ISRDS/CNR.

1993 Catalogo collettivo dei periodici delle biblioteche biomediche del

GIDIF/RBM. Gruppo italiano documentalisti industrie farmaceutiche e istituti di ricerche biomediche. Milano: GIDIF/RBM, 1993.

Si tratta di un progetto a cui partecipano quaranta biblioteche e che è stato realizzato attraverso la creazione di un consorzio finalizzato allo scambio del documento tra gli appartenenti al consorzio stesso, secondo precise norme previste dal regolamento. Il catalogo, realizzato con catalogazione centralizzata, ha aggiornamento annuale.

Tra altre iniziative in ambito di catalogazione collettiva, sono da segnalare:

1988 Catalogo comune delle biblioteche scientifiche milanesi, Università di Milano, Dipartimento di Scienze dell'informazione, 1988. È realizzato su CD-ROM e contiene informazioni relative ai titoli di monografia, periodici e tesi posseduti da sei biblioteche scientifiche di Milano. Utilizza il software di ricerca BRS/Search.

I cataloghi collettivi che seguono sono stati prodotti con il sistema DOBIS/LIBIS (D/L):

1991 Catalogo collettivo dei periodici. Università degli studi di Perugia, Ufficio per l'automazione delle biblioteche. Perugia, 1991. La prima edizione risale al 1987 e si può considerare il prototipo dei cataloghi D/L in Italia.

1988 Catalogo dei periodici correnti delle biblioteche di Parma e provincia. Amministrazione provinciale di Parma, Parma, 1988.

1988 Catalogo dei periodici. Università degli Studi di Modena. Modena, 1988.

Le esperienze di cataloghi collettivi in ambito SBN, sia di monografie sia di periodici, sono varie. Su di esse certamente riferirà la Dr.ssa Ornella Foglieni.

In questa sede non si può non ricordare - in quanto di particolare interesse per il settore biomedico - il catalogo collettivo di periodici prodotto dal polo padovano SBN con sede presso l'Università di Padova.

Grazie alla messa a punto di questi strumenti di localizzazione delle pubblicazioni, con particolare riguardo a quelli prendono in considerazione i seriali indicizzati dai grandi sistemi di basi dati biomediche quali il MEDLARS, era inevitabile che l'interesse dell'utenza tendesse a recuperare di fatto e in tempi utili il documento originale. Questa richiesta già sentita e in qualche modo risolta in tempi precedenti, imponeva adesso risposte allargate ad un numero estremamente maggiore di periodici, e, per quanto possibile, ottenibili in tempi reali.

Di qui nuove prospettive per la fornitura del documento primario, universalmente nota come EDD (electronic document delivery). Questa tende oggi a non essere più soggetta alle lunghe e complesse operazioni implicite nel tradizionale prestito interbibliotecario perché la selezione, la richiesta e l'acquisizione di un documento primario possono essere dirette ed immediate non solo da parte della biblioteca richiedente ma anche da parte dell'utente dalla sua postazione di lavoro. INIZIATIVE E PROGETTI IN CORSO

In Italia:

1) Servizio Bibliotecario Nazionale con i suoi poli:
(ROMA (BVE); FIRENZE (CFI); RAVENNA (RAV); MILANO (LO1);
L'AQUILA (AQ1); VENEZIA (VEA); CILEA. In ambito europeo il
progetto di sviluppo e di integrazione dell'SNB nel quadro del
progetto ION (OSI Pilot Demonstration Project between Library
Network in Europe for Interlending Services).
Dell'attività SBN riferirà esaurientemente e con cognizione di
causa la dott.ssa Ornella Foglieni nel suo intervento.

2) POLO BIOMEDICO SANITARIO

Il polo bibliografico biomedico-sanitario collegabile tramite Servizio Bibliotecario Nazionale è stato costituito presso l'Istituto Superiore di Sanità (ISS) data l'importanza essenziale che la letteratura scientifica specializzata nel settore riveste per l'Istituto stesso quale centro primario di ricerca biomedica nel Paese e quale organo tecnico-scientifico del Servizio Sanitario Nazionale dal 1978. Questa base di dati è nata nell'ambito di una convenzione tra il Ministero dei beni culturali e ambientali, il Ministero per l'università e la ricerca scientifica e tecnologica, l'ISS, l'ICCU, stipulata per la "Costituzione di una sottorete biomedica integrata nel Servizio bibliotecario nazionale". La sottorete permette all'ISS di gestire il materiale documentario prodotto in ISS e diffonderne l'informazione ai poli periferici, i quali potranno incrementarla con le proprie pubblicazioni. "La sottorete biomedico-sanitaria andrà a confluire in basi di dati, integrate fra loro, una per le letterature convenzionali, cioè articoli di periodici e contributi in opere collettive, l'altra per la letteratura grigia. Per quest'ultima base di dati la procedura di acquisizione delle informazioni sarà, per quanto possibile, compatibile con la struttura adottata dal SIGLE"(11).

3) ALMAtel

Il Centro Interfacoltà Biblioteche (CIB) dell'Università di Bologna ha avviato un progetto complessivo relativo ai periodici che ha realizzato la messa in linea dell'archivio dell'ISRDS e che prevede un insieme di attività integrate:

- Utilizzazione dell'archivio collettivo nazionale delle pubblicazioni periodiche (ACNP) per l'aggiornamento dei dati e per la consultazione da parte di tutti gli utenti che hanno la possibilità di collegarsi all'host dell'Università di Bologna, tramite rete GARR.

- Messa a punto da parte del CIB di Bologna di un programma ad hoc in ambiente basis plus per l'aggiornamento on-line dell'archivio.

- Acquisizione dei nastri delle registrazioni prodotte dall'ISSN, per facilitare l'aggiornamento del catalogo.

- Realizzazione di un archivio-spgli integrato al catalogo dell'ISRDS che consente di passare in modo del tutto trasparente dalla ricerca sul catalogo dei periodici alla ricerca sugli spogli a viceversa. Attualmente l'archivio è alimentato dai Current Contents dell'ISI comprensivi di abstract.

4) GARR

A livello di risorse telematiche opera in Italia già da tempo il GARR (Gruppo di armonizzazione di reti della ricerca). È una infrastruttura realizzata con il contributo del Ministero dell'Università e della Ricerca scientifica, che tende a:

- l'integrazione tra le varie reti degli Enti di ricerca nazionali, CNR, INFN, ASTRONET, ENEA, CILEA, CINECA, TECNOPOLIS, CSATA.
- l'interconnessione tra i calcolatori della comunità scientifica internazionale.
- la trasmissione di dati ad alta velocità.

5) ACCORDO NAZIONALE PROFESSIONALE

A livello associativo nazionale è da segnalare un'iniziativa della Sottocommissione biblioteche biomediche dell'Associazione italiana biblioteche:

la sottocommissione si è riunita in questi giorni a Bologna per discutere la possibilità di un accordo a livello nazionale che formalizzi le modalità dello scambio di documenti tra biblioteche nell'intento di utilizzare le singole realtà istituzionali per garantire la fruibilità dell'informazione e lo scambio del documento a soddisfazione delle esigenze dell'utente finale. Progetto di particolare rilievo in quanto prevede meccanismi operativi adeguati alle diverse situazioni esistenti di fatto. Così ad esempio la pubblicazione originale potrà essere potenzialmente acquisita sia attraverso l'impiego di sofisticati mezzi tecnologici, sia attraverso l'integrazione di una rete coordinata ed efficiente di biblioteche operanti secondo i procedimenti tradizionali.

6) AIDA

A livello europeo merita di essere menzionato un progetto che coinvolge i nostri due Paesi. Si tratta del progetto AIDA, (Alternatives for International Document Availability) messo a punto nell'ambito della linea d'azione 3, tema 14 della DG XIII/CEE e sviluppato allo scopo di creare reti di biblioteche italiane, francesi e portoghesi per un servizio rapido ed efficiente di prestito interbibliotecario e/o fornitura dei relativi documenti.

Il progetto prevede:

- analisi di mercato del prestito interbibliotecario e della fornitura di documenti nei due paesi, delle richieste degli utenti e delle opportunità per le biblioteche;
- definizione comune dei servizi che dovranno essere offerti e delle soluzioni tecniche e organizzative correlate;
- standard comuni per la comunicazione dei dati e per l'identificazione dei documenti;
- architettura di rete per la comunicazione dei dati con un software di applicazione per gestire i servizi di prestito interbibliotecario e di fornitura di documenti;
- test di un prototipo di lavoro che comprenda una rete di comunicazione dei dati, una struttura organizzativa e le routine operative/amministrative.

L'ISS COME CENTRO DI RIFERIMENTO PER L'INFORMAZIONE BIOMEDICO-SANITARIA

L'ISS, come centro di riferimento biomedico-sanitario riunisce varie attività coordinate e indirizzate verso la produzione e il recupero di informazione scientifica, utilizzando le sue strutture e la sua esperienza nel campo della gestione dell'informazione, dell'utilizzazione di tecniche informatiche e della sua capacità a cogliere le possibilità offerte dallo sviluppo della telematica.

A tal fine, la Biblioteca dell'ISS utilizza dal 1983 il sistema DOBIS/LIBIS, e costituisce una delle tredici installazioni D/L in Italia.

Con questo sistema sono state avviate le funzioni di:

- catalogazione
- ricerca
- periodici
- OPAC, nota anche come LIBI.

Questa base dati include tutti i periodici posseduti dall'ISS, le monografie dal 1977, le opere a carattere giuridico, le pubblicazioni in serie ed una notevole quantità di rapporti tecnici e tutto il materiale dell'Organizzazione Mondiale della Sanità.

Le voci di soggetto ed i relativi rinvii che costituiscono la struttura base del soggetto in uso, sono basate sul soggetto della Biblioteca Nazionale di Firenze, integrato, per la terminologia strettamente biomedica, da voci tratte dal Medical Subject Headings (MeSH), tradotte in italiano.

È prevista ed in fase di avanzata progettazione la produzione di cataloghi di periodici di vario tipo (alfabetico, sistematico, per soggetto, per tipologia di periodico). È già in atto la produzione a stampa di:

- Lista quindicinale delle nuove accessioni
- schede di catalogo eco.

La gestione dei periodici costituisce di per sé un esempio di utilizzazione ottimale del sistema, soprattutto nei riguardi dell'utente finale che per essa è in grado di conoscere immediatamente, dalla sua postazione di lavoro, la situazione reale di un determinato periodico nella biblioteca dell'ISS.

Entro l'anno è prevista una rete LAN in biblioteca con duplice funzione:

- Allargare la ricerca tramite PC da parte dell'utenza interna e prevedere la consultazione in rete dei CD-ROM.
- Un ulteriore progetto prevede di dare la disponibilità dei nostri cataloghi DOBIS/LIBIS anche all'utenza esterna sia in ambito nazionale, sia internazionale VIA INTERNET.

In tal modo si potrà stabilire un ulteriore punto di contatto nella vasta famiglia degli utenti DOBIS/LIBIS in Europa (come da tavola allegata), non solo a livello italiano, ma anche di molti altri Paesi, tra cui il Portogallo.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) DOCUMENTATION CENTRE

Istituito presso l'ISS nel 1991, il WHO Documentation Centre italiano coopera per garantire la diffusione della letteratura e delle statistiche WHO e il massimo di informazioni sulla documentazione WHO agli

utenti interessati. Ogni attività tesa all'obiettivo "Health for all" passa inevitabilmente attraverso le maglie dell'informazione e necessita quindi di un codice comune che regoli lo scambio, la disponibilità e l'accessibilità alla documentazione e ai servizi informativi. L'attività della biblioteca dell'ISS, che è anche WHO Depository Library, su questo versante è rivolta a:

- raccogliere e gestire tutta la documentazione ivi incluse le basi dati su dischetti e in linea.
- riunire tutto il materiale documentario WHO in un ambiente ad esso dedicato.
- offrire all'utenza libero accesso alle risorse documentarie WHO.
- offrire informazioni fattuali e bibliografiche.
- effettuare il recupero del documento primario direttamente o indirettamente anche attraverso gli altri centri WHO.
- immettere tutte le descrizioni catalografiche dei documenti posseduti dalla Biblioteca ISS in archivio DOBIS/LIBIS.
- realizzare catalogo del posseduto WHO.
- attuare il collegamento via INTERNET con basi di dati WHO.
- progettare il collegamento tra i vari centri europei (ivi inclusa Europa dell'Est).
- attivare un servizio di fornitura del documento e diffusione selettiva dell'informazione (tramite il Servizio Documentazione dell'ISS) a favore dell'WHO Europe Centre for Environment and Health, Rome Division.

CONCLUSIONI

Il dato positivo che si registra oggi in Italia in materia di gestione del patrimonio informativo comune è la volontà di superamento della frammentazione verso un'ottica di sempre maggiore cooperazione e integrazione delle risorse. A ciò concorrono, nei relativi settori di pertinenza, i percorsi associativi, le innovazioni tecnologiche e, anche se lentamente, le tendenze politico-istituzionali.

Per dare una consistenza numerica, sia pure approssimata, alla situazione italiana a questo riguardo basti considerare che dai dati emersi nella preparazione della Guida alle biblioteche biomediche risulta che il 50% delle biblioteche che hanno aderito alla Guida partecipa a progetti di cataloghi collettivi, di cui due terzi sono nazionali e un terzo locali. Resta, purtroppo, un 50% che costituisce ciò che si potrebbe definire il "sommerso" del sistema bibliotecario biomedico italiano, probabilmente perché mancano di personale professionale e delle attrezzature necessarie per svolgere un ruolo informativo essenziale, forse più che altrove, in ambito biomedico.

In Italia il bibliotecario, e in particolare quello biomedico, manca ancora di riconoscimento professionale, e ciò costituisce un grande handicap per lo sviluppo del settore informativo nel momento in cui l'utente avverte maggiormente il bisogno di raggiungere l'informazione. La disponibilità, infatti, ormai acquisita di efficaci strumenti bibliografici, lo pone nella condizione dell'assetato cui viene offerta da un video la pubblicità di ogni tipo di bevande e tuttora non può attingere ad esse.

Se risulta, perché documentato, che i dati di cui si ha bisogno esistono, è estremamente frustrante non poterle raggiungere in conseguenza di deficienze o lacune che poi di per sé non sono insormontabili!

Non v'è dubbio che il processo globale che, partendo dal

produttore dell'informazione giunge a chi intende usufruire dell'informazione stessa, deve potersi svolgere con continuità. Ogni barriera che in qualche modo ne arresta la sequenza logica ne inficia inevitabilmente l'efficacia. In altri termini, non ha senso costruire o magari aggiornare un catalogo se poi da questo non discende una via praticabile per acquisire di fatto il documento. Nel caso specifico la soluzione, almeno in teoria, è facile: apertura ad un numero quanto più grande possibile di istituzioni e metodologie, sia a livello di catalogo che di recupero propriamente detto. Anche l'illusione che strutture informative chiuse all'esterno garantiscano un miglior servizio interno è da sfatare. Basti ricordare ciò che ha insegnato in proposito un maestro della statura di Foskett secondo cui, molto in breve, un'informazione ottenuta dall'esterno produce nuove conoscenze e la conoscenza diviene a sua volta nuova informazione. Ma per divenire conoscenza l'informazione, oggi resa sempre più complessa dalla sua mole e dal numero di strumenti disponibili, necessita di mediatori intelligenti, documentalisti e bibliotecari capaci di supportare il ricercatore nella sua rete informativa, non abbandonandolo solo nell'entusiasmante avventura intellettuale della ricerca documentaria. Questa, infatti, il più delle volte finisce per risolversi in un'esperienza frustrante ed angosciante, in mancanza di efficaci strutture di documentazione, cui l'utente possa riferirsi quale finestre trasparenti sull'universo integrato delle risorse disponibili, ove sia possibile trovare anche ciò che non si era pensato di cercare.

BIBLIOGRAFIA

1. DALTO, G.C. - **A union catalogue on CD-ROM for the scientific community in Milan** in: "The electronic library", v.7, n° 3, 1989, pp. 156-159.
2. CNR/ISRDS - **Catalogo collettivo delle pubblicazioni periodiche**. Roma, ISRDS, 1990.
3. CNR - Istituto di studi sulla ricerca e documentazione scientifica; Ministero della Sanità. Servizio centrale della programmazione sanitaria, **Catalogo delle fonti informative in linea per il settore biomedico**. Roma, 1992.
4. TAMMARO, A.M. - **Reti di telecomunicazione e biblioteche** in: "Biblioteche oggi", v. 21, n. 6, 1993, pp. 52-61.
5. **Il periodico ritrovato** in: "Biblioteche oggi", v. 21, n. 9, 1993, pp. 23-30.
6. TAMMARO, A.M. - **L'alternativa si chiama document delivery** in: "Biblioteche oggi", v. 21, n. 11, 1993, pp. 34-39.
7. **Programma DG XIII-CEE: i progetti** a cura di CAROSELLA, M.P., DE PINEDO, L. VITIELLO, G. in: "Biblioteche oggi", v. 21, n. 12, 1993, pp. 57-64.
8. TAMMARO, A.M. - **Ricerca comunitaria e biblioteche** in: "Biblioteche oggi", v. 21, n. 12, 1993, pp. 46-56.
9. SEATON, D.G. - **Interlending and Document Supply, a review of recent literature: XXIII**, in: "Interlending & Document Supply", v. 21, n. 1, 1993, pp. 23-30.

10. KRUMENAKER, L. - Virtual libraries, complete with journals, get real in: "Science", v. 260, n. 5111, 1993, pp. 1066-1067.
11. ALBERANI, V. - Il polo biomedico-sanitario del Servizio bibliotecario nazionale. Il ruolo dell'Istituto Superiore di Sanità. Considerazioni sul coordinamento delle iniziative in: "La letteratura grigia, I convegno nazionale". Roma, Istituto Superiore di Sanità, 1993, pp. 14-22.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

PAIVA; Lucília*

1 - INTRODUÇÃO

A abordagem deste tema, encarado de uma forma generalizada, poder-nos-ia levar em várias direcções. Desde a tipologia dos documentos incluídos nesta categoria e sua caracterização à utilização, selecção e aquisição pelas unidades de informação segundo a área temática de actividade ou metodologias de preparação, todos seriam, entre outros, aspectos que poderiam ser contemplados. No entanto, a nossa intenção será a de apenas focar os documentos de referência como recurso dos serviços para localizar e aceder a toda a informação disponível na área da saúde, na perspectiva de uma rede nacional.

Assim, que documentos de referência deste tipo já se encontram disponíveis, que documentos são ainda necessários, como proceder para os preparar, são questões que pretendemos abordar.

2 - A APDIS E A INFORMAÇÃO DE SAÚDE

É já conhecido o grande objectivo que levou à criação da Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde - APDIS, em 1991. A constituição de uma rede nacional de informação de saúde a funcionar de forma organizada, utilizando todos os recursos de informação existentes, e adoptando as novas tecnologias que permitam o seu funcionamento integrado, é a meta que se deseja alcançar.

Pretende-se melhorar a informação de Saúde em Portugal, e para tal várias estratégias foram e têm de ser seguidas.

Se analisarmos o percurso da APDIS ao longo dos seus três anos de actividade, podemos verificar que toda a sua acção se tem desenvolvido utilizando uma filosofia muito própria em que a cooperação tem sido a tônica dominante. Entende-se, também, que só é possível actuar, tomar medidas concretas, responder eficazmente às necessidades de informação da área da saúde se, por um lado, conhecermos devidamente a realidade portuguesa nesta área, não descorando também tudo o que se vai passando no domínio da informação e documentação a nível nacional e internacional, e se, por outro, dispusermos de meios humanos e técnicos adequados.

Este é o sentir da APDIS que, na medida das suas possibilidades, vem desenvolvendo um trabalho conducente à concretização dos seus objectivos.

É com vista ao conhecimento da realidade portuguesa na área da saúde que já foram preparados instrumentos de apoio à localização da informação, e que se preconiza, ainda, a preparação de outros.

* Assessora de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Farmácia - Universidade de Coimbra

O que se pretende, pois, é conhecer bem as bibliotecas e serviços de documentação existentes neste sector, os meios técnicos e bibliográficos de que dispõem, os serviços que fornecem, os profissionais que neles trabalham ou outros aspectos que são considerados de interesse como objecto de informação.

3 - DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PREPARADOS PELA APDIS

Considerados do maior interesse como ponto de partida para a localização e acesso à informação disponível na área da saúde, foram já publicados dois importantes documentos, cuja metodologia de preparação e estrutura passaremos a referir em linhas gerais.

3.1 - Repertório das bibliotecas e serviços de documentação

Conhecer alguns dados sobre as bibliotecas e serviços de documentação de saúde foi uma das primeiras actividades do embrião desta Associação, o GTIS - Grupo de Trabalho de Informação em Saúde, constituído em 1986.

Em 1988 foi então publicado o "Repertório das Bibliotecas e Serviços de Informação em Saúde", onde estão inventariados 127 serviços, os que responderam a um inquérito difundido pelos vários organismos da área da saúde com existência provável de bibliotecas ou serviços de documentação.

Foram muito limitados os dados inquiridos, pelo que se entendeu, em finais de 1992, lançar um novo inquérito em que se fazia um levantamento muito mais completo de cada serviço essencialmente em termos de fundos documentais, técnicas de tratamento da documentação, informatização, tipo de utilizadores, serviços prestados e tecnologias documentais disponíveis.

Aos 233 inquéritos enviados obtiveram-se 123 respostas.

Os dados foram introduzidos numa base de dados cujo software foi concebido para o efeito, utilizando como base o mini-micro CDS/ISIS e a parametrização Porbase, sendo possível, em qualquer altura, tratar todos os dados registados e proceder-se aos estudos que se entenderem necessários.

Desta forma foi preparada uma nova edição do Repertório agora publicada.

3.1.1 - Importância do Repertório

Este documento de referência, para além de permitir a inventariação dos serviços disponíveis na área da Saúde, a sua localização e o conhecimento dos serviços que prestam, vai também ser um óptimo instrumento de trabalho, como ponto de partida para estudos futuros que a APDIS necessariamente terá de realizar.

Queremos salientar a sua importância, não só para a preparação de novos documentos de referência que adiante referiremos, como ainda para a inventariação dos recursos tecnológicos existentes em cada biblioteca, das técnicas documentais utilizadas e dos recursos humanos disponíveis, que nos irão permitir a definição mais correcta do tipo de rede a implementar e das acções mais concertadas a desenvolver com esta finalidade.

3.2 - Lista de Publicações Periódicas

Conhecer a localização das publicações periódicas existentes no país é, outro elemento imprescindível não só para permitir o empréstimo interbibliotecas como ainda para possibilitar a realização de estudos com vista à racionalização das aquisições e estabelecimento de políticas adequadas.

Foi, pois, com esta finalidade que também em 1990 foi publicada a primeira "Lista de Publicações Periódicas existentes em Bibliotecas e Serviços de Documentação da área da Saúde em Portugal".

Proceder à sua permanente actualização bem como a eventuais correcções é, como se compreende, tarefa indispensável.

No início de 1992 procedeu-se então à actualização e correcção da referida lista tendo sido enviados 280 inquéritos e recebidas 150 respostas.

De forma idêntica à que se procedeu para a preparação do Repertório, foi criada, também, uma base de dados com software igualmente concebido a partir do mini-micro CDS/ISIS e parametrização Porbase, a partir da qual foi preparada uma nova edição agora publicada.

Esta base de dados irá permitir permanente actualização, de forma fácil, de modo a periodicamente poderem ser editadas novas Listas, acessíveis não só a bibliotecas da área da saúde como a todas as que com esta área têm afinidades e portanto frequentemente recorrem aos seus serviços.

Nesta edição foram inventariadas 5.910 publicações periódicas, constando de cada registo o seu título, local de edição, ISSN, mudanças de título, caso existam, e os anos de existência em cada serviço. Para uma utilização mais eficiente, os serviços possuidores de cada publicação estão agrupados pelas diferentes zonas do país (Norte, Centro, Sul, Açores e Madeira).

4 - DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA A PUBLICAR

Sendo a finalidade de uma rede a comunicação, a troca e a aquisição de informação, entendemos que, para além destes documentos de referência que acabámos de referir, muitos outros deverão também ser preparados; uns com perspectivas de maior facilidade de preparação a curto e médio prazo e outros, certamente, a longo prazo.

Passaremos a referir aqueles que, desde já, sugerimos pela importância que lhe reconhecemos.

4.1 - Bibliografias temáticas

Há temas na área da saúde que pela actualidade, impacto social, problemas que suscitam, acções que desencadeiam, são debatidos e estudados repetidas vezes por elevado número de utilizadores, os mais diversificados.

São assuntos com estas características, como a sida, a droga, o ambiente, a poluição e muitos outros que deveriam ser objecto de bibliografias temáticas acessíveis e facilmente localizáveis.

4.2 - Catálogo colectivo de livros antigos

O livro antigo, disperso por muitos serviços, frequentemente sem ser objecto de tratamento técnico e muitas vezes sem merecer qualquer

atenção ou cuidado de armazenamento por parte das entidades possuidoras, é um patrimônio riquíssimo que merece ser preservado e inventariado.

Não se imagina, na maior parte dos casos, a quantidade de livros antigos que existem nas bibliotecas portuguesas da área da saúde e a importância que cada vez mais estão a ter para a história das ciências.

Defendemos, pois, o seu tratamento sistemático e a elaboração de um catálogo colectivo que permita a sua disponibilização a todos quantos se dedicam a esta área de investigação.

4.3 - Catálogo colectivo de publicações de educação de saúde

Muito embora não seja a nossa área de especialidade, pensamos ser vastíssima a documentação divulgada por vários serviços e existente em várias bibliotecas. Como base para estudos de lançamentos de campanhas e informação à população, mesmo por métodos hoje mais modernos e utilizando novas tecnologias, parece-nos, entre outras razões, uma bibliografia de grande interesse para ser alvo deste tipo de documento de referência.

4.4 - Catálogo colectivo de material não livro

Variadíssimos tipos de documentos não livro estão a ter cada vez mais impacto nos novos métodos de ensino e de informação, pelo que tem sido crescente o interesse pelas técnicas do seu tratamento, armazenamento e difusão.

Existindo algum deste material (filmes, vídeos, diapositivos e outros) em serviços da área da saúde, será recomendável que nas várias bibliotecas se lhe dedique especial atenção, e que seja organizado um catálogo colectivo, pois, certamente, será um tipo de documento cada vez mais procurado.

4.5 - Catálogo colectivo de teses

As bibliotecas universitárias conhecem bem a importância destes documentos e os problemas que o seu tratamento e localização têm suscitado.

Um catálogo das teses de doutoramento, de provas de aptidão pedagógica e científica, ou de outras de idêntico valor nesta área, parece-nos ser um bom investimento técnico.

4.6 - Catálogo colectivo de literatura cinzenta

Se as teses têm sido objecto de grande atenção e preocupação por parte das bibliotecas universitárias, a quantidade de literatura cinzenta dispersa por tantas instituições, alguma do maior interesse informativo, mas apenas conhecida através dos serviços de biblioteca e documentação se for tratada, torna-se, cada vez mais, um polo de atenção de todos, não só a nível nacional como a nível internacional.

Porque não a área da Saúde ser pioneira, preparando um catálogo de literatura cinzenta?

4.7 - Guia de bases de dados em CD-ROM

Felizmente que hoje em dia já muitos serviços da área da saúde dispõem de bases de dados em CD-ROM. Algumas, pela sua maior importância

e impacto, encontram-se em várias bibliotecas, e outras, pela sua especificidade ou custo, encontram-se apenas numa.

Mas há ainda muitas bibliotecas que, ou por não disporem de verbas adequadas, ou pela sua dimensão o justificar, não possuem este tipo de fonte de informação, não deixando, no entanto, de ter necessidade de informar os seus utilizadores da sua localização noutros serviços, para que aí possam ser consultadas.

Por outro lado, dada a proliferação de bases de dados neste suporte e nesta área temática, não é possível a todos os serviços fazer a aquisição de todas as que lhe podem interessar, devendo, sim, fazer-se uma racionalização na sua aquisição e rentabilizar-se as existentes.

Para tal deverá ser elaborado um guia, actualizado periodicamente, das bases disponíveis nos vários serviços, de forma a que qualquer utilizador as possa facilmente localizar e consultar em qualquer ponto do país, sempre que necessário.

4.8 - Guia de serviços fornecidos e de acesso à informação

A ideia que temos subjacente à elaboração deste guia, é fundamentalmente a de informar as bibliotecas sobre a maneira de como prestar vários serviços, não só através do conhecimento dos serviços que cada um presta nas suas bibliotecas, mas também de actos de informação que uns mais experientes realizam de forma fácil e eficiente porque sabem aonde recorrer e como fazer, e que outros simplesmente ignoram. Em suma, é tornar acessível à comunidade profissional a experiência de alguns, ou mesmo, a troca de experiências, traduzida num guia acessível a todos. Por ex.: - Como arranjar fotocópias de artigos de publicações periódicas não existentes no país; - Como conseguir um livro que existe noutra biblioteca do país ou do estrangeiro; - A que serviço se deve recorrer para obter uma informação do tipo X ou Y.

4.9 - Repertório de profissionais

Conhecer melhor os profissionais que trabalham nos diversos serviços é hoje em dia um aspecto a que se está a dar a maior atenção em variadíssimas áreas.

Embora a área da saúde não seja ainda muito populosa em profissionais da documentação e informação, o certo é que muitos não se conhecem, há gente nova que ingressa nesta área, e talvez por este meio se tornasse mais fácil o contacto e a troca de experiências que tão positiva é.

4.10 - Repertório de projectos de investigação

Sendo difícil, se não impossível, saber-se de forma rápida e eficiente se no nosso país existe algum projecto de investigação numa área determinada, parece-nos que seria possível às bibliotecas da saúde dos sectores ligados à investigação, virem a empreender este trabalho, sem dúvida, interessante e certamente de importância reconhecida.

Convém referir, desde já, que pelo conhecimento que temos das políticas de investigação seguidas no nosso país, este projecto será bem aceite por muitos utilizadores, mas, provavelmente, muito polémico para outros!...

Será talvez um desafio ao nosso papel de intermediários isentos da informação.

4.11 - Glossário de termos técnicos de documentação

São vários os vocabulários, dicionários técnicos, normas de terminologia existentes nesta área, que se encontram dispersos e talvez dificilmente acessíveis a todos.

No entanto, parece-nos indispensável que os respectivos profissionais tenham um bom conhecimento da terminologia essencial de documentação, o que lhes proporcionará uma aplicação exacta do termo adequado e conseqüentemente, um entendimento perfeito quando abordados assuntos desta área.

Neste sentido, será aconselhável a preparação de um pequeno glossário dos termos técnicos de documentação e informação mais correntemente utilizados, acessível a todos.

5 - METODOLOGIAS DE TRABALHO

Várias serão as metodologias possíveis para levar a bom termo a proposta que aqui deixamos, mas há alguns pontos fundamentais que não poderemos deixar de assinalar como estratégias que naturalmente deverão ser tidas em consideração.

- 1 - Realização de um alargado debate sobre a importância dos vários documentos de referência sugeridos, ou outros que se venham a considerar pertinentes.
- 2 - Definição e estabelecimento de prioridades.
- 3 - Organização dos profissionais em Grupos de Trabalho, de acordo com as afinidades e interesses em questão.
- 4 - Eventual preparação dos técnicos que o desejarem para a realização de determinadas tarefas.
- 5 - Estudo pormenorizado por cada Grupo de Trabalho de todo o material de apoio necessário.
- 6 - Utilização do Repertório das Bibliotecas e Serviços de Informação como ponto de partida para os vários projectos.
- 7 - Aproveitamento de todos os recursos existentes como fontes de informação indispensáveis, não se repetindo tarefas já realizadas e num autêntico espírito de cooperação nacional.

6 - CONCLUSÃO

A APDIS, desde a sua criação, empenhou-se seriamente num projecto que temos a certeza muito valorizará a informação na área da saúde e dignificará os seus profissionais.

Já muito se fez, mas longo é o caminho a percorrer para atingirmos a meta desejada de um projecto, que afinal é de todos nós e no qual todos os profissionais se terão de empenhar seriamente.

Especificamente na temática que abordámos, documentos de referência, parece-nos evidente que muito temos ainda para realizar.

Pretendemos deste modo sensibilizar para a necessidade de emprendermos novas tarefas, apresentando sugestões que serão apenas

pontos de partida e de reflexão para um debate sobre o seu interesse e sobre possíveis metodologias a seguir.

Temos afirmado várias vezes em reuniões profissionais da área da documentação em geral, que a organização da informação global de um país só é possível se cada sector, cada área específica se organizar e "arrumar a sua casa". É isto que se tem feito e que continuará a fazer a área da Saúde, consciente do papel que lhe cabe na valorização da informação em Portugal.

}

PROCOLOS DE INTERCÂMBIO
DE
INFORMAÇÃO

Moderador: *Manuela Prates*

PROCOLOS DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO

Antónia Martins Pereira da Silva
Helena Margarida Donato
Serviços de Documentação
Hospitais da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

O sucesso no campo da medicina e investigação, além de muitas outras áreas depende, em grande parte, do acesso à informação. Fornecer aos utilizadores de Bibliotecas e Serviços de Documentação melhores serviços passa pela necessidade de melhorar sistemas de cooperação, de modo a otimizar os recursos bibliográficos disponíveis.

A cooperação é, cada vez mais, a base para um bom funcionamento dos Serviços, levando a ultrapassar as carências existentes pela partilha de recursos bibliográficos, visando alcançar o nível de qualidade e rapidez de resposta em face das necessidades dos utilizadores.

As Bibliotecas e Serviços de Documentação estão conscientes de que a informação disponível não se confina às paredes dos seus próprios organismos, mas que o acesso a um mais vasto número de documentos é possível. Redes de informação, catálogos colectivos impressos, listas de publicações periódicas, permitem o conhecimento e a difusão das potencialidades de cada Biblioteca.

Repensar o empréstimo interbibliotecas e o fornecimento de documentos é indispensável para rentabilizar as colecções e facilitar a partilha de recursos e, por conseguinte, o acesso ao documento primário.

A cooperação a este nível é uma realidade de há muito nas bibliotecas e Serviços de Documentação de Saúde, mas sente-se uma necessidade cada vez maior de uniformizar procedimentos e facilitar todo o processo de empréstimo interbibliotecas.

O protocolo que se pretende implementar é simples, como se pensa ser o mais conveniente, de forma a que possa fomentar a adesão por parte de todas as Bibliotecas e Serviços de Documentação da área de saúde.

1. ENQUADRAMENTO NA ACTUAL SITUAÇÃO

O empréstimo interbibliotecas constitui um campo muito importante em todas as áreas da informação científica e técnica e está também implementado na área de saúde. Não existem, no entanto, normas bem definidas e aceites pelas diversas bibliotecas, centros e serviços de documentação de modo a que esta actividade se encontre bem delineada para uma cooperação ainda mais efectiva entre os serviços.

É esta a finalidade que nos propomos atingir, definindo objectivos, deveres e benefícios para as bibliotecas cooperantes e ainda alguns princípios orientadores para o seu funcionamento.

2. OBJECTIVOS

O empréstimo interbibliotecas é a actividade que possibilita fornecer e pedir um documento, ou a sua cópia, existente noutro organismo, de forma rápida e económica.

A sua concretização implica a intervenção de vários organismos em cooperação de modo a possibilitar ao leitor o acesso a um maior volume de informação.

Cada biblioteca, individualmente, tem que constituir o seu fundo bibliográfico próprio e enriquecê-lo para poder responder às necessidades dos seus utilizadores. O empréstimo interbibliotecas funciona como um serviço complementar assente na partilha de recursos bibliográficos e apelando, de uma forma mais lata, à racionalização de recursos, financeiros e bibliográficos, por uma correcta gestão de aquisições. Nenhuma biblioteca poderá bastar-se a si própria. O empréstimo interbibliotecas existe, precisamente, para suprir as carências em sistema de cooperação.

3. LINHAS GERAIS DE COOPERAÇÃO

3.1 Cooperantes

Poderão ser cooperantes todas as bibliotecas, centros e serviços de documentação incluídos no "Repertório de bibliotecas e serviços de documentação da área de saúde em Portugal" editada pela APDIS, e outros que eventualmente queiram aderir nas condições propostas.

3.2 Princípios gerais de cooperação

Todas as bibliotecas cooperantes deverão efectuar actualizações assíduas das suas listas de publicações periódicas, enquanto não são efectuadas novas edições da "Lista de publicações periódicas das bibliotecas na área de Saúde em Portugal" da APDIS. Essas listas actualizadas deverão ser distribuídas por todas as bibliotecas cooperantes, que efectuarão os pedidos dos documentos directamente à biblioteca que os possui.

As bibliotecas cooperantes assumirão o compromisso de aceitar os objectivos definidos neste documento e os princípios que o complementam para a sua implementação.

As bibliotecas cooperantes beneficiarão, neste processo, de maior difusão da sua informação, através da divulgação das listas actualizadas de publicações, quer impressas, quer em suporte informático.

Beneficiarão ainda da facilidade de acesso ao documento, procurando responder mutuamente com a rapidez possível e exigível neste tipo de serviço.

Poderão usufruir ainda de pesquisa bibliográfica em CD-ROM a custos bonificados, definidos pelos Organismos aue podem fornecer esses serviços.

4. PRINCÍPIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO

Pretende-se que o empréstimo interbibliotecas funcione de forma simples.

4.1 Uniformização de procedimentos administrativos

Para conseguir a uniformização de procedimentos administrativos, serão disponibilizados pela APDIS livros de impressos com os elementos essenciais a preencher facilmente pelas bibliotecas, para efectuar o pedido de um documento. Este impresso circulará directamente entre as bibliotecas cooperantes.

A aquisição de cupões para os pedidos de documentos será o método adoptado para pagamento da cópia do documento. No caso do pedido de um livro o valor do empréstimo será pago antecipadamente pelo utilizador.

4.2 Custos

Cada biblioteca cooperante adquirirá à APDIS livros de impressos e cupões.

- **Cupões/cadernetas:**

- Cupão (até 5 páginas)50\$00

- Cadernetas (30 cupões) 300\$00

- **Livros**..... 1.500\$00

- **Portes de correio:**

- Artigos de publicações periódicas:

- Via postal normal 100gr = 75\$00 (18 folhas)

- Correio azul..... 100gr = 150\$00 (18 folhas)

- Fax..... 250\$00/Página

- **Livros:**

- Via postal normal..... Tarifa em vigor

- Correio azul..... Tarifa em vigor



PROTOCOLOS DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO:

Um serviço nacional de empréstimo interbibliotecas

por: Lúcia Veloso*

1 - INTRODUÇÃO

O Empréstimo interbibliotecas aumentou em Portugal cerca de 30% nos últimos dois anos. Este acréscimo é indício de uma significativa mudança na noção de biblioteca como um espaço sem muros, nem fronteiras, aberto à cooperação e partilha de recursos técnicos e bibliográficos única forma de fazer face às exigências e necessidades da informação no mundo actual. De facto, o fácil acesso às bases de dados disponíveis em linha ou CD-ROM, as restrições orçamentais e a superprodução de documentos em todo o mundo, exigem uma capacidade de resposta que não está ao alcance dos serviços de documentação ou bibliotecas sem o recurso a um eficiente serviço de empréstimo interbibliotecas que será, em nosso entender, a única solução possível face às dificuldades enumeradas.

Incentivar uma política de aquisições com vista a criar uma maior autosuficiência nacional e promover o desenvolvimento de serviços de referência, alargando a sua esfera de acção para fora do espaço restrito da sua utilização corrente são, no entanto, requisitos prévios para o sucesso de um serviço deste tipo.

A autosuficiência nacional em recursos bibliográficos passa ainda pelo investimento na aquisição de mecanismos de comunicação entre os serviços bibliográficos existentes e indispensáveis no acesso à informação bibliográfica que permitem e na posterior obtenção dos documentos disponíveis, independentemente da sua localização geográfica.

* Assessora da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O incremento de estruturas promotoras de desenvolvimento local e regional, como as Universidades, as Associações de desenvolvimento local e regional integrado e outras, necessitando de informação pertinente e actual para desempenharem o seu papel nas regiões onde estão inseridas, veio evidenciar ainda mais a necessidade de encontrar soluções adequadas para fazer face às assimetrias regionais existentes no país no que diz respeito aos recursos bibliográficos e outros aspectos do desenvolvimento. O grande investimento que está a ser feito pelos serviços internacionais no domínio das comunicações e na ligação entre diversos sistemas informatizados de empréstimo leva-nos a associar a informação a um valor de mercado que deve atrair clientes, sobretudo nos países em que esta é deficitária, justificando e quantificando a sua importância como factor de desenvolvimento económico e social.

2 - UM SERVIÇO NACIONAL DE EMPRÉSTIMO INTERBIBLIOTECAS: a realidade e a utopia

A implantação de um serviço de empréstimo interbibliotecas a nível nacional exige, em primeiro lugar, uma estratégia política de envolvimento de parceiros, definindo o seu papel no contexto do objectivo final.

Incentivar a participação das bibliotecas numa rede de empréstimo não é tarefa fácil numa época de recessão como a que atravessamos, pois requiere investimento de recursos humanos, técnicos e informáticos que não serão facilmente suportáveis. Refira-se, no entanto, que a organização dos fundos documentais das bibliotecas com a introdução da informática no tratamento técnico da informação, veio introduzir uma substancial melhoria nas suas condições de acesso e conseqüentemente na obtenção do documento. A criação da PORBASE, como catálogo colectivo nacional, constitui uma importante fonte de referência para a localização dos documentos existentes nas bibliotecas do país, embora

infelizmente ainda não cubra toda a bibliografia existente, nem responda às necessidades do utilizador nacional, muito dependente ainda da bibliografia que vem do exterior. Mas apesar da conjuntura actual não ser das mais optimistas não podemos deixar de reconhecer, as vantagens económicas de um serviço de empréstimo que cubra a área geográfica nacional, permitindo a redução de verbas na aquisição duplicada de bibliografia estrangeira já existente e possibilitando a optimização dos recursos bibliográficos de cada serviço, colocando-os à disposição de um maior número de utilizadores.

Mas, em virtude da ausência de estruturas e da fraca capacidade económica do sector da informação, a definição de estratégias e modelos estruturais a adoptar para implantar um serviço nacional de empréstimo interbibliotecas deve ter em consideração os recursos existentes, tanto bibliográficos como estruturais, a capacidade dos diversos serviços em meios humanos e técnicos e a possibilidade de integrar projectos sectoriais de diferentes dimensões já desenvolvidos ou a desenvolver.

2.1 - RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

A pesquisa das fontes de informação para identificar e localizar os documentos no país exigem o desenvolvimento, por um lado, de serviços de referência dotados de boas fontes de informação e de capacidade de comunicar, através do acesso a catálogos colectivos, bases de dados sectoriais e locais, catálogos em linha ou CD-ROM, catálogos impressos, por outro, a criação das próprias fontes de referência nacionais.

De facto, o processo informatização das bibliotecas portuguesas é ainda muito recente permitindo localizar parte da bibliografia existente no país, sobretudo a mais recente, sendo a mais antiga que serve de base à investigação em ciências humanas e sociais ainda pouco acessível ou mesmo inacessível. Por esta razão a produção de fontes de referência

nacionais, como um exaustivo catálogo colectivo de publicações periódicas, disponível num formato de fácil actualização, bases de dados locais e sectoriais e outros documentos de trabalho, com bibliografia recente e antiga como bibliografias analíticas, documentação secundária produzida pelos serviços, que permitam conhecer e divulgar os fundos existentes, é uma necessidade nacional.

O acesso ao documento pode, no entanto, ser facilitado pela identificação de centros de recursos bibliográficos, aproveitando os serviços com capacidade de exercerem essa função, através de uma análise que tenha como parâmetros:

- a distribuição de recursos na área geográfica nacional
- a localização das grandes colecções (áreas temáticas cobertas e tipo de documentos abrangidos)
- o acesso a catálogos colectivos tradicionais ou em linha
- as infraestruturas de telecomunicações

2.1.1 - Bibliografia estrangeira existente em Portugal

a) Acções a desenvolver na política dos recursos existentes:

- definição de redes sectoriais e os seus pólos de empréstimo (grandes bibliotecas especializadas, redes sectoriais);
- definição de redes locais e pólos regionais (universidades, centros de recursos bibliográficos locais);

b) Acções a desenvolver no que diz respeito ao enriquecimento das colecções de modo a incrementar a autosuficiência nacional:

- coordenação de aquisições, através da partilha em programas de gestão integrada de bibliotecas existentes e aquisição cooperativa de suportes alternativos de custo mais elevado.

2.1.2 - Bibliografia portuguesa

- a) Identificação dos fornecedores de documentos portugueses por área geográfica;
- b) Política de duplicados;
- c) Cooperação entre as bibliotecas que beneficiam do depósito legal, através da sua participação em catálogos colectivos disponíveis em linha (PORBASE).

2.2 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, NORMALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

Os procedimentos administrativos, como modelos de pedidos, tipo de facturação e pagamento, e respectiva contabilidade e movimento estatístico, devem ser alvo de uma análise objectiva das nossas realidades.

Um dos estrangulamentos dos pedidos de empréstimo, nomeadamente os internacionais, é o facto de serem utilizados por cada serviço mecanismos administrativos próprios (um impresso para efectuar o pedido, uma inscrição de cliente, um tipo de pagamento, etc.) que, por serem muito diferenciados uns dos outros, tornam mais difícil a comunicação.

2.2.1 - Normalização dos procedimentos

Os mecanismos administrativos devem ser normalizados, de preferência utilizando normas internacionais.

Deste modo qualquer sistema de empréstimo deverá reconhecer:

- a norma para identificar o documento, independentemente da forma ou do suporte em que se transmite (ISBD, ISSN, ISBN ou BIBLID)
- a norma que identifica as actividades e rotinas desencadeadas no processo do empréstimo e a sua sequência (como é o caso da ISO 10160 ILL).

2.2.2 - Simplificação e polivalência dos procedimentos

A simplificação e polivalência dos procedimentos administrativos é outra das vantagens de um serviço de empréstimo. O processo de requisição de qualquer documento deve ser multifacetado, isto é, deve permitir a utilização de diversos meios de comunicação (fax, correio electrónico, carta, telefone, etc.). Vincular uma requisição a um impresso rígido, próprio de um serviço específico, obedecendo a regras de preenchimento, é um processo impeditivo e desmotivador para qualquer cliente menos usual. Este processo compreende-se num serviço de empréstimo internacional em que o empréstimo constitui a sua principal função e o número de pedidos por ano exige uma estrutura mais complexa. A simplificação passa também pelo estabelecimento de prazos de empréstimo uniformes e por uma forma de pagamento cómoda, de fácil aquisição e de fácil permuta com outros organismos. A adopção de coupons é uma das propostas mais frequentes e também das mais variadas; cada serviço tem a sua moeda própria com um valor variável e pouco acessível.

A utilização dos coupons internacionais que se vendem nos correios e que são aceites pela maioria das bibliotecas de todo o mundo são, em nosso entender, uma boa moeda para o empréstimo. O seu valor (250\$00) não é de tal forma elevado que não possa ser utilizado como valor mínimo para o trabalho que envolve qualquer pedido de empréstimo (pesquisa, fotocópia, correio e tempo do pessoal que executa todas estas tarefas). Mas, tal como os processos de comunicação, o serviço deverá utilizar diversas formas de pagamento.

3 - O PROJECTO AIDA NO CONTEXTO DE UM SERVIÇO NACIONAL DE EMPRÉSTIMO INTERBIBLIOTECAS

O projecto AIDA (Alternatives for International Documents Availability) é um projecto internacional apresentado à D.G. XIII em Fevereiro de 1993 em que participam Portugal,

Itália e França. Portugal é representado por dois tipos de participação: parceiros — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e associados — Universidade Clássica de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa.

O processo de negociação e angariação de parceiros para projectos internacionais com comparticipação de fundos da Comunidade Europeia é algo de complicado e é da responsabilidade da entidade que propõe o projecto à consideração dos eventuais interessados. Numa primeira fase, o projecto incluía apenas a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra que aceitou a proposta com o objectivo de englobar no Projecto as restantes bibliotecas desta Universidade.

No "First Round Negotiation Meetings", levado a efeito em Maio, no Luxemburgo, sendo notório o desequilíbrio entre o número de participantes dos dois países, foi exigido pela D.G. XIII um maior empenhamento dos parceiros italianos no sentido de aumentar o número de participantes portugueses. Restabelecidos os contactos, perante as vantagens económicas da nova proposta, foram estas as bibliotecas que aceitaram o desafio.

3.1 - OBJECTIVO

O objectivo do projecto é estabelecer uma rede entre bibliotecas italianas e portuguesas com vista a:

- troca de documentos entre os dois países de forma rápida e com custos reais
- utilização da mesma rede para acesso aos documentos estrangeiros

3.2 - MEIOS PARA ATINGIR ESTE OBJECTIVO

Este objectivo será atingido, através da utilização de uma infraestrutura lógica e organizacional para implementar um serviço de empréstimo interbibliotecas.

Para implementar este serviço o projecto prevê:

- estudo das normas comuns que assegurem a operacionalidade do serviço dentro de cada país, permitindo o seu alargamento a outros sistemas existentes em Itália e Portugal;
- desenvolvimento e implementação de uma infraestrutura técnica que permita iniciar os serviços de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos durante a fase de elaboração.

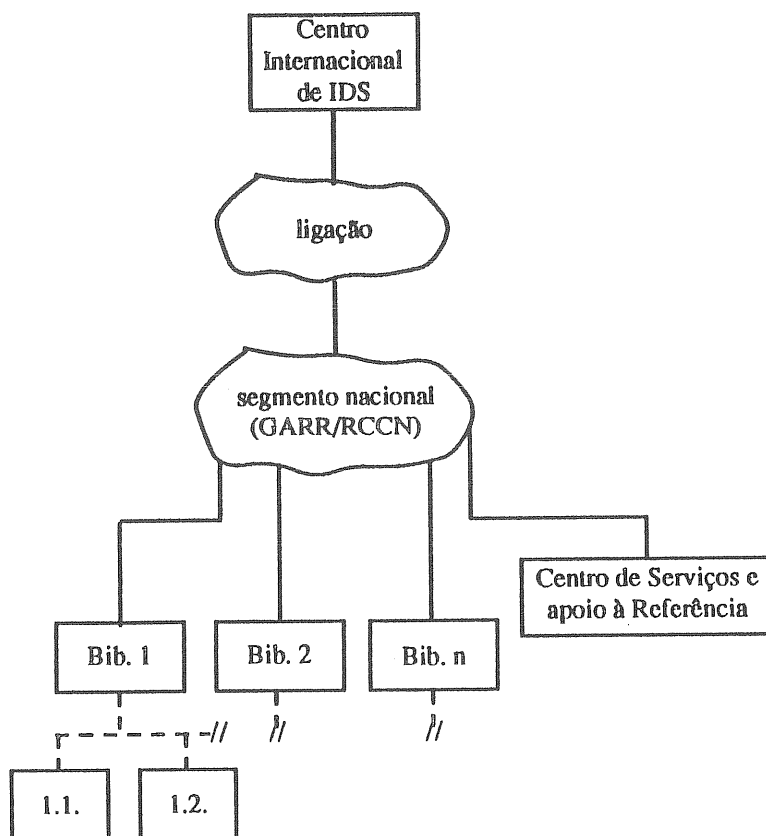
O serviço deverá ser executado por um programa informático a desenvolver, deverá definir a estrutura do serviço dentro de cada país e permitir a sua utilização em rede.

De acordo com os objectivos desenvolvidos no projecto, este deverá ainda:

- permitir a execução simultânea das funções no interior da rede e por cada um dos participantes do projecto;
- possibilitar a sua aplicação ao desenvolvimento posterior de serviços de Empréstimo interbibliotecas dentro de cada país;
- reduzir as carências regionais através da transferência de tecnologia das regiões mais avançadas;
- aproveitar as infraestruturas de comunicações já existentes:
 - GARR (Gruppo di armonizzazione di reti della ricerca) → Itália
 - RCCN (Rede de cálculo científico nacional) → Portugal

A ausência, em qualquer dos dois países, de uma política nacional de empréstimo interbibliotecas e de um sistema automatizado de empréstimo, foi a razão invocada para a prioridade e inovação do projecto nos dois países.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DE UMA REDE AIDA DE BIBLIOTECAS DE UM PAÍS**



3.3 - BENEFÍCIOS E RESULTADOS DO PROJECTO

Os resultados que Portugal pretende atingir através deste projecto são:

3.3.1. Definir uma política nacional de empréstimo interbibliotecas, tendo como elementos estruturais:

- uma rede que cubra a totalidade do país, ligando as bibliotecas de maior dimensão.
- identificação dos pedidos de documentos nacionais e estrangeiros através de definição de centros de referência.

- estabelecimento de suportes legais e administrativos para o normal funcionamento desta rede (tais como protocolos, para soluções de problemas relacionados com copyrights e ligação de serviços de diferentes hierarquias administrativas, etc.)
- normalização dos procedimentos e funções do empréstimo.

3.3.2 - Melhoria das condições do empréstimo e rentabilização dos documentos existentes em Portugal.

- fomentar a aquisição coordenada de documentos não existentes nas bibliotecas portuguesas;
- tornar acessíveis os documentos existentes nas bibliotecas portuguesas a um maior número de utilizadores;
- automatização das funções do empréstimo e dos procedimentos administrativos, reduzindo o investimento em pessoal.

3.4 - ARTICULAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE AIDA

Os serviços que a rede AIDA oferece são de dois tipos:

- serviço intermediário (banco de dados, catálogo em linha, utilitários de rede ethernet) que AIDA se limita a transmitir e colocar à disposição do utilizador;
- serviço gerido directamente pelo Centro de Serviço AIDA destinado essencialmente à gestão dos pedidos de IDS com os elementos comerciais, administrativos e financeiros daí derivados.

FASES DO EMPRÉSTIMO	FUNÇÕES EXECUTADAS	TIPO DE SERVIÇO	
		(serv. interm.)	(serv. direct.)
1 . Pesquisa bibliográfica e identificação do item	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Acesso a bases de dados bibliográficos ◦ Acesso a catálogos em linha ◦ Recuperação de informação bibliográfica 	* * *	
2 . Localização do documento	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Acesso a catálogos em linha 	*	
3 . Encaminhamento do pedido de empréstimo	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Criação de mensagens e control ◦ Classificação do utilizador, atribuição de um nº de utente, recibos e arquivo de pedidos ◦ Seguimento do pedido ao destinatário ou introdução no ficheiro de pedidos a ser executados 		* * *
4 . Confirmação pelo centro de empréstimo	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Recepção e envio de mensagens confirmando a execução do pedido ◦ Registo de crédito e gestão 		* *
5 . Pedidos pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Controlo do andamento dos pedidos pendentes e suas causas ◦ Seguimento das mensagens positivas ou negativas 		*
6 . Gestão de facturas, contas e recibos	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Gestão dos dados de identificação do utilizador ◦ Gestão de conta de pré-pagamento ou crédito ◦ Facturas e contas ◦ Recibos e pagamentos e seu registo ◦ Relatório final de contas 		* * * *
7 . Estatística	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Por definir 		*
8 . Mensagens / Lista	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Por definir 		*

É importante assinalar que o cliente tem toda a liberdade de fazer o seu pedido, não ficando a estrutura lógica dependente da sequência dos procedimentos. A única limitação é, obviamente, não ser possível reclamar um empréstimo que não tenha sido pedido anteriormente.

A necessidade de serviços de referência que sirvam de apoio ao serviço de IDS é um pressuposto do projecto. Assim, são previstas no sistema, as diversas fases do empréstimo e as funções que são desencadeadas de forma automatizada. A sequência destas funções é definida em diversos processos codificados em tabelas, de acordo com o tipo de utilizador e com o tipo de pedido solicitado.

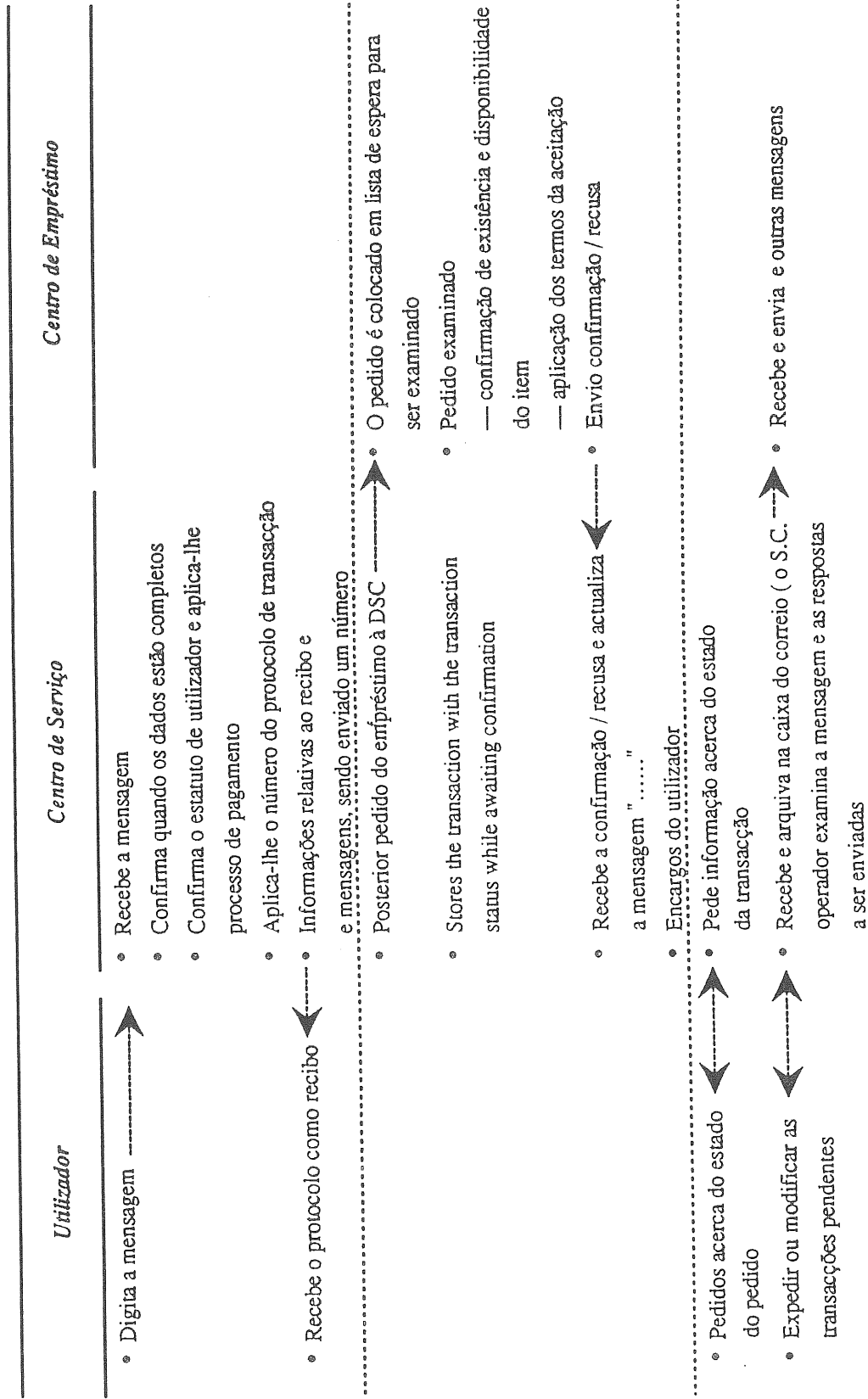
<i>Completar / Verificar a informação contida no pedido de IDS</i>			<i>Confiança no cliente / utilizador</i>		
no	identificação	localização	A parceiro inscrito	B conhecido	C desconhecido
1	correcta	correcta e inequívoca	processo 1.A.	processo 1.B.	processo 1.C.
2		correcta c/ mais do que uma fonte	processo 2.A.	processo 2.B.	processo 2.C.
3		provável	processo 3.A.	processo 3.B.	processo 3.C.
4		não existente			
5	parcial/ correcta	provável			
6		provável			
7	incorrecta	não existente			
8		não existente			

Na grelha acima é codificada a tipologia do pedido resultante da junção do tipo de utilizador previsto na rede e da identificação e localização do documento. 1A, por exemplo, é o código correspondente ao utilizador inscrito na rede, conjugado com um pedido que apresenta uma identificação correcta e uma localização do documento inequívoca.

O esquema seguinte apresenta os procedimentos desencadeados automaticamente quando é accionado um pedido a que corresponde o código - 1A.

1.A. PROCESSO

identificação : certa
 localização : inequívoca
 tipo de utilizador : parceiro / inscrito



A definição da sequência destes procedimentos é comum a qualquer serviço de empréstimo interbibliotecas, mas a sua manutenção e gestão não é fácil se executada de forma não automatizada. O sistema permite, assim, um conhecimento rápido da situação de um pedido e de todos os procedimentos sequenciais que um tipo de pedido e um tipo de utilizador requerem.

A ligação directa entre a pesquisa através do computador de uma rede local ao Centro de Serviço equipado com o *software* do AIDA é um factor de rapidez e correcção na transmissão do pedido. O Centro de Serviço deve ter a possibilidade de identificar o pedido feito, identificar o tipo de utilizador e atribuir-lhe o código previsto nas funções básicas pré-definidas no *software*.

O êxito do projecto AIDA dependerá de muitos factores que são alheios ao projecto em si, uma vez que ele é coordenado, gerido e executado na sua totalidade por uma empresa italiana (o Studius Staaf), exigindo dos restantes participantes uma boa dose de confiança.

Por outro lado, a transferência de tecnologia das regiões mais avançadas, apresentada no Projecto com uma vantagem, poderá confrontar-nos com a nossa falta de estruturas e apoios técnicos para solucionar problemas que não têm fácil resolução, como as dificuldades e carestia das comunicações, a inexistência de fontes de referência e a falta de pessoal habilitado para lidar com a tecnologia proposta. Mas, se tudo o que nos é proposto em projecto não passar de pura utopia, resta-nos a consciência da nossa realidade e o facto de nos sentirmos "parceiros", estudando soluções e definindo os nossos próprios objectivos.

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, Ana Martins — O empréstimo interbibliotecas: uma outra perspectiva no serviço ao utilizador "*Rev. Bibl. Nac.*". Lisboa 8(1) 1993, p. 231-245.
- BONK, Sharon C. — The cost of co-operation in: "GALLICO, Alison — *Interlending & Document supply: Proceedings of the Second International Conference hold in London, November, 1990*". London: IFLA, Office for International Lending, 1991, p. 14-20.
- BRADBURY, David — Interlending and Document Supply: achievements and challenge. In: "GALLICO, Alison — *Interlending & Document supply: Proceedings of the Second International Conference hold in London, November, 1990*". London: IFLA, Office for International Lending, 1991, p. 1-4
- CALENGE, Bertrand — Les bibliothèques centrales de prêt: dix années de mutations "*Bull. Bibl. France*". Paris 37(4) 1992, p. 24-34.
- CORNISH, Graham P. — L'intérêt du prêt: le rôle du BLDSC en Europe. "*Bull. Bibl. France*". Paris 33(1/2) 1988, p. 105-108.
- CORNISH, Graham P. — *Prêt interbibliothèques et reproduction: modèle de Manuel*. Paris: UNISIST, 1989.
- DE GUILLY, Francis — Mariage forcé: la poste et le prêt-inter "*Bull. Bibl. France*". Paris. 32(2) 1987, p. 163-169
- DEKKERS, Makx — OSI and ILDS: a pragmatic approach towards the use of standardisation. In: "GALLICO, Alison — *Interlending & Document supply: Proceedings of the Second International Conference hold in London, November, 1990*". London: IFLA, Office for International Lending, 1991, p. 44-50.

MARKETING DA INFORMAÇÃO

Moderador: *Maria José Justo*

MARKETING DELL'INFORMAZIONE NELLE BIBLIOTECHE E NEI CENTRI DOCUMENTARI ITALIANI

Adriana DRACOS*, Maria CASTRIOTTA*

Introduzione

Nel mercato dei servizi d'informazione è indubbio il ruolo di primo piano svolto dalle biblioteche e dai centri di documentazione quale asse portante nel processo globale di recupero dell'informazione. Questo nuovo tipo di mercato, che per molti aspetti si differenzia da quello tradizionale, trae origine dal processo di trasformazione della biblioteca da raccolta statica di opere e documenti, a raccolta organica di risorse e strumenti documentari suscettibili di ulteriori elaborazioni, in funzione di specifiche esigenze dell'utenza finale. In conseguenza, servizi tradizionalmente gratuiti, come quelli già offerti dalle biblioteche, vengono necessariamente ad essere sottoposti alle leggi del mercato. In genere, per legge di mercato si intende l'offerta ad un potenziale utente di un bene o servizio, con un costo ben determinato ed un utile tale da consentire la sopravvivenza dell'iniziativa. Sotto questo riguardo, le biblioteche e i servizi di documentazione presentano connotazioni loro proprie, poichè nella maggioranza dei casi si tratta di organizzazioni "non profit" e cioè tali da porre come fine ultimo solo un recupero parziale o totale dei costi, in luogo della massimizzazione dei profitti. Per questi enti, pertanto, il marketing si trasforma in "social marketing".

Un programma di marketing deve comunque, come primo passo, identificare gli effettivi e potenziali utenti, determinare, cioè, il segmento di mercato interessato a determinati servizi o che presenta esigenze specifiche che richiedono risposte particolari. Una volta riscontrate analogie e differenze nei fabbisogni degli utenti, è essenziale promuovere azioni tese a far conoscere le possibilità

*Istituto Superiore di Sanità - Servizio Documentazione - Roma - Italia

offerte all'uopo dal mercato in quel particolare momento. Punto chiave del processo è inoltre la divulgazione competente ed attenta delle potenzialità dei servizi offerti, dalla quale deriva la creazione stessa del mercato. A questa deve poi necessariamente far seguito una "user education" commisurata alle aspettative delle varie possibili fasce d'utenza.

Nella fase successiva, un'esatta individuazione delle necessità d'informazione espresse da chi dovrà fruire del servizio ed una valutazione dei settori d'interesse prevalenti, rappresentano gli indicatori più validi ed attendibili nella scelta dei prodotti e dei servizi da distribuire. Nell'effettuare questa operazione, si dovrà ovviamente tener conto dello stanziamento previsto per l'erogazione dei servizi, delle spese da sostenere e delle eventuali entrate. Se poi si individuano fasce d'utenza differenziate, può essere opportuno stabilire una politica dei prezzi adeguata ai segmenti identificati.

Infine il piano di marketing viene valutato in base all'analisi dei risultati che modellano ed indirizzano le successive decisioni tendenti ad espandere od interrompere il servizio.

1. Servizi a pagamento nelle biblioteche e nei centri documentari

1.1 Tipologia dell'utenza

Vediamo adesso come i principi di marketing già accennati sono stati applicati alla diffusione dell'informazione in Italia, dal momento che anche nel nostro paese si assiste ad una nuova cultura organizzativa dei servizi di biblioteca e di documentazione.

In proposito è opportuno puntualizzare che qui i termini biblioteca e centro di documentazione non esprimono sempre situazioni nettamente distinte, ma può accadere che una biblioteca esegua anche attività documentarie o, viceversa, un centro di documentazione comprenda, o persino si basi, su un patrimonio bibliotecario nel senso classico dell'espressione. Si tratta, comunque, di un'utenza ben identificata, generalmente legata alla ricerca scientifica, un settore in cui la tempestività dell'informazione è determinante. In tale ambiente dinamico, dove la notizia deve circolare in fretta, sono infatti più proponibili attività di

marketing legate all'informazione. L'utilizzatore tipo è un operatore scientifico che opera in un ambito prevalentemente universitario. L'accesso ai servizi è dato al personale interno o ad esso assimilabile ed in genere agli studenti; molte biblioteche hanno anche aperto all'utenza esterna (principalmente professionisti e ricercatori non universitari). I servizi richiesti sono vari e pur avendo in comune coordinate specifiche attinenti all'"information retrieval" ed al "document delivery", sono erogati in modo diverso a seconda delle realtà in cui le istituzioni sono chiamate ad operare. Quello che l'utenza generalmente richiede ed è disposta a pagare, è rappresentato in via prioritaria da bibliografie su specifici temi di ricerca, aggiornamenti periodici di profili d'interesse, copia del documento originale.

Alcune biblioteche effettuano anche attività di consulenza in modo da orientare l'utente a districarsi nel labirinto delle fonti d'informazione e a renderlo consapevole delle possibilità e dei limiti delle stesse. Ad esempio, almeno in Italia, sono ancora numerosi coloro che sono convinti che dall'interrogazione delle basi di dati si possa ricavare il testo di un libro o periodico e manifestano delusione quando recuperano solo un'indicazione bibliografica, eventualmente corredata da un abstract. Allo stesso modo è difficile convincerli che un solo archivio, anche il più ricco e specifico, non può contenere tutto lo scibile sull'argomento.

1.2 Tipologia della tariffazione

Secondo i principi di un buon marketing stabilito il bacino d'utenza ed i servizi da erogare resta sempre aperta la questione dei costi da addebitare in queste particolari situazioni, in cui obiettivo è la diffusione dell'informazione e non certamente il profitto. Di conseguenza, nel determinare le tariffe d'uso, sono considerate solo alcune delle spese sostenute. Non viene tenuto conto dei costi di gestione riferibili a spese generali, quali l'impiego di personale qualificato, l'aggiornamento di questo, l'acquisto di thesauri, manuali e materiale vario e le procedure di controllo contabile ed amministrativo dei servizi offerti. L'opportunità di un marketing sociale per questi servizi si impone per il fatto che qualora si calcolassero in

modo completo tutti gli elementi che compongono il costo, questo risulterebbe talmente elevato da scoraggiare gli utenti non abituati a pagare per ottenere informazioni.

Quanto illustrato non si applica esclusivamente alla realtà italiana, poichè analoghe considerazioni sui costi da recuperare sono riportate in altre parti del mondo che hanno maturato esperienze di tassazione analoghe a quelle registrate in Italia. In linea di massima, gli elementi fondamentali che determinano i costi da imputare sono la tipologia dell'utente e la natura del servizio richiesto. Ad esempio, nel caso della ricerca bibliografica online, entrano in gioco il costo delle reti di telecomunicazione ed il costo d'interrogazione del singolo archivio.

Per quanto riguarda le reti di telecomunicazione, ITAPAC, rete italiana a commutazione di pacchetto entrata in esercizio commerciale dal dicembre 1984, presenta costi fissi e costi variabili, questi ultimi calcolati a tempo e a numero di caratteri scambiati (ad esempio 1h di collegamento a 1200 baud viene a costare dalle 32.000 alle 36.000 lire). Per alcune istituzioni come università ed enti di ricerca a carattere nazionale, questo costo può essere abbattuto grazie ad INTERNET, rete di reti, che costituisce uno dei più grandi sistemi aperti oggi esistenti, funzionando in 26 paesi e servendo milioni di utenti. In Italia INTERNET è coordinata dal Ministero dell'Università e della Ricerca Scientifica e Tecnologica e consente di accedere gratuitamente alla maggior parte degli host commerciali, risparmiando le spese di ITAPAC. L'altra componente della tariffa richiesta all'utente, è il costo d'interrogazione dell'archivio. Questo presenta ampi intervalli di variabilità ed è determinato da una serie di fattori altamente specifici sui quali in questa sede non è possibile entrare in dettaglio. In grande approssimazione, sul costo influisce principalmente il tipo di informazione elaborata e la natura dell'ente che produce e/o gestisce la base di dati (ente pubblico o privato con fine di lucro).

In concreto, al costo base di collegamento si aggiungono altri parametri, quali ad esempio il numero di citazioni visualizzate, le eventuali stampe in offline, ecc.

Nella loro azione di intermediazione tra il produttore e il gestore dell'archivio e l'utente finale, le biblioteche adottano modalità di tariffazione

molto diverse tra loro. Alcune considerano unicamente il tempo di collegamento, applicando le stesse condizioni richieste dall'host; altre, per recuperare una percentuale delle spese, a questa cifra aggiungono una quota variabile (dal 20% al 40% della cifra stessa) o una quota fissa; altre ancora abbassano il costo d'interrogazione/ora, ma tassano ogni abstract visualizzato. Infine, vi sono delle biblioteche che stabiliscono una cifra forfettaria per ricerca.

Per l'interrogazione dei CD-ROM, dove, come è noto, si paga un abbonamento annuo, l'entità della cifra da recuperare è di più difficile determinazione. Alcune biblioteche hanno preventivato un certo numero di utenti/anno e su questa base hanno stabilito quanto far pagare. Dipendendo questa cifra dal traffico d'utenza, ne risulta un range molto ampio, variando le tariffe da £. 12.000 a £. 60.000/ora. Queste oscillazioni sono anche in dipendenza della tipologia d'utente, identificato per grandi fasce quali: studente, professore o ricercatore interno ed esterno, con un'"escalation" progressiva del costo richiesto. Vi sono poi delle biblioteche che si limitano a recuperare solamente un minimo indipendentemente dal numero degli utenti.

2. Un esempio concreto: il marketing nel Servizio Documentazione dell'ISS

Come si può facilmente vedere da questa succinta panoramica, le situazioni non sono affatto omogenee e comprendono anche casi del tutto particolari. Così, ad esempio, alcune biblioteche o istituzioni possono praticare basse tariffe d'accesso per l'interrogazione degli archivi afferenti al MEDLARS, in quanto usufruiscono a loro volta di agevolazioni particolari praticate dall'Istituto Superiore di Sanità (ISS) che del sistema MEDLARS rappresenta il centro di riferimento nazionale. Questa particolare configurazione dell'ISS nell'ambito della documentazione scientifica segnatamente biomedica e tossicologica, deriva dal fatto che esso è l'organo tecnico-scientifico del Ministro della Sanità e come tale è coinvolto in tutte le problematiche attinenti alla salute pubblica. Il suo Servizio Documentazione, nato nel 1977, ha il duplice compito di informare ed aggiornare i ricercatori interni utilizzando sistemi automatizzati di "information retrieval" e di assolvere tutte le

funzioni derivanti dalla sua posizione di unico "focal point" per il sistema MEDLARS in Italia. E' proprio per quanto riguarda basi e banche dati MEDLARS che nel Servizio Documentazione ISS si possono identificare alcune attività proprie di chi fa marketing. Infatti l'ISS, dietro pagamento di un canone d'uso annuale, concede la password d'accesso al sistema e chi la richiede ha la facoltà di collegarsi direttamente con la NLM. Fino al 1992, l'utenza per legge era costituita unicamente da pubbliche amministrazioni ed istituti privati di riconosciuto valore scientifico, e quindi era limitata ad istituzioni senza fini di lucro. Rimaneva pertanto escluso un grosso segmento di potenziali utenti, rappresentato dai privati come: industrie, professionisti e studenti. Il prezzo praticato era puramente politico (f. 2 milioni/100 h di collegamento annuali più 1 milione per segmenti successivi di 100 h) e non diversificava gli archivi, nè teneva conto delle eventuali stampe richieste fuori linea. Dal 1992, grazie ad una legge che ha modificato sostanzialmente la precedente, l'accesso al MEDLARS è stato aperto a tutta l'utenza italiana che può così trarre profitto dall'azione d'intermediazione dell'ISS (Tabella 1). I prezzi praticati sono in relazione alla tipologia dell'utente: "non-profit" (f. 3 milioni/100 h di collegamento) e "profit" (f. 4 milioni/100 h), e si riferiscono ai soli archivi afferenti al MEDLARS propriamente detto. Per Toxlit, file gestito dalla NLM che considera le sezioni dell'archivio "Chemical Abstract" inerenti la tossicologia, il produttore, l'American Chemical Society, richiede "royalties" elevate che si ripercuotono sul canone previsto dall'ISS per l'utenza italiana (3 milioni o 4 milioni/20 h di collegamento a seconda dell'utenza) differenziata come già indicato per il MEDLARS. Nella nuova legge si tiene conto anche delle citazioni stampate fuori linea, il cui costo è di f. 1 milione/2.500 pagine.

I prezzi riportati sono ovviamente al di sotto di quelli richiesti dagli host commerciali (Dialog, STN, ecc.) che rendono accessibili gli archivi MEDLARS gravandoli del costo di ulteriori elaborazioni.

Al momento l'ISS ha assegnato 161 codici e di questi 115 sono attivi. Riguardo alla distribuzione geografica delle password dei centri MEDLARS satelliti, la maggior parte di essi è operante nell'Italia centro-settentrionale, dove il marketing dei servizi bibliotecari ha trovato maggiori consensi.

Il Servizio Documentazione, consapevole dell'importanza strategica di tutte le attività della "user education," ha promosso molteplici azioni in questa direzione. Ha creato occasioni di incontri e "meeting" scientifici, nei quali ha cercato di creare esigenza e di sensibilizzare i possibili utenti, illustrando loro le enormi potenzialità degli archivi MEDLARS, che costituiscono ormai strumento indispensabile d'informazione e aggiornamento per chi operi nel settore biomedico. In uno spirito di collaborazione con i centri MEDLARS satelliti, ha organizzato, attraverso lezioni teorico-pratiche, molteplici corsi d'istruzione a livello iniziale, avanzato e specialistico su problematiche particolari. Ha promosso, inoltre, indagini con valore di verifica della qualità del modo di operare dei centri MEDLARS italiani. A questi invia anche, sistematicamente, un bollettino d'aggiornamento della NLM ed ogni altro materiale divulgativo d'interesse.

Conclusioni

Quelle riportate sono alcune considerazioni sulle esperienze maturate nelle biblioteche e nei centri di documentazione italiani le cui attività possono essere assimilate ad un marketing dei servizi d'informazione.

Le risposte dell'utenza sembrano positive anche se ancora molto può essere fatto per ottimizzare quanto viene offerto. In un campo che va sempre più affinandosi e nello stesso tempo ampliandosi in concomitanza con i progressi scientifici e tecnologici, si tratta di imporre una nuova cultura agendo sui protagonisti che attivamente partecipano al processo di acquisizione dell'informazione. Da una parte l'utente deve rendersi sempre più conto che in un mondo altamente competitivo l'informazione diventa una necessità vitale e non può più essere offerta gratuitamente: è un bene e come tale ha un prezzo. D'altra parte la biblioteca o il centro di documentazione deve acquisire un'impostazione manageriale cominciando col catturare l'attenzione dell'utente, per poi mettere in atto i meccanismi propri del marketing di qualunque prodotto. Ciò nell'ottica di recuperare una parte dei costi e di provvedere, almeno parzialmente, all'autofinanziamento di un servizio che in ultima analisi si traduce in un beneficio enorme per l'intera comuni-

tà, ma che non può procedere senza l'apporto, sia pure minimo, della comunità stessa.

Riferimenti bibliografici

1. LOMBARDI, S. 1991. Integrazione e innovazione nei Servizi. In:*L'informazione a portata di mano: biblioteche, tecnologie e servizi agli utenti*. BORETTI, E., RIBI, R. (a cura di). Bibliografica, Milano, pp. 51-59.
2. COMBA, V. 1993. Tariffare come e quando: Un'esperienza nelle biblioteche universitarie. *Informatica e Documentazione*. 19:28-32.
3. CUPELLARO, M. 1991. L'informazione fuori della biblioteca. In:*L'informazione a portata di mano*. ibidem. pp.61-72.
4. GEETHANANDA, H. 1993. Marketing Development Information in South Asia. *Information Development*. 9(1/2):44-50.

Tabella 1 - Tariffe di collegamento al sistema MEDLARS - D.M. 6/3/1992 pubblicato sulla Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana n° 87 del 13/4/92.

23. Tariffario relativo all'utilizzazione dei sistemi MEDLARS E TOXNET da parte di Pubbliche Amministrazioni e degli Istituti privati di riconosciuto valore scientifico:
- a) contributo anticipato annuale di collegamento (con potenzialità d'uso fino a 100 ore) 3.000.000
 - b) contributo integrativo annuale per successivi segmenti di 100 ore o frazioni: 2.000.000 (ciascuno)
 - c) contributo anticipato annuale per l'esecuzione di ricerche bibliografiche fuori linea 1.000.000 (ogni 2500 pp. o frazioni)
 - d) contributo anticipato annuale di collegamento per gli archivi TOXLIT e TOXLIT 65 (con potenzialità d'uso fino a 20 ore) ... 3.000.000
 - e) contributo annuale per l'esecuzione di ricerche bibliografiche fuori linea per gli archivi TOXLIT e TOXLIT 65 1.000.000 (ogni 1000 pp.)
24. Tariffario relativo alla utilizzazione dei sistemi MEDLARS e TOXNET da parte della utenza non prevista dal D.P.R. del 27-2-80:
- a) contributo anticipato annuale per segmento di 100 ore o frazioni 4.000.000 (ciascuno)
 - b) contributo anticipato annuale per l'esecuzione di ricerche bibliografiche fuori linea 1.000.000 (ogni 2500 pp. o frazioni)
 - c) contributo anticipato annuale di collegamento per gli archivi TOXLIT e TOXLIT 65 (con potenzialità d'uso fino a 20 ore) ... 4.000.000
 - d) contributo anticipato annuale per l'esecuzione di ricerche bibliografiche fuori linea per gli archivi TOXLIT e TOXLIT 65 2.000.000 (ogni 1000 pp.)

Restano a carico degli utenti le spese relative agli impianti ed ai collegamenti sulla rete telefonica.

MARKETING DELL'INFORMAZIONE NELLE BIBLIOTECHE E NEI CENTRI DOCUMENTARI ITALIANI

Adriana DRACOS*, Maria CASTRIOTTA*

Riassunto

Dopo aver ribadito l'importanza strategica che hanno assunto le tecniche di marketing anche in un mercato dalle connotazioni particolari come quello dei servizi di informazione, vengono descritte le fasi che costituiscono l'oggetto di un piano di marketing nel settore.

Dall'esame della tipologia degli utenti che ruotano intorno alle biblioteche ed ai centri di documentazione, in particolare nell'area scientifica, si passa alla illustrazione dei servizi erogabili a pagamento, individuando le diverse politiche adottate nel contesto italiano in funzione di numerosi parametri.

L'analisi degli elementi che determinano i costi dei servizi di informazione fornisce spunti di riflessione che portano a rilevare che, in linea di massima, le biblioteche e i centri di documentazione effettuano un marketing di tipo sociale, recuperando soltanto una parte dei costi sostenuti. E' questo anche il caso del Servizio Documentazione dell'Istituto Superiore di Sanità, la cui attività di marketing come centro di riferimento nazionale per il MEDLARS, viene analizzata come esempio concreto di realtà italiana.

*Istituto Superiore di Sanità - Servizio Documentazione - Roma - Italia

MARKETING DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

LEITÃO, M Rosário *

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. O PAPEL DO MARKETING NA CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DE UM SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CONCEBIDO PARA O UTILIZADOR.
 - 2.1 Enquadramento
 - 2.2 Análise de Mercados e Diagnóstico de situações
 - 2.3 Objectivos e Definição de Soluções Específicas
 - 2.4 Estratégias de Actuação
3. REFLEXÃO PRÁTICA SOBRE A UTILIDADE DAS TÉCNICAS DE MARKETING PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA *REDE NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE*
 - 3.1 Considerações Exemplificativas
 - 3.2 Rede Nacional de Informação de Saúde
4. CONCLUSÃO

* Responsável do Centro de Documentação e Informação
SmithKline Beecham Pharmaceuticals

1. INTRODUÇÃO

A informação especializada, independentemente da área do conhecimento que aborda, é uma das molas do desenvolvimento de um país e um dos denominadores comuns das sociedades social e economicamente mais evoluídas.

Num tempo de mudança profunda na área dos Serviços de Informação (SI), em consequência do aparecimento e utilização de tecnologias informáticas, que permitem fazer da função informar uma fonte de actualização em "tempo real", pensa-se que estas potencialidades devem ser utilizadas para uma evolução qualitativa dos serviços que aqueles SI proporcionam.

Por outro lado, as exigências crescentes de operacionalidade, que são inerentes ao bom funcionamento de um SI, tornam imprescindível que os critérios da sua expansão e especialização sejam os apropriados às necessidades do utilizador.

O objectivo desta comunicação é fazer uma reflexão sobre o modo como alguns conceitos de Marketing podem contribuir para uma adequada análise, absorpção e divulgação desta nova era da Informação e para uma formulação dinâmica dos seus procedimentos.

De uma forma mais específica procura-se, também, avaliar a oportunidade aplicação de algumas técnicas de Marketing para a concretização do principal objectivo da APDIS - constituição de uma Rede Nacional de Informação de Saúde.

2. O PAPEL DO MARKETING NA CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DE UMA SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CONCEBIDO PARA O UTILIZADOR

2.1 ENQUADRAMENTO

A capacidade de organização e exploração dos Serviços de Informação sofreu uma mudança radical nos últimos dez anos ou, se se pretender maior rigor, nos últimos cinco anos.

Para tal, muito contribuíram as ainda apelidadas "novas tecnologias", através dos diferentes softwares que contribuem de uma forma eficaz para a estruturação e gestão dos SI e, sobretudo, devido ao aparecimento do Compact Disk-Read Only Memory (CD-ROM) como suporte de acesso às Bases de Dados dos diferentes domínios do conhecimento.

No entanto, o evoluir permanente das tecnologias e, muito em especial, as exigências de carácter qualitativo dos utilizadores dos SI, tornam imprescindível uma análise periódica do binómio interesse do utilizador / qualidade de resposta.

O Marketing, através do seus métodos de análise e gestão, pode proporcionar um contributo precioso para reavaliar "mercados", definir soluções equilibradas que optimizem as relações dos SI com o seu meio ambiente, orientar estratégias de actuação conducentes aos fins a atingir.

É precisamente essa possibilidade que se procura equacionar, dando especial ênfase a quatro das principais etapas de intervenção consideradas "pedras vivas" em todas as teorias de Marketing - análise de mercados e diagnóstico de situações, objectivos, definição de soluções específicas e, finalmente, estratégias de actuação.

2.2 ANÁLISE DE MERCADOS E DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÕES

É conhecida uma natural tendência para ignorar a necessidade de análise de mercados, partindo do pressuposto de que se conhece bem o meio em que nós inserimos. Esta tendência é errada porque, se não por outras razões, o envolvimento no quotidiano não deixa espaço nem distanciação para a reflexão necessária.

Relativamente à assimilação das técnicas da análise de mercados deve começar-se pela componente interna, ou seja, a da própria Instituição onde o SI se insere. Que tipo de organização possui? Quais os métodos que utiliza, que política e estilos de gestão pratica? De que meios humanos, materiais e financeiros dispõe?

E, vista a questão na óptica do SI: está realmente o Serviço integrado na Instituição e em consonância com os seus objectivos, estrutura e actividades actuais e previsíveis? Tem o SI a garantia da sua individualidade e especificidade, isto é, tem um responsável, é dotado de orçamento

próprio e desenvolve um programa decidido ao mais alto nível da hierarquia? Mais concretamente, está de facto incumbido de assegurar a gestão da informação da Instituição, considerando as necessidades decorrentes da sua actividade, e avalia com regularidade os resultados obtidos?

Considerando a transição para a componente externa, será importante analisar as "ferramentas" de informação disponíveis no mercado. Não é fácil definir tais instrumentos, já que eles são normalmente complexos e se modificam rapidamente à medida que aumentam as necessidades dos utilizadores e se desenvolvem novas tecnologias. Assim, aquela análise deverá necessariamente contemplar os novos meios disponíveis, nomeadamente os discos ópticos nas suas diferentes apresentações, as redes de transporte de dados, os novos suportes de documentos, enfim, toda uma gama de técnicas e produtos que podem enriquecer e proporcionar uma melhor resposta à função informar.

Mas, na vertente externa, é a análise do utilizador que deve ser objecto de mais profunda e detalhada atenção, uma vez que ele representa o alvo onde começa e acaba toda a definição das actuações de um SI. Uma característica a ter sempre presente, na medida em que representa um paradoxo: o utilizador é simultaneamente fiel e versátil. Muitos estudos têm sido feitos sobre esta dicotomia; a única conclusão lógica para a sua explicação decorre da própria essência da informação, que é um bem imaterial e de partilha indefinida.

2.3 OBJECTIVOS E DEFINIÇÃO DE SOLUÇÕES ESPECÍFICAS

Os objectivos de um SI têm, naturalmente, que corresponder aos objectivos do próprio Organismo a que pertence. Ainda que a função informar não seja facilmente detectável numa organização, em contrapartida a necessidade de dispôr de informação é-o, e de forma cada vez mais evidente.

Quanto maior for a dimensão do Organismo, mais complexas e sofisticadas são as tecnologias que utiliza, mais relevante se torna o conhecimento dos problemas económicos e sociais e com maior clareza se acentuam as necessidades de informação múltipla e oportuna.

Portanto e para garantir tais objectivos, o SI deve ser encarado com a mesma preocupação com que são encarados outros departamentos da Instituição porque é dele que emanam as informações de raiz externa e

interna, numa palavra, é nele que reside o apoio organizado para a transferência de conhecimentos que são o suporte de todas as actividades da Instituição e da sua articulação com o meio envolvente.

A especificidade na definição de soluções é, já por si, um corolário de um adequado "estudo de mercados". Os objectivos da Instituição e, por inerência, os objectivos do SI, devem estar em consonância com as necessidades detectadas e a sua previsível evolução.

Para conceber e fazer funcionar um SI há, pois, que ter em consideração os seguintes parâmetros:

- determinação dos objectivos e necessidades globais da Instituição e dos utilizadores externos do SI;
- análise do tipo de informação necessária;
- identificação das fontes de informação externas e internas que melhor correspondem às necessidades de informação detectadas;
- escolha dos suportes de informação mais adequados;
- escolha dos métodos de difusão mais adaptados em função dos meios existentes e dos utilizadores;
- escolha dos fornecedores de informação em função da sua fiabilidade e do orçamento disponível;
- escolha dos recursos humanos e materiais necessários tendo em conta uma análise custo-benefício.

Para a concretização de todos estes parâmetros, torna-se imprescindível a definição interna de quem faz o quê, quando e como, através de fluxos e metodologias de intervenção que consciencializem todos os intervenientes do processo sobre o que se espera de todos e de cada um individualmente.

A definição de soluções apropriadas deve ter, ainda, uma relação estreita com a análise do valor da informação. Atendendo a que o valor da informação nunca é absoluto - está sempre associado à sua utilização - a importância da análise, baseada num método de competitividade e criatividade organizada, é fundamental, não só para a satisfação dos utilizadores mas também para uma competente concepção funcional e económica.

As soluções escolhidas devem, claro está, visar uma boa eficácia na transferência dos conhecimentos, em que a exaustividade, fiabilidade e rapidez sejam uma norma de conduta.

2.4 ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO

Quando se trata o Marketing em sentido lato e clássico, as variáveis utilizadas para definir as estratégias de actuação são muitas e de formulação não linear. Uma vez mais, procurar-se-á daí retirar os conceitos que mais adaptáveis são aos SI, na perspectiva de obter uma orientação e eficácia adequadas.

Ordenando e hierarquizando essas variáveis, dois aspectos parecem ser fundamentais para melhor estabelecer a utilidade da estratégia de actuação - **posicionamento do SI e utilizadores-alvo.**

Em primeiro lugar o posicionamento: a imagem de um SI é o conjunto de representações, tanto racionais como afectivas, que lhe são imputadas pelos seus utilizadores. Estas representações, que circulam pelos mais diversos canais, consolidam-se numa imagem global, numa identidade que passa a caracterizar o serviço. Esta realidade verifica-se quer no posicionamento interno (Instituição) quer no posicionamento externo (utilizadores e mesmo serviços congéneres).

O segredo de uma imagem positiva assenta, primacialmente, na qualidade e coerência de procedimentos. Fazem também parte da imagem a atitude pessoal do serviço, a da própria Instituição, o "espaço" disponível para os utilizadores, o cuidado na apresentação dos trabalhos, o logotipo, numa palavra, todas as imagens parciais que, somadas, constroem a Imagem.

De salientar que uma imagem negativa tem uma enorme inércia. É uma "aderência" indesejada que deve ser evitada a todo o custo. Por outro lado, a imagem tende a sofrer o mesmo fenómeno de banalização que acontece com os objectos. É preciso, assim, singularizar o serviço, insuflar-lhe alma e golpes de criatividade para que as noções de diferença e de aperfeiçoamento sejam um apanágio constante.

Em segundo lugar: a importância de definir utilizadores-alvo. Em linguagem dos SI aqueles utilizadores são o segmento mais representativo do universo em termos de transmissão bilateral de conceitos, mensagens e experiências, e para quem, portanto, mais se justifica uma linha de serviços especializada. A respectiva selecção deve ser previamente definida de acordo com as actividades e os interesses da Instituição,

numa base ética e de permanente ajustamento à natureza do que se transmite e ao modo como tal vai sendo recebido.

A diferenciação dos referidos utilizadores obedece, antes de mais, a um trabalho de inquérito e respectiva análise, para detecção, conhecimento e afinação das suas áreas de interesse de forma a que a informação seja assegurada com adequação, eficiência e brevidade e, correspondentemente, apreciada.

As etapas e a síntese da análise, conjuntamente com a estratégia que daí resultará, podem ser convertidas numa espécie de Plano de Marketing, elemento essencial para a operacionalidade e sucesso de um SI. Obviamente que aquele Plano não poderá dispensar dois factores importantes e bem reais - o orçamento das despesas, por projecto e por exercício, e os procedimentos de controlo dos valores orçamentados.

3. REFLEXÃO PRÁTICA SOBRE A UTILIDADE DAS TÉCNICAS DE MARKETING PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

3.1 CONSIDERAÇÕES EXEMPLIFICATIVAS

A utilização das técnicas de Marketing nos SI tem, desde longa data, uma aceitação conceptual, embora por vezes mais subconsciente do que consciente, por parte dos técnicos de informação.

A provar esta afirmação, e pela sua oportunidade, dá-se como exemplo, o documento agora editado pela APDIS - **Lista de Publicações Periódicas Existentes em Bibliotecas e Serviços de Documentação da Área da Saúde em Portugal.**

O critério seguido para elaborar aquele documento obedeceu, passo a passo, a todas as etapas já apontadas como sendo as determinantes na intervenção do Marketing. Assim, de acordo com a metodologia aprovada, começou por se fazer um levantamento do mercado a quem o conteúdo do documento poderia interessar, começando pelos próprios técnicos de informação (os que mais sentem no seu quotidiano as dificuldades de acesso ao documento primário), passando pelos médicos (que constituem a maior percentagem dos utilizadores) mas contemplando todos aqueles que trabalham na área da Saúde. Ocorre aliás sali-

entar que tal **análise de mercado** demonstrou haver um enorme número de pessoas a necessitar daquela Lista.

O passo seguinte consistiu na elaboração de um inquérito, sucinto mas completo, que permitiu avaliar correctamente outra fase crucial do trabalho - quem tem o quê. Ficava assim feito o **diagnóstico da situação** então vigente no sector, num dos seus aspectos essenciais.

Com a edição da Lista, a APDIS dava não só resposta a todos os que precisavam de documentos primários para o desenvolvimento do seu trabalho, mas via também consolidada a sua imagem como Associação. Os dois **objectivos pré-definidos** eram deste modo alcançados.

Conhecedores de toda a informação sobre os periódicos existentes no país, restava definir como tratá-los do ponto de vista documental. A análise dos softwares existentes no mercado português apontou para a escolha de uma aplicação realizada no programa Mini-Micro CDS-Isis, que correspondia às necessidades de criação da Base de Dados imprescindível para a elaboração da Lista. Estava assim estabelecida a **solução vital** para o bom resultado do trabalho.

Para a elaboração do inquérito e para o ordenamento e compilação das respostas cedo se detectou a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho o qual teria como missão específica, sob orientação da Direcção da APDIS, precisar e levar a bom termo os **objectivos definidos**. Dentro do Grupo distribuíram-se tarefas, hierarquizaram-se prioridades e demarcaram-se prazos, de acordo com a **estratégia de actuação** que a Associação determinara, em função dos seus propósitos e das entidades a quem se pretendia dirigir.

3.2 REDE NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE

A "Lista de Publicações Periódicas Existentes em Bibliotecas e Serviços de Documentação da Área da Saúde em Portugal" não passa de um elo da cadeia extensa e trabalhosa que vai conduzir, como se pretende, à formação de uma Rede Nacional de Informação de Saúde, que irá apoiar e racionalizar a actuação dos vários intervenientes na Rede.

Também nos vários passos a dar na formação da Rede terá inteiro cabimento, com as devidas adaptações, a aplicação criteriosa das técnicas de

Marketing a que se vem fazendo alusão ao longo da presente comunicação.

Tais técnicas vão ser, concerteza, de grande valia para o incremento e gestão dos vários sistemas de recolha e difusão de dados; numa palavra, vão ser um bom contributo para que o acesso e a partilha de Informação no sector da Saúde em Portugal sejam uma realidade num futuro muito próximo.

4. CONCLUSÃO

Os métodos e as práticas dos SI estão em franca evolução. Toda a mudança necessita de reflexão, ponderação e, obviamente, de acção.

Os conceitos de Marketing introduzem nos SI ferramentas de análise que permitem definir soluções vocacionadas para os interesses do mercado, orientando estratégias e táticas adequadas à concretização dos objectivos pretendidos.

As virtualidades que o Marketing oferece como disciplina tornam-no um meio profícuo para que se possa consolidar, desenvolver e dinamizar todo o potencial de riqueza humana e científica que a função INFORMAR representa para o ser humano e para os Organismos em que actua.

Se inconscientemente adoptámos uma forma de trabalhar consonante com as técnicas características (ainda que não exclusivas) do Marketing, porque não assumi-las definitivamente, explorando todas as suas virtualidades, e sem retracções de índole psicológica?

REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Moderador: *Armando Brito de Sá*

La rete SBN e le biblioteche biomediche

Ornella Foglieni (Dirigente del Servizio Biblioteche della Regione Lombardia)

La rete italiana SBN è stata avviata ormai da più di due anni: oggi sono oltre 150 le biblioteche collegate o operanti insieme comprese le due biblioteche nazionali centrali di Firenze e di Roma, altre 300 e più si stanno predisponendo per le attività di migrazione dei loro dati nell' l'Indice (tra queste le biomediche sono più di una ventina ad oggi).

L'Indice infatti rappresenta la struttura fulcro di tutta la rete italiana: consta di una base dati centrale (situata a Roma) in ambiente IBM (protocollo SNA). E' dotato dei necessari gateway per interagire con sistemi hardware locali diversi (Unisys, Bull, Unix, e ambienti IBM con data base Adabas-Natural e SQL).

L'architettura della rete nazionale è quindi di tipo distribuito: 40 poli periferici che interagiscono con l'Indice sono disseminati su tutto il territorio e fanno da riferimento a gruppi di biblioteche diverse per appartenenza amministrativa, disciplina e consistenza di patrimonio bibliografico, realizzando la rete principale di cooperazione per i servizi tra biblioteche, oggi ancora poco incisiva, ma foriera di un promettente sviluppo a breve termine.

Il background di SBN

Tra l'idea SBN alla Conferenza nazionale dei beni librari del 1979 e le prime realizzazioni passano quasi tre anni.

E' l' AIB (l'associazione dei bibliotecari italiani, nel cui ambito opera attivamente anche un folto gruppo di bibliotecari biomedici) che promuove il dibattito su SBN e accende nei bibliotecari interesse e aspettative. Il progetto, allora solo teorico, viene visto quale modello "privilegiato" per la cooperazione, incentrata sui servizi. Emerge quindi la necessità di un disegno di un progetto globale, articolato in varie fasi, mentre la realtà condiziona notevolmente la possibilità concreta di avvio, che avviene pertanto, in modo frammentario solo a partire dal 1983 .

La documentazione tecnica, indispensabile per muovere i primi passi verso la costruzione dello strumento informatico per la cooperazione, considerato un presupposto essenziale del progetto, è costituita da una macroanalisi delle procedure riguardanti le principali attività di una biblioteca operante su un polo locale. Non costituisce però un pacifico presupposto la messa a punto di procedure automatizzate identiche per tutte le tipologie di biblioteche esistenti in Italia. Le peculiarità organizzative infatti incidono in modo diverso sulle varie strutture, anche in dipendenza della titolarità della biblioteca, delle sue funzioni, dei suoi servizi e della sua storia.

Alla fine del 1983 in Lombardia vengono presentate le procedure del pacchetto Adabas Natural/SBN, alle quali seguiranno subito dopo gli sviluppi degli altri pacchetti di software locale SBN: Bull, Unisys, IBM/SQL e Unix.

Il software per la gestione di una singola biblioteca, o di più biblioteche che possano lavorare insieme condividendo le risorse informatiche, rappresenta dunque il primo passo verso l'obiettivo, allora assai lontano, dei servizi della rete, primi tra questi la catalogazione partecipata o il prestito ILL (Interlibrary Loan) governati dall'Indice.

Di cooperazione tra biblioteche nei primi anni non si può tuttavia parlare specie perchè ancora disseminate su diversi poli, senza relazioni tra loro; in particolare le scientifiche-biomediche rappresentano delle "isole" per lungo tempo, in mezzo alla maggior parte di biblioteche a carattere umanistico.

Si intravede come fatto contingente la condivisione delle risorse hardware e del software di polo, che scatena dinamiche complesse di rapporto tra le biblioteche aderenti, ognuna delle quali mira a salvaguardare le proprie specificità organizzative.

Questa caratteristica dei gruppi di biblioteche partners "coattivamente creati", operanti sul medesimo hardware, mette in luce che le procedure comuni realizzate devono anche tener conto delle differenti necessità e priorità dei partners. Ciò porterà all'espansione quasi esponenziale dei pacchetti software SBN, per venire incontro alle innumerevoli esigenze locali delle diverse tipologie di biblioteche, con una sensibile ripercussione sui tempi dello sviluppo, sui costi e sull'avvio reale della cooperazione automatizzata per i servizi al pubblico. Per le biblioteche biomediche si è posto in prima istanza il problema di sviluppare il trattamento della classificazione NLM (anche come collocazione), tra l'altro realizzata solo nel pacco Adabas/Natural.

Il data-base gestionale realizzato per il polo locale è di tipo relazionale o reticolare. Il disegno prevede che le informazioni bibliografiche vengano suddivise a seconda delle entità di pertinenza catalografica (titoli, autori, soggetti, classi) e che debbano essere collegabili fra loro mediante legami bibliografici che consentano il raggruppamento dell'insieme delle notizie di un documento catalogato.

Analogamente vengono previste le entità per la gestione amministrativa della biblioteca singola o quelle da condividere (fornitori, utenti, bibliotecari) nonché le informazioni proprie del sistema (numeri di gestione, tabelle, e contatori, ecc.).

Non tutti gli sviluppi dei pacchetti di polo risultano essere identici: le differenze nascono innanzitutto dalla diversità dell'hardware impiegato e dalla presentazione dei dati. L'approccio dell'utente finale al sistema viene solo abbozzato; l'OPAC verrà sviluppato all'inizio degli anni '90. Anche in questo caso vengono anticipate delle funzionalità di IR per le biblioteche scientifiche che consentono un recupero dei dati SBN in modo più agevole e articolato (per esempio per le biblioteche dell'Università di Padova).

Le basi dati monobiblioteca con hardware proprio sono riferite solo alle due biblioteche nazionali centrali di Firenze e di Roma, mentre dovunque vengono create delle basi multibiblioteca. Si constata che solo in rarissimi casi, tra cui le biblioteche nazionali citate, il CED si trova all'interno della biblioteca stessa ed è dedicato, di dimensioni medio piccole; in tutti gli altri casi il CED è collocato e gestito al di fuori delle biblioteche da entità diverse. Ciò avviene non solo nelle realizzazioni maggiori sostenute dall'intervento diretto delle Regioni (dove i CED fanno riferimento a queste ultime e/o agli enti locali), ma anche nelle Università e si avvalgono di strutture di elaborazione potenti, non dedicate esclusivamente alle biblioteche).

Il primo nucleo di procedure SBN finanziato dalla Regione Lombardia (in seguito anche dal Piemonte) sviluppato a Milano è il prototipo Adabas/Natural, realizzato in

ambiente IBM con un software di gestione della base dati particolarmente duttile. Tale software SBN infatti può girare su hardware diversi, purché supportati da Adabas. La sua sperimentazione avviene a Milano nella Biblioteca comunale centrale di palazzo Sormani, a cui si aggiungono altre biblioteche nel corso di due anni. La Biblioteca della Facoltà di medicina dell'Università Cattolica a Roma è tra queste prime a utilizzare SBN prototipo Adabas.

Nello stesso periodo viene avviata anche la realizzazione su Honeywell (poi Bull) a Firenze presso la BNCF, con la stretta collaborazione dell'Università, e inizia un altro sviluppo su Univac (poi Unisys) a Ravenna, finanziato dalla Provincia e dalla Regione Emilia-Romagna e due anni dopo, un altro prototipo in ambiente IBM/SQL a Ferrara.

Il pacchetto di Firenze si configura sin dall'inizio come specifico prodotto di quella realtà statale, monobiblioteca, con compiti particolari: in primis la produzione della BNI. L'attenzione rivolta alla produzione della BNI (Bibliografia Nazionale Italiana) porta a concentrare gli sforzi teorici sulle questioni catalografiche complesse che il sistema deve poter gestire con tutti i software SBN per permettere la catalogazione partecipata.

Esistono dal 1986 degli organismi specifici di coordinamento nazionale: uno tecnico e uno amministrativo, mentre l'ente aggregante per gli sviluppi in corso è naturalmente l'Istituto centrale per il catalogo unico, promotore del progetto nazionale.

In quegli anni si ritiene indispensabile risolvere ogni questione emergente dalla catalogazione con un'attenzione minuziosa alla descrizione dei dati, ai loro collegamenti. Notevoli energie vengono spese nel mettere appunto il recupero dei dati dei periodici del catalogo collettivo nazionale del CNR, che per il settore scientifico biomedico sono rilevanti. L'ICCU produce la *Guida alla catalogazione nell'ambito del Servizio bibliotecario nazionale*. Parecchi gruppi di lavoro locali e nazionali creati dall'ICCU creano momenti di forte aggregazione di consensi e insieme di reazioni ostili tra i bibliotecari coinvolti negli sviluppi SBN e per qualche tempo parte dell'attenzione collettiva viene distratta dai problemi più sostanziali per l'evoluzione del progetto, quali il reperimento di finanziamenti per l'Indice e l'organizzazione dei servizi della rete.

E' indubbio che i bibliotecari coinvolti realizzino una rapida crescita professionale, considerata anche l'intensa attività di partecipazione alle fasi di analisi (insieme agli informatici), alle sperimentazioni delle procedure e all'acquisizione e scambio di informazioni tecniche non più solo di tipo biblioteconomico. Queste interazioni di esperienze giovano alla crescita globale di SBN, e l'ambito di riferimento si estende anche alle esperienze straniere. L'uso degli ISBD, la conoscenza diretta o indiretta di esperienze di automazione straniere, l'interesse sempre più vivo e diffuso per l'organizzazione, il management dei servizi in biblioteca e l'applicazione di standard in genere costituiscono temi sempre più ricorrenti e indispensabili nel bagaglio professionale di un bibliotecario moderno, che vede nell'automazione molte possibilità di miglioramento delle prestazioni del "sistema biblioteca" per un miglior servizio all'utenza.

L'Indice

Fino all'inizio del 1986, momento in cui uno studio di fattibilità viene prodotto, la struttura e il funzionamento dell'Indice sono ancora un'astratta ipotesi. In prima istanza l'Indice viene pensato come una struttura centrale informatica snella, aperta e inserita in un'architettura OSI di riferimento per tutti i poli locali, dotata degli authority files per titoli uniformi e autori; non si prefigura (come invece è risultato essere) un catalogo unico centrale, bensì un solo "indice" sintetico del catalogo composito, risultante dalla sommatoria dei cataloghi dei poli locali.

Per la sua realizzazione si ipotizza l'impiego di hardware potenti e dedicati e l'adozione degli standard informatici internazionali di comunicazione per gestire una rete di macchine eterogenee con l'unica grande fortuna di disporre del linguaggio comune delle procedure.

Al momento dell'ideazione della rete SBN si guarda con una certa dose di ottimismo alla possibilità di avvalersi abbastanza presto degli standard OSI a un livello alto di prestazioni, l' "application to application", superando le complessità legate all'impiego di sofisticate e pesanti interfacce. Per la scelta delle ditte incaricate dello studio di fattibilità si tiene conto infatti dell'esperienza maturata in due ambiti diversi: quello delle grandi reti multibiblioteche attive da anni in America e quello italiano della partecipazione a progetti sperimentali di applicazione degli standard OSI, sia pure in contesti non bibliotecari e a livelli di prestazioni meno impegnativi di quelli desiderabili per SBN.

In questa fase naturalmente si è molto lontani dalle preoccupazioni degli aspetti gestionali-organizzativi dei servizi della rete verso l'utenza finale. Importa che la soluzione tecnica sia moderna, efficiente, lineare, aperta a future espansioni, il più possibile conveniente e giustificabile anche dal punto di vista economico. Si auspica che la realizzazione dell'Indice possa avvenire in un arco temporale non superiore ai tre anni, non tanto per dare credibilità al progetto nazionale decisamente innovativo, quanto per la repentina evoluzione delle tecnologie e il divario troppo forte che si sarebbe venuto a creare rispetto alle realizzazioni dei poli già esistenti, con problemi in cascata quali l'obsolescenza del software, il volume dei dati dei poli locali in rapida crescita da trasferire poi nell'Indice e la necessità di passare al più presto alla gestione a regime della rete nazionale per produrre reali servizi per una grande utenza variegata e distribuita.

L'Indice costituisce la struttura portante della rete, il centro delle attività in linea per la catalogazione partecipata dei poli e per il prestito ILL. I rapporti diretti polo-polo non sono quindi previsti; il compito del sistema-Indice è quindi quello di gestire i meccanismi per la comunicazione tra hardware diversi e mantenere la coerenza dei dati bibliografici locali e centrali.

Il momento fortunato fa sì che i finanziamenti per la progettazione dell'Indice vengano in parte reperiti nel 1986 e nei due anni successivi, sia pure in modo frammentario.

Nel 1990 viene presentato per la prima volta a Torino il prototipo dell'Indice collegato con la BNCF. La soluzione scelta non è però quella attesa. Infatti all'inizio del 1986 poiché la situazione della rete pubblica italiana non avrebbe consentito l'attivazione di una architettura con strutture di tipo OSI, per arrivare all'immediata realizzazione si è dovuto utilizzare un'architettura di rete consolidata e diffusa, sia pure in via transitoria, quella SNA/IBM.

Nel 1992 si attuano le prime migrazioni dei dati dei poli locali della Biblioteca nazionale centrale di Firenze (BNCF) e di quella di Roma.

Il colloquio polo-Indice dei pacchetti SBN fa ben sperare nel buon esito dell'impresa sugli altri circa 40 poli; non allo stesso modo la quantità di interventi obbligatori di "normalizzazione" dei dati dei poli rispetto all'Indice, da effettuarsi preventivamente alla migrazione sulle notizie-autore e su altre entità-titolo, che implica onerose attività di controllo. Tale operazione di allineamento si rivela tuttora necessaria per favorire il rapido riversamento dei dati di un polo in Indice, riducendo in parte le duplicazioni derivanti dai confronti automatici fra dati di polo e dell'Indice.

Struttura e funzionamento del sistema

L'Indice-gestore della rete nazionale è il prodotto di una serie di compromessi tecnici e non è certo da considerare la soluzione ottimale né quella definitiva del sistema; sono già previsti dei miglioramenti che prendono in considerazione oltre alle esperienze fatte durante questi anni anche l'evoluzione tecnologica che offre nuove alternative.

Il funzionamento dell'Indice con i poli locali agganciati è ora vissuto con non poche preoccupazioni dai bibliotecari; considerate le innumerevoli difficoltà tecnico-organizzative che si devono ancora superare; quanto è stato realizzato finora rappresenta un traguardo quasi miracoloso, ottenuto grazie alla tenacia e alla dedizione di tutti gli addetti ai lavori sia dell'ICCU che dei poli di sviluppo locali, motivati dalla necessità di vedere concluso il grande progetto e di rendere tangibili i risultati degli investimenti operati nel lungo periodo.

In sintesi, l'architettura della rete SBN (tav. n.1) è costituita da una struttura stellare con al centro l'Indice. I poli locali devono quindi essere raccordati all'Indice sia per le attività di catalogazione partecipata che per quelle di prestito ILL. Ogni comunicazione destinata ai poli passa quindi attraverso il centro. Sulla macchina-Indice (installata presso l'ICCU) sono presenti i "gateway" indispensabili per la traduzione e lo scambio delle informazioni tra le diverse macchine di SBN (Bull, Unisys) mentre per l'hardware IBM sono stati definiti i protocolli specifici di comunicazione SNA, propri del mondo IBM.

I poli locali aprono obbligatoriamente sessioni di lavoro in linea con l'Indice mentre si effettua la catalogazione o quando si accede per la sola interrogazione o per la gestione di transazioni e messaggi per il prestito tra le biblioteche dei poli.

I dati contenuti nell'Indice sono ormai quasi due milioni di autori e titoli, costituiscono un vero e proprio catalogo unico nazionale, in cui le notizie sono recuperabili attraverso chiavi-autore e chiavi-titolo o codici di gestione o stringhe.

Queste modalità d'accesso alle informazioni bibliografiche sono tendenzialmente mirate a ricerche puntuali su singole notizie. Diverso è il meccanismo realizzato sui poli locali, che permette ulteriori possibilità di recupero dell'informazione, tra cui l'OPAC per facilitare la ricerca in linea da parte del pubblico delle biblioteche.

Veicolo per il trasporto delle informazioni tra i poli sono le connessioni attraverso la rete di telecomunicazioni Itapac (X-25), integrata dalla rete della ricerca GARR (Gruppo armonizzazione reti della Ricerca scientifica e tecnica). Ciò permette alle biblioteche scientifiche delle università e dei centri di ricerca di comunicare tra loro

anche al di fuori della alla rete SBN aprendo strade nuove alla cooperazione tra biblioteche affini per disciplina ma lontane geograficamente.

Determinante per la realizzazione del progetto è stato il "Protocollo d'intesa" fra MBCA e Regioni per SBN, siglato nel 1984, tuttora in vigore. In questi giorni si sta discutendo del progetto di legge per l'istituzione ufficiale e quindi il riconoscimento giuridico di SBN e la sua gestione corrente

I principali contenuti dell'accordo citato sono la base su cui si regge ancora SBN: stretta collaborazione e responsabilità distribuite fra il Ministero promotore e gli enti aderenti, nel rispetto delle reciproche competenze istituzionali; perciò: il coordinamento tecnico-scientifico del progetto affidato all'ICCU; lo sviluppo e diffusione sul territorio a cura delle Regioni, sulla base di uno specifico progetto e un'apposita convenzione con il MBCA; la possibilità di partecipazione a SBN delle biblioteche "indipendentemente dalla titolarità" d'appartenenza; la gestione di SBN attraverso la costituzione di 2 organismi paritetici con compiti diversi (il comitato tecnico amministrativo e la commissione di esperti informatici e bibliotecari).

Le biblioteche biomediche e la rete

La presenza di biblioteche biomediche nella rete, anche se non ancora incisiva, ha portato i gestori del sistema a considerare subito le diverse necessità di potenziare e modificare i servizi e le funzioni standard previsti dal sistema.

Il canale privilegiato offerto a SBN dalla rete GARR realizza anche lo scopo, sicuramente imprevedibile solo qualche anno fa, di collegare, o comunque far accedere le biblioteche a basi dati diverse anche tra loro e non solo a quelle della rete SBN, per le funzioni di interrogazione o trasmissione dati (file transfer) anche per l'utilizzo di funzionalità di posta elettronica. Così infatti le possibilità di cooperazione tra biblioteche si sono moltiplicate e le occasioni di confronto, di scambio di informazioni e anche di esaudire richieste di prestito o di localizzazione di materiali vengono ampiamente sfruttate e incrementate.

Le biblioteche biomediche presenti oggi sono riferite alla sola tipologia universitaria. Si auspica che anche quelle di centri di ricerca pubblici e privati aderiscano presto alla rete, in modo da avviare forme di cooperazione stabile e di servizi moderni per l'utenza biomedica. E' tuttavia difficile ipotizzare che entri in rete la moltitudine di biblioteche piccole, isolate appartenenti a strutture diverse, ma prive di risorse finanziarie per la loro gestione e con personale insufficiente o non professionalizzato. A queste la rete SBN può venire incontro attraverso l'accesso per interrogazione e cattura dati, anche mediante l'utilizzo di supporti off line (nastri, CD, ecc.).

La situazione in Lombardia

La Regione Lombardia ha in itinere un progetto di legge per l'aggiornamento di una precedente legge del 1981, riguardante l' "istituzione della biblioteca biomedica lombarda". Non si tratta evidentemente di voler procedere alla creazione di una nuova struttura fisica, ma della possibilità di raccordare e potenziare le strutture bibliotecarie biomediche più importanti esistenti sul territorio regionale e di dotarle delle risorse tecniche sufficienti per dare un servizio migliore e moderno all'utenza biomedica.

Alcune di queste biblioteche già operano nella rete SBN (quelle di Università) altre sono riferite a contesti diversi della ricerca biomedica o a strutture sanitarie e ospedaliere (Istituto Mario Negri, Biblioteca dell'Istituto dei Tumori di Milano, dell'Ospedale San Raffaele, ecc.)

L'interesse dimostrato dalla Regione per le biblioteche biomediche darà certo impulso allo sviluppo dei servizi di informazione in ambito biomedico mediante metodologie e strumenti di lavoro aggiornati volti anche al recupero e circolazione fisica dei documenti e ai collegamenti anche al di fuori della rete nazionale. Le biblioteche interessate stipuleranno una convenzione con la Regione e potranno ricevere contributi finanziari da utilizzare anche per l'incremento del patrimonio documentario, in particolare delle testate di periodici e/o abbonamenti agli accessi a basi dati straniere. Sono previste anche iniziative di formazione per gli operatori bibliotecari biomedici. La sede operativa del "Sistema bibliotecario biomedico lombardo" sarà presso l'Università degli studi di Milano.

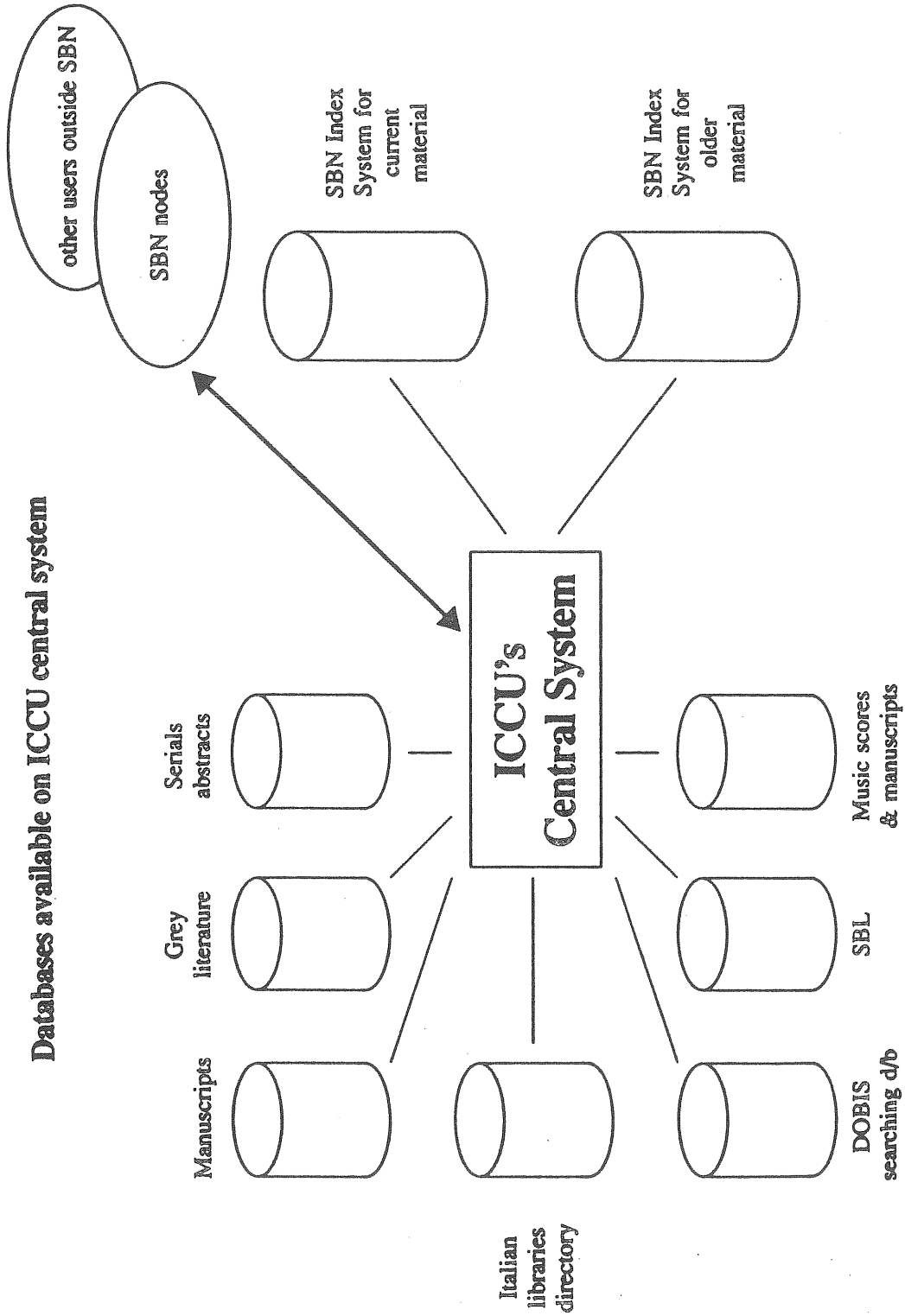
Un altro progetto avviato lo scorso anno in Lombardia in ambito universitario è quello riguardante la costituzione del "International network for the history of occupational and environmental prevention". Gli obiettivi principali di questo progetto sono quelli di individuare, censire, rendere noti fonti e materiali riguardanti esperienze, protagonisti (persone singole o istituzioni) della ricerca e dell'attività di prevenzione occupazionale e ambientale. Contestualmente si creerà un collegamento tra gli utenti scientifici e tecnici in questo ambito e verrà offerta la possibilità di avviare una rete di contatti e di rapporti anche mediante le biblioteche generali biomediche. Verranno promosse iniziative di conservazione, diffusione, utilizzo dei materiali, metodi e strumenti della ricerca utili agli scopi della prevenzione; inoltre si intende privilegiare la trasmissione e la diffusione di conoscenze e esperienze scientifiche consolidate, politiche e legislative in campo preventivo alla comunità internazionale, che solo da poco tempo ha iniziato a confrontarsi con queste problematiche. Si svilupperanno anche in tal modo rapporti di collaborazione con organismi internazionali e nazionali per attività di formazione, ricerca, editoriali e sociali nell'ambito dei campi di interesse comune.

La sede di questa iniziativa è a Milano presso la Clinica del lavoro (fondata nel 1902 da Luigi Devoto) che è dotata di un'importante biblioteca con patrimonio librario che va dagli ultimi decenni dell'ottocento ad oggi e costituisce un'eredità culturale di eccezionale valore per l'evoluzione sociale e la politica di tutto il nostro secolo.

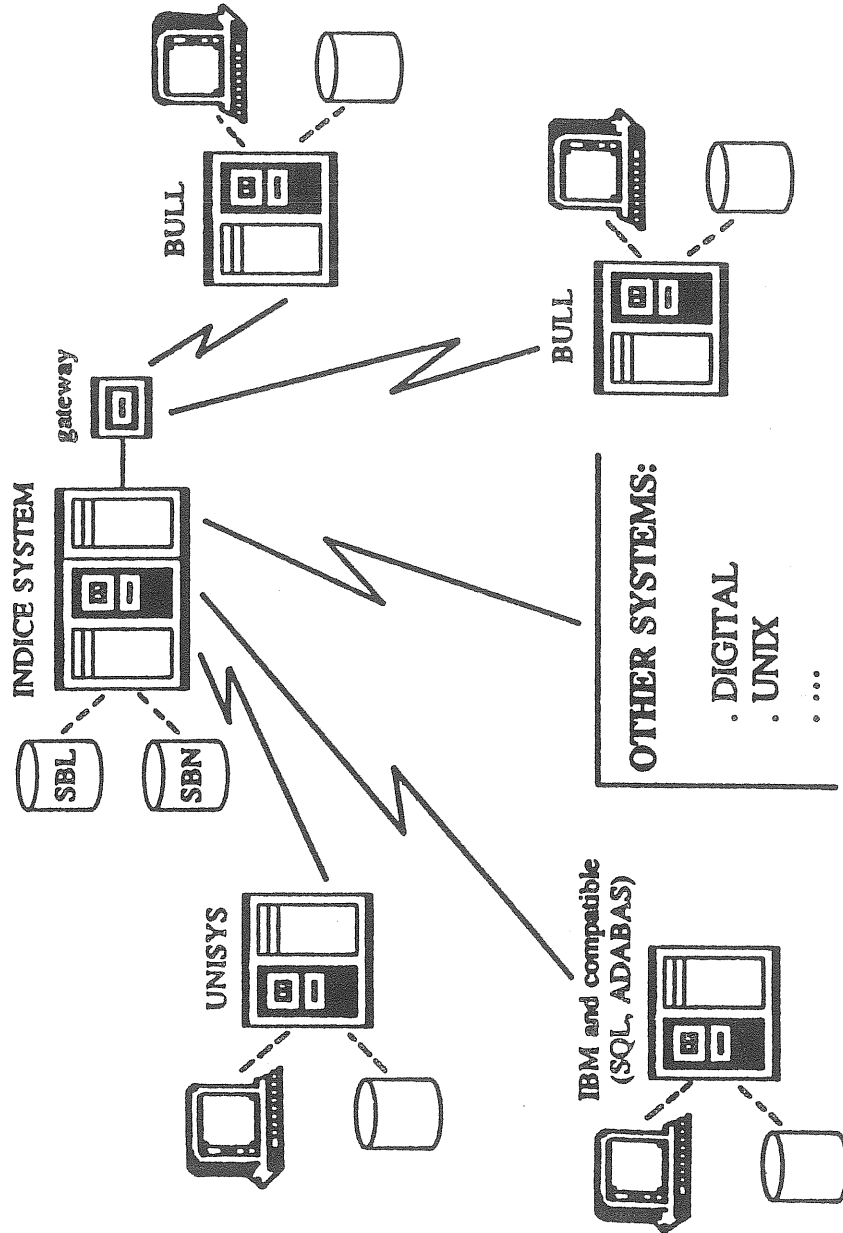
Le occasioni di stimolo e organizzazione dello specifico lavoro dei bibliotecari biomedici non mancano certamente, sempre più si rende indispensabile una buona conoscenza e uso delle tecnologie di gestione dell'informazione per poter dare servizi qualificati e indispensabili di documentazione agli operatori sanitari, biomedici in genere 'JUST IN TIME'.

Altri progetti si stanno sviluppando all'interno del mondo SBN per la creazione di una base dati di spogli di periodici sull'Indice in collaborazione con l'Istituto superiore di Sanità e una di letteratura grigia che contribuiscono al raggiungimento di questi obiettivi.

Databases available on ICCU central system



SBN -- Italian Library Network (fourth stage: after 1992)



O CATALOGO COLECTIVO EM LINHA DAS BIBLIOTECAS PORTUGUESAS -
- PORBASE: 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA DE COOPERAÇÃO EM
INFORMAÇÃO

Fernanda Maria Guedes de Campos

1. Introdução

A PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos é o Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas. Em termos técnicos e organizativos é coordenada pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Como Catálogo Colectivo, retoma a linha de força existente de há muito na Biblioteca Nacional e que visa, afinal, o acesso à informação disponível nas bibliotecas portuguesas. Enquanto essa tarefa se limitou à recepção e incorporação em ficheiros próprios, das fichas provenientes de diversas bibliotecas, o utilizador não tinha um acesso directo à informação que pretendia e, por outro lado, o atraso crónico na alfabetação e introdução das fichas também não permitia que o serviço funcionasse, em termos qualitativos.

Com a automatização dos procedimentos bibliográficos da Biblioteca Nacional a partir de 1987, tornou-se evidente que a melhoria que se pretendia obter com a informatização dos catálogos se devia estender ao Catálogo Colectivo, redimensionando assim a base de dados para em contexto mais vasto e relançando, ao mesmo tempo, o conceito de Catálogo Colectivo.

2. Catálogo Colectivo em cooperação aberta

Nesta perspectiva, era necessário estabelecer:

- * princípios de gestão (quem participa no projecto, como e com quê)
- * objectivos gerais do projecto (que produtos, que acesso, que futuro)
- * regras e normas biblioteconómicas e informáticas (que catalogação, que indexação, que formato, que recuperação)

Vice-Presidente da Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83 1751 Lisboa Codex

2.1 Princípios de gestão da PORBASE

No tocante ao primeiro aspecto - os princípios de gestão - foi decidido abrir a PORBASE à participação de todas as bibliotecas que o desejassem, fossem elas públicas ou privadas, especializadas ou gerais, universitárias ou escolares sem qualquer limitação. A adesão ao projecto foi muito entusiasta, sobretudo por parte das bibliotecas universitárias e especializadas, devido às grandes carências de uma informação rápida, pertinente e apoiada nas novas tecnologias que se fazia sentir nesses sectores.

O projecto está sempre em aberto a mais participações sendo que o aspecto como se coopera tem vindo a merecer cada vez mais atenção por parte do Órgão Coordenador da PORBASE. Repare-se que, num projecto aberto permanentemente à participação das bibliotecas e sem restrição por tipo, dimensão, natureza das colecções ou categoria de utilizadores, esta questão tem de ser equacionada de forma também ela flexível mas com princípios bem definidos.

Pensamos que a publicação em 1993 do Regulamento de Cooperação na PORBASE, em Diário da República, veio dar um peso institucional ao acto de cooperar mantendo-se, embora, os princípios de "projecto-aberto" e de "base de dados nacional" que dão força à PORBASE e a tornam única no país.

O Artº 2º do Regulamento consigna esse vector dinâmico definindo-se a PORBASE "como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as bibliotecas" assentando essa colaboração "na observância de princípios técnicos, biblioteconómicos e informáticos, comuns".

Outra questão que atrás levantámos diz respeito a Como e Com quê se faz a participação na PORBASE. Desde o seu início como Base Nacional de Dados Bibliográficos, ficou estabelecido que a linha dominante no conteúdo da Base seria a bibliografia nacional, corrente e retrospectiva, bem como a bibliografia sobre Portugal e de autores portugueses, publicada no estrangeiro. Como Catálogo Colectivo, não poderia, no entanto, a PORBASE deixar de incluir o registo da bibliografia estrangeira especializada existente nas bibliotecas portuguesas cooperantes.

Assim, pareceu lógico na organização do envio de informação que a bibliografia portuguesa fosse predominante catalogada pela Biblioteca Nacional e a bibliografia estrangeira assegurada, maioritariamente, pelas bibliotecas cooperantes. Ainda do ponto de vista organizativo, entendeu-se dever excluir os artigos de publicações em série estrangeiras mantendo-se a ideia de formar um "corpus" de fontes primárias de informação.

Passados 5 anos sobre o arranque da PORBASE parece-nos que as ideias-mestras se têm mantido, de forma estável. Em primeiro lugar, porque a PORBASE pretende ser essencialmente generalista actuando como um grande Serviço de Referência que encaminha o utilizador para as bibliotecas onde se encontra a informação pretendida. Nessa perspectiva, todas as referências bibliográficas são bemvindas e quanto mais bibliotecas cooperarem mais o Catálogo Colectivo pode responder às necessidades do utilizador, dando assim cumprimento ao segundo objectivo da PORBASE que é servir de suporte à investigação e à difusão cultural.

A pertinência da informação secundária, consubstanciada nos artigos de periódicos estrangeiros não está em causa. Qualquer biblioteca especializada reconhecerá nesses recursos bibliográficos, uma base de informação importantíssima para os seus utilizadores. A PORBASE, enquanto Base Nacional não interessa esse tipo de informação que rapidamente se desactualiza e que tem, por conseguinte, um relevo efémero. No entanto, o princípio de cooperação assenta, fundamentalmente, na constituição de bases de dados locais, regionais ou sectoriais que, essas sim, deverão preocupar-se em coligir informação pertinente aos seus fins, independentemente do tipo primário ou secundário do seu suporte. A transferência de informação das bases locais para a nacional terá de obedecer a estes critérios mais generalistas em que o peso da informação efémera seja aligeirado.

Um problema de gestão de informação que foi sentido ao longo destes 5 anos tem a ver com a forma de enviar a informação para a PORBASE. Em princípio estão estabelecidos dois métodos possíveis: directamente em linha com a base central através de protocolo X.25 ou em diferido, através do envio de disquetes formatadas de acordo com a aplicação PORBASE desenvolvida pela Biblioteca Nacional sobre o software Mini-Micro CDS/ISIS.

A promoção de ligações directas tem sido uma das nossas grandes preocupações porquanto, em linha, a informação ganha em rapidez e pertinência. Reconhecemos, no entanto, que é um processo que pressupõe algum dispêndio e que só pode ser rentável quando compensado por um volume de trabalho apreciável. A participação por disquete tem vindo a apresentar múltiplos problemas: o principal tem a ver com a desactualização da informação mas são de considerar também aspectos que se prendem com a detecção de duplicados, a necessidade de um controlo de qualidade mais fino e a perda de uma verdadeira política de partilha de recursos que deve estar subjacente à constituição de uma Base Nacional.

Como linha de actuação futura há, pois, que reforçar as ligações à PORBASE, ainda que só para consulta, a fim de que

nos sejam enviados apenas os registos bibliográficos adequados e reforçar o aspecto descentralizador que esta cooperação deverá ter. Referimo-nos à organização prévia dos cooperantes, por tipo de instituição, por tipo de colecções, por área geográfica, etc. Sem a existência de entendimentos de cooperação a nível local, regional ou sectorial é muito problemático manter uma boa cooperação a nível nacional.

2.2. Objectivos gerais do projecto

Cabe-nos aqui fazer também um balanço dos objectivos gerais do projecto PORBASE ainda que, de certo modo, dois deles tenham sido abordados no ponto anterior:

- a constituição e manutenção do Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas
- o suporte à investigação e à difusão cultural

O terceiro objectivo pretende fomentar o empréstimo interbibliotecas e políticas de aquisições que visem uma optimização de recursos e a dinamização da leitura. Efectivamente, um Catálogo Colectivo disponível em linha, com acesso gratuito, actualizado todos os dias com os dados fornecidos por mais de 90 bibliotecas, parece ser o instrumento preferencial para o desenvolvimento de uma política nacional de empréstimo interbibliotecas e para uma política concertada de aquisições. Só assim, a PORBASE adquire um verdadeiro estatuto de Serviço de Utilidade Bibliográfica proporcionando uma mais-valia saldável não só na melhoria de acesso a mais e melhor informação, por parte dos utilizadores das bibliotecas mas também na melhoria de prestação de outros serviços, menos directamente visíveis, a esses mesmos utilizadores. Conhecer os recursos bibliográficos disponíveis num universo apreciável de bibliotecas, conduz directamente o gestor ao encaminhamento correcto de um pedido do utilizador que, não sendo possível satisfazer no momento, pode ser satisfeito por intermédio do empréstimo.

Por sua vez, ao ter acesso às recentes aquisições de outras bibliotecas pode o gestor interrogar-se sobre a real necessidade de comprar determinada obra quando a sabe disponível noutro serviço. Num tempo particularmente delicado para os serviços de informação, estes dois aspectos são fundamentais para uma gestão mais corrente dos recursos disponíveis, constituindo importantes desafios para a cooperação entre bibliotecas.

A rentabilização da PORBASE passa por nos sabermos organizar e perspectivar os nossos serviços para uma verdadeira cooperação. Como Serviço de Utilidade Bibliográfica há, no entanto, um outro desafio que se coloca e que tem a ver com a difusão da informação armazenada.

Falámos do acesso à Base e da importância de que se reveste para o cooperante. Esse é o serviço em linha. Temos tentado que não seja o único serviço prestado ainda que o possamos considerar fundamental em todo o processo da PORBASE. Há dois anos iniciámos o serviço de produção de bases de dados "standard" e "por perfil".

Enquanto instituição coordenadora do Depósito Legal e no seu papel de Agência Bibliográfica Nacional, cumpre à Biblioteca Nacional a difusão do património bibliográfico português. É nessa perspectiva que, desde 1935, se publica o Boletim de Bibliografia Portuguesa. As bases de dados BiB lançadas em 1991 contém informação sobre monografias e séries editadas em 1989 e a sua edição é, actualmente trimestral.

Neste momento, vai ser posta à venda a base de dados relativa ao último trimestre de 1993.

É uma forma de difusão do que se publica em Portugal, ao mesmo tempo que permite às bibliotecas copiarem os registos para a sua própria base, evitando assim catalogar e indexar. Permite também instalar toda a BiB na base de dados local proporcionando, como numa obra de referência tipo CD-ROM, o acesso a um vasto conjunto de informação.

Quanto às bases de dados por perfil, conforme o nome indicam são conjuntos de registos bibliográficos organizados de acordo com critérios de pesquisa pré-definidos que correspondem aos objectivos das bibliotecas utilizadoras. Podem consistir em pedidos simples tais como a bibliografia de um autor ou os registos sobre determinado assunto, ou podem combinar um conjunto mais alargado de critérios compreendendo outros tipos de elementos presentes nos registos UNIMARC como data, língua ou país de publicação, traduções, teses, qualquer tipo material de documentos, etc.

Na actualidade vamos lançar as INFOBiBs que terão as mesmas características "standard" ou "por perfil" mas num suporte diferente. Os registos eram exportados de acordo com a norma ISO 2709 para instalação em sistemas informáticos, nomeadamente o CDS/ISIS, capazes de ler e processar a informação. Os produtos INFOBiB são para o utilizador final, ou seja, funcionam em disquete como uma base de dados em CD-ROM, dispendo de um interface amigável e podem de ser instalados em qualquer PC.

Julgamos ser mais um modo de divulgar a PORBASE e de permitir um acesso mais amplo e descentralizado.

2.3 Regras e normas biblioteconómicas e informáticas

Deixámos para o fim a trave-mestra do projecto PORBASE e que é a Normalização. A verdade é que, sem todo um trabalho prévio de Normalização não haveria resultados positivos neste projecto. A Normalização, neste caso apoiada nas vertentes biblioteconómica e informática permitiu e permite o êxito dos produtos e a qualidade da Base. Foi fundamental em todo o processo, a escolha e implementação do formato UNIMARC que actuou como formato nacional, uniformizando e compatibilizando os procedimentos bibliográficos das bibliotecas envolvidas, e proporcionando, quase desde o início, a exportação de registos portugueses para bases de dados estrangeiras bem como a participação em projectos de cooperação internacionais, nomeadamente a nível europeu.

No que respeita à informática tem havido particular atenção às normas ISO e aos protocolos de comunicação para que a exportação de informação se faça nas melhores condições de compatibilidade e, no caso dos protocolos, para que não se perca o "combóio" dos últimos desenvolvimentos tecnológicos sobretudo ao nível das redes.

Este é um aspecto que no futuro muito próximo nos poderá trazer grandes benefícios. O desafio para já é o acesso da PORBASE à Internet que se irá desenvolvendo de forma faseada, começando para já com a disponibilização da PORBASE na rede Internet a fim de se caminhar, a pouco e pouco para uma verdadeira Rede Bibliográfica Nacional, de acesso mais flexível e alargado.

3. Características da cooperação na PORBASE

Vistos os aspectos de gestão da PORBASE que nos pareceram fundamentais, por constituírem importantes desafios ao processo de cooperação, vamos analisar a PORBASE em termos de conteúdo e de tipologia de cooperação a fim de melhor a caracterizar.

No Quadro I relativo ao Desenvolvimento Anual, verificámos que o período de arranque em 1988-89 significa 41% dos dados disponíveis, o que facilmente se explica pela acumulação de registos desde 1987 e pelo Programa de Conversão Retrospectiva que funcionou com uma larga equipa na Biblioteca Nacional precisamente nesse período. Depois de um ano de 1990 de crescimento modesto há uma recuperação em 1991, alguma retração em 1992, sobretudo devida à reestruturação da Biblioteca Nacional e à necessidade de

revisão do processo de integração de registos. O ano de 1993 salda-se, no entanto, por um crescimento apreciável que esperamos se mantenha estando actualmente disponíveis mais de meio milhão de registos bibliográficos.

No Quadro II - Distribuição por Assuntos, é importante realçar a variedade de temas que são pesquisáveis na PORBASE, fruto obviamente da diversidade de bibliotecas cooperantes. De notar que o bloco constituído pelas Ciências Aplicadas, Medicina e Tecnologia surge com 12,3% em igualdade com a Filosofia e Psicologia e não muito diferente das Ciências Sociais.

Na Distribuição por Tipo de Material que constitui o Quadro III verificamos que 90% das referências bibliográficas dizem respeito a Monografias. Os documentos impressos estão, aliás, em maioria absoluta.

A tendência nacional da PORBASE fica documentada no Quadro IV e no Quadro V, relativos respectivamente à Distribuição por língua e por país de publicação. A língua inglesa é a segunda, se bem que não muito distante da francesa, tendência que a distribuição por países vem corroborar.

Quanto à data de publicação que constitui o Quadro VI verificamos que a documentação mais moderna é a que predomina na PORBASE, sendo o núcleo bibliográfico retrospectivo, do século XVI ao XIX apenas 8% do total. Convém assinalar que a recuperação progressiva de fundos antigos na Biblioteca Nacional e noutras bibliotecas de investigação poderá alterar futuramente estes valores.

Quanto à comunidade de cooperantes, podemos caracterizá-la como predominante da Zona da Grande Lisboa, seguida pelo Centro e pelo Norte. Outro núcleo de cooperantes com importância situa-se no Sul, devendo-se no entanto alertar para que estes são valores absolutos não têm em conta o número de bibliotecas das zonas versus o número de bibliotecas cooperantes. Se assim fosse, a leitura tornar-se-ia muito diversa se não mesmo, nalguns casos, contraditória.

A tipologia dos cooperantes incide em primeiro lugar nas bibliotecas especializadas do sector público ou serviços de documentação seguidas das bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas do sector privado, públicas, escolares e outras.

Como se vê, a PORBASE representa um repositório de informação especializada, a mais variada e conseqüentemente, pode e deve prestar um apoio fundamental à informação, cultural, científica e tecnológica.

4. CONCLUSÃO

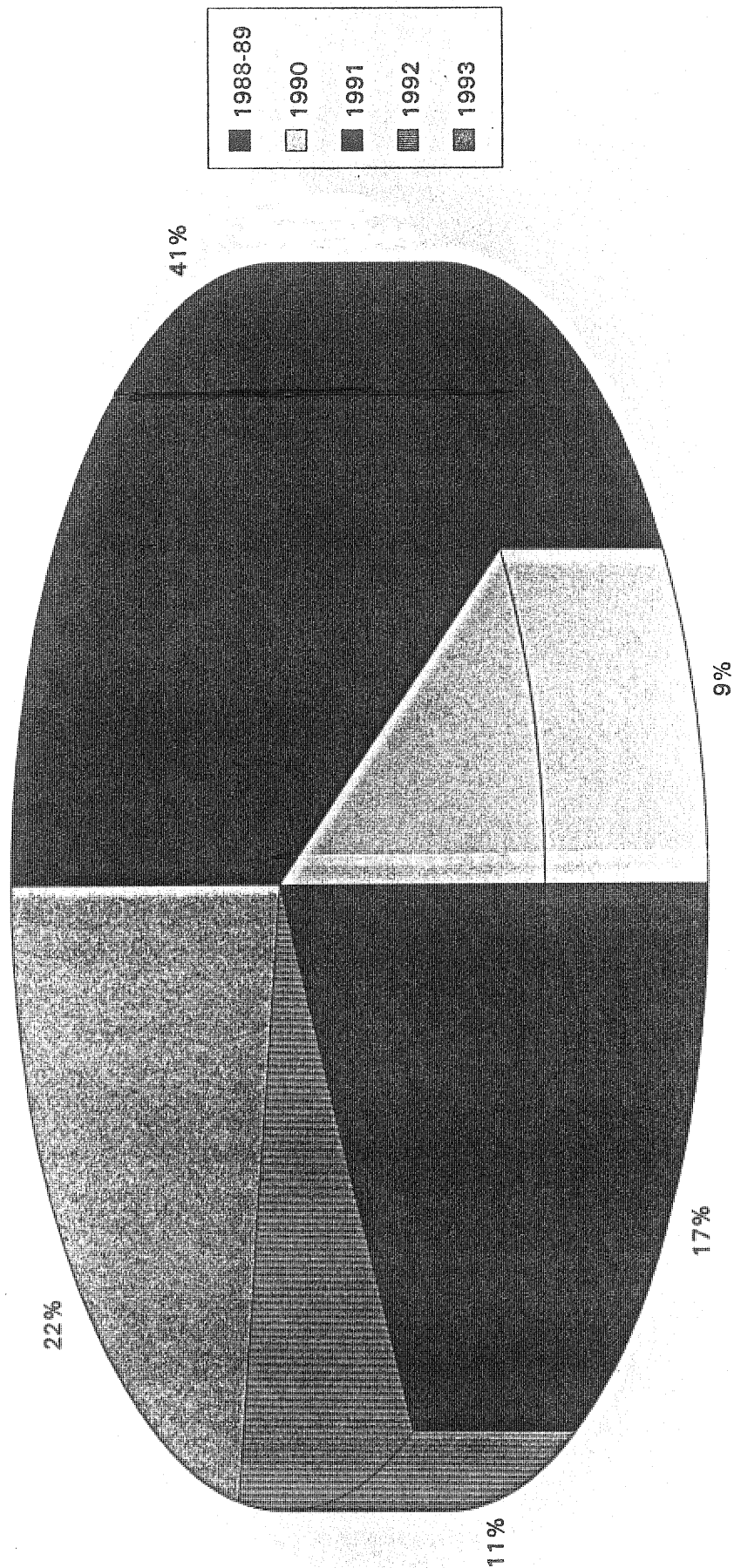
Estes 5 anos de experiência de cooperação em informação pretendem ser, por conseguinte, um balanço do que está feito numa perspectiva do que há para fazer. A PORBASE, com mais de 500 000 registos, 92 bibliotecas cooperantes e um crescimento regular de informação corrente e retrospectiva, não é um "dinossauro" sagrado que se olha com admiração mas com distanciamento, como uma realidade ultrapassada. Pelo contrário: a dinâmica do seu constante crescimento é também a dinâmica do seu aperfeiçoamento face aos novos desafios tecnológicos e organizacionais.

Na tecnologia há que saber escolher e saber optar para que a melhoria no acesso à informação se verifique. Na organização há que consolidar o sentido cooperativo da PORBASE mantendo em equilíbrio as suas funções de Base Nacional com as funções das bases locais, regionais e sectoriais.

Os desafios à cooperação neste fim de século são muitos, no que toca à gestão da informação. Saber aproveitar os momentos dinamizando esta experiência única de cooperação que é a PORBASE são as grandes linhas para o futuro das bibliotecas portuguesas.

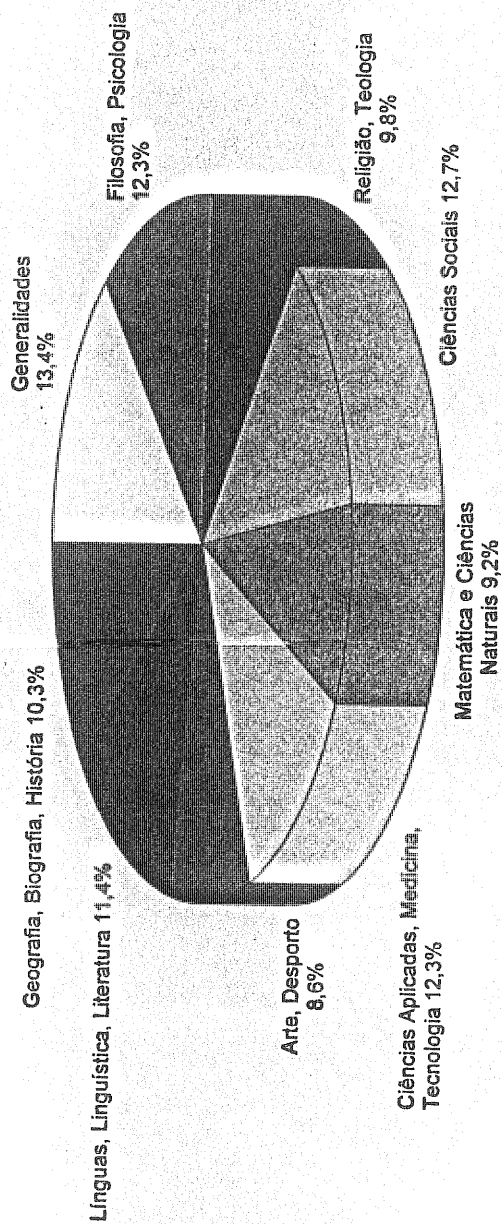
Conteúdo da Base de Dados - (1989 - 1993)

Quadro I - Desenvolvimento anual

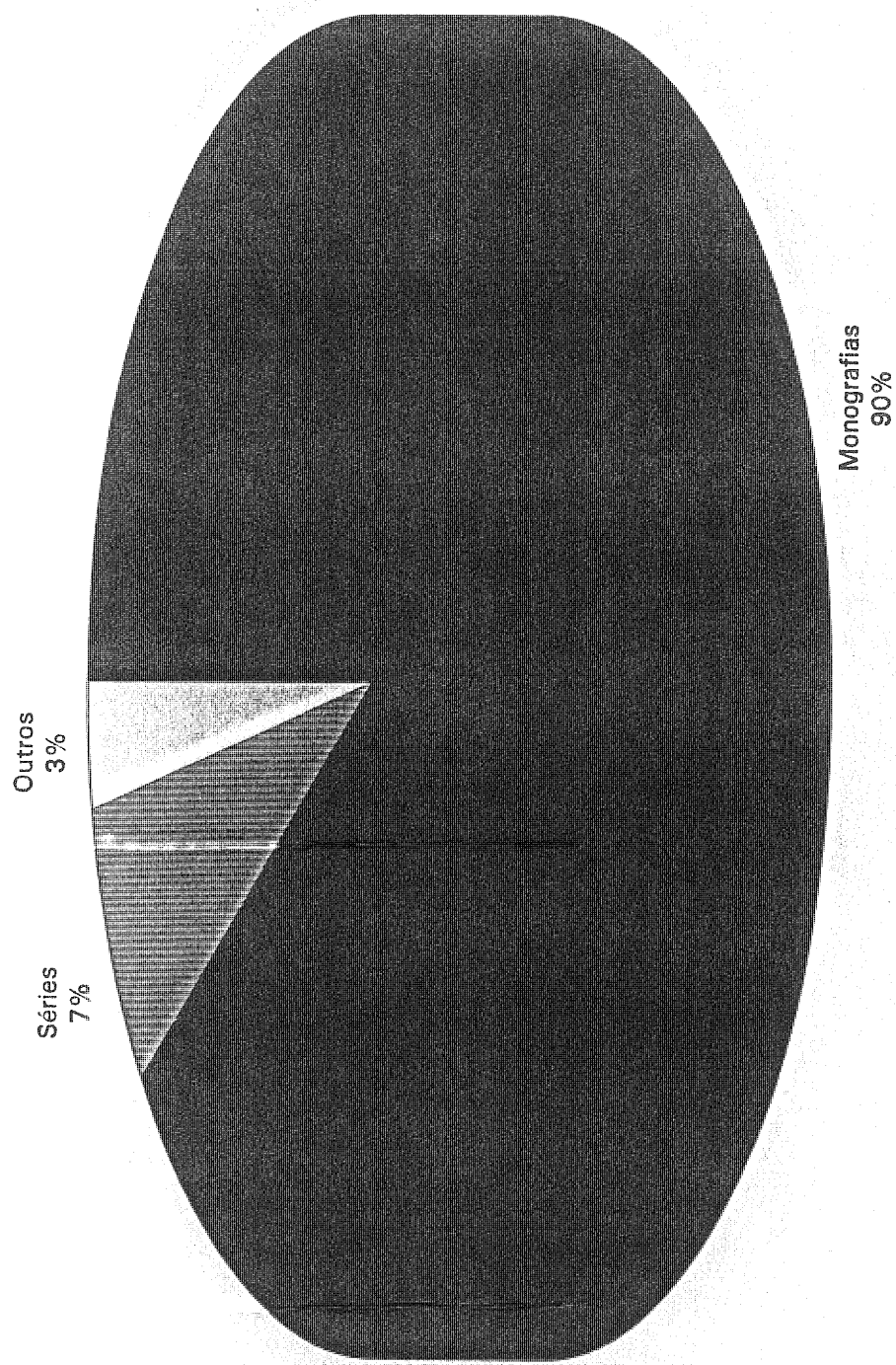


Conteúdo da Base de Dados - Dez. 1993

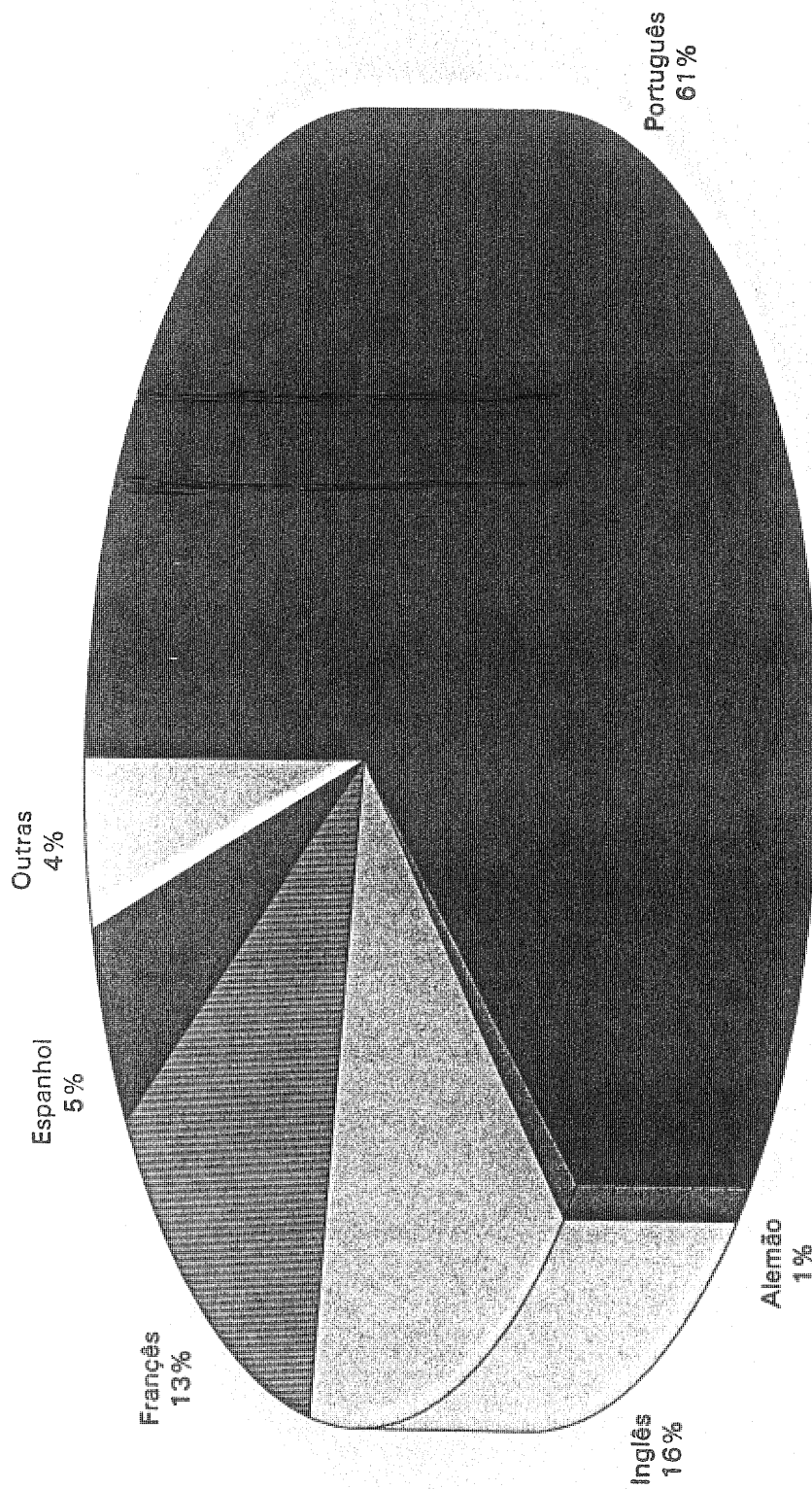
Quadro II - Distribuição por Assuntos



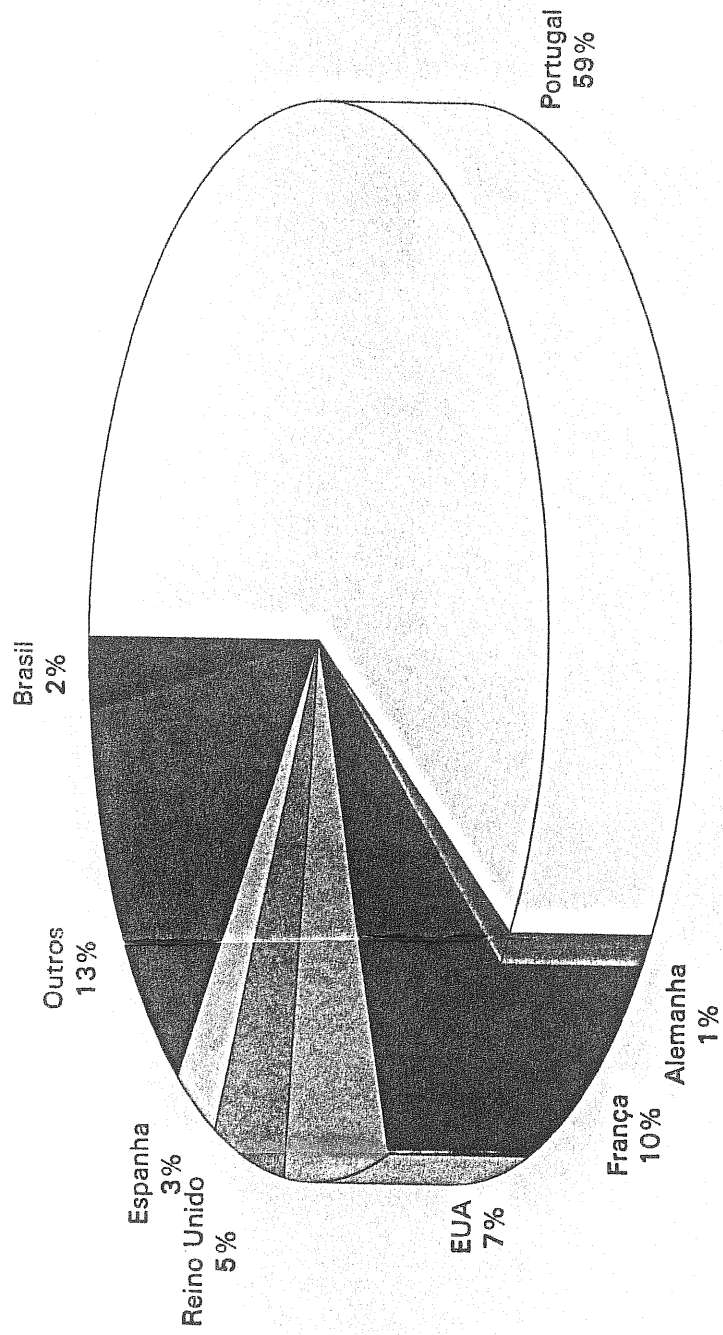
Conteúdo da Base de Dados - Dez. 1993
Quadro III - *Distribuição por tipo de material*



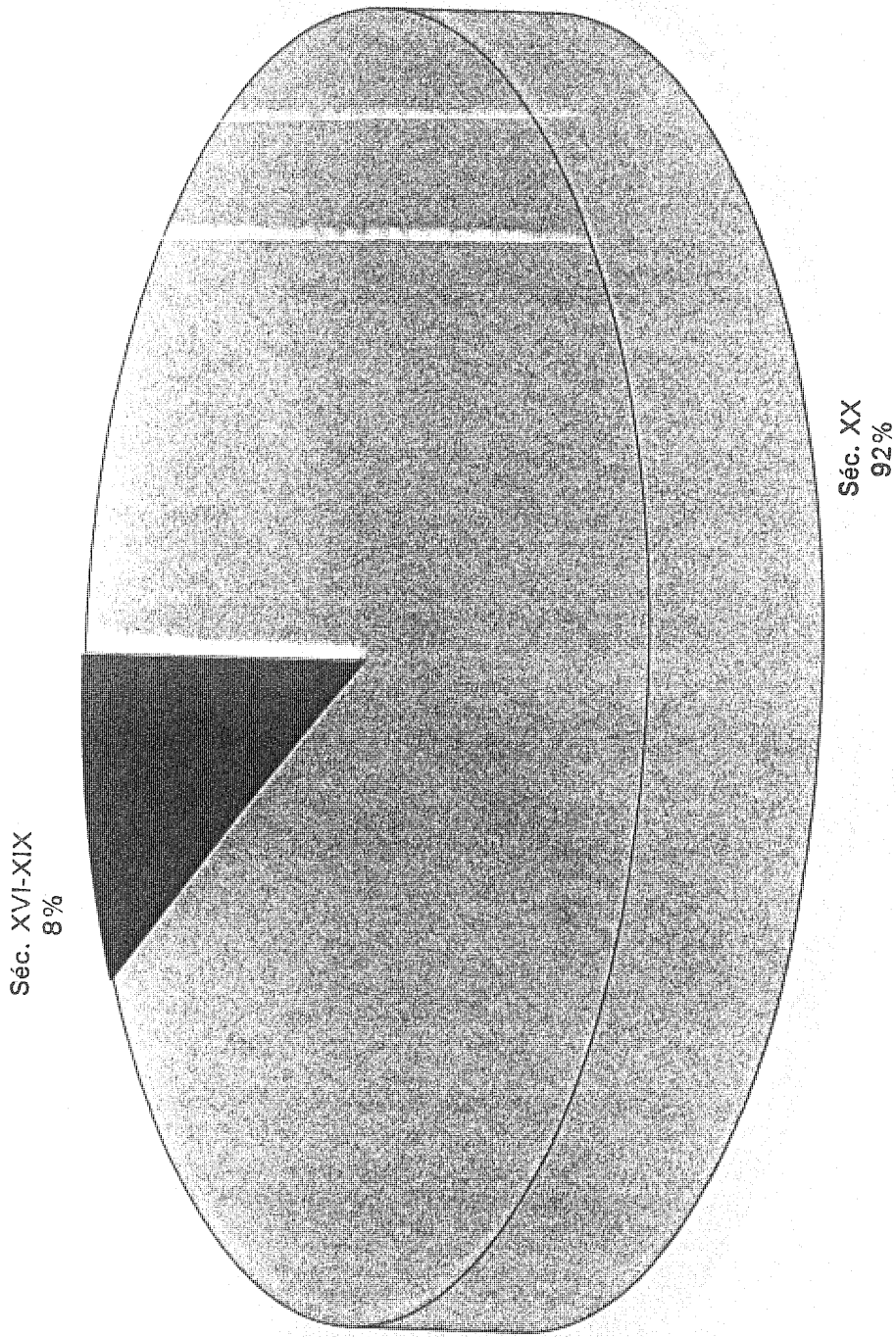
Conteúdo da Base de Dados - Dez. 1993
Quadro IV - Distribuição por língua de publicação



Conteúdo da Base de Dados - Dez. 1993
Quadro V - Distribuição por país de publicação



Conteúdo da Base de Dados - Dez. 1993
Quadro VI - Distribuição por data de publicação



O impacto do conceito de redes de conectividade e cooperação na transferência da informação nos meios acadêmicos

Celia Ribeiro Zaher, Diretora da BIREME/OPAS/OMS

Introdução

O ponto crucial de discussão na década de 70 revolve em torno dos conceitos de que informação era poder, acrescido da percepção de que o mundo era uma aldeia global e que era urgente diminuir a defasagem de informação entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento, tendo como pano de fundo idéias tais como; a necessidade de melhorar o dialogo Norte-Sul; o debate político da transferência direta de tecnologia versus a adaptação tecnológica com vistas às necessidades locais, e o direito à independência de escolha em contrapartida à síndrome do colonialismo intelectual.

Será que podemos dizer que houve muitas mudanças nas últimas décadas? É verdade que novas tecnologias aparecem diariamente e a defasagem na introdução dessas tecnologias nos países em desenvolvimento tem diminuído. No entanto, as descobertas e os avanços em equipamentos, somado ao sólido conhecimento nos campos da informação e da comunicação existente no mundo desenvolvido permanece exclusivo e torna impossível, para outras sociedades crescer em paralelo e no mesmo ritmo das sociedades conscientes da era da informação.

É verdade que alguns países já reconhecem que a excelência caminha de mãos dadas com o desenvolvimento econômico e que atividades improdutivas devem ser descartadas, sendo esse o segredo de seu sucesso e competitividade. Outros, não acharam ainda essa fórmula e estão perdendo mercado e oportunidades de crescimento e independência.

Quais são os atuais fatores de mudança?

O inventário do trajeto da informação no século XX cresce exponencialmente, requerendo mudanças significativas nas bibliotecas acadêmicas e no trabalho dos bibliotecários acadêmicos e do próprio corpo docente.

No campo da informação, os sistemas tradicionais de informação, as estruturas das bibliotecas e seu pessoal são, muitas vezes, um obstáculo à mudança e em consequência o progresso pode ser um processo lento e doloroso.

A crescente importância da informação em nossa sociedade, e da tecnologia atualmente disponível para acessar essa informação, oferece aos bibliotecários uma oportunidade, sem precedentes, de ter um papel de liderança nas instituições acadêmicas. Não obstante, paralelo ao crescimento da demanda de serviços, encontra-se o declínio dos recursos, confrontando bibliotecários acadêmicos de hoje com o difícil paradoxo de que, embora a explosão da informação continue, o ideal de adquirir toda a informação necessária aos usuários é impossível de ser alcançado.

As limitações de pessoal, espaço físico e orçamento, forçam as bibliotecas a limitar suas coleções e serviços, no momento em que o acesso à informação torna-se um elemento vital em nossa sociedade.

Os objetivos deveriam ser opostos: mais pessoal, para tratar de maneira apropriada a demanda; coleções que preenchessem as necessidades básicas do corpo docente: estudantes com programas de treinamento que possibilitassem capacitá-los de maneira que suas incursões no campo da informação científica fossem agradáveis e compensadoras; aplicação de nova tecnologia, que tornasse mais eficiente suas rotinas de trabalho. Tudo, aplicado de maneira a evitar tensões entre pessoal e usuários resultante da falta de capacidade das infra-estruturas organizacionais.

É importante, por razões filosóficas, políticas e de gestão, que os ideais da biblioteca acadêmica sejam compartilhados e de responsabilidade da organização mãe - a Universidade ou a Faculdade.

Com a ampliação do papel da informação em nossa sociedade e da expansão em nossas universidades, os administradores universitários pressionam e pressionarão cada vez mais as bibliotecas para que respondam corretamente às demandas. Surgem novas demandas de serviços automatizados, supervisão de laboratórios de treinamento, apoio aos programas de pesquisa e resposta às solicitações da população estudantil e do corpo docente. No entanto, em alguns casos, essas mudanças não são ainda claramente reconhecidas por bibliotecários, administradores e legisladores e apenas começam a ser percebidas pelos usuários das bibliotecas.

É evidente, que nenhuma biblioteca individualmente poderá cobrir o vasto campo da informação mundial do dia de hoje ou poderá adquiri-la. Enquanto no passado a maior preocupação era, sobre tudo, possuir grandes coleções, essa tendência foi substituída pela noção de que bibliotecas têm que tornar disponível aos usuários o acesso à informação e repartir recursos entre elas.

Essa mudança, no enfoque de trabalho e âmbito das bibliotecas, tem implicações para os bibliotecários acadêmicos e para o corpo docente e discente. A tarefa passou a ser de dar acesso à coleção da biblioteca mas, ao mesmo tempo, obter rapidamente e, de maneira confiável e em forma legível, a informação existente em outros locais e mesmo em coleções fisicamente distantes.

As bibliotecas acadêmicas devem, pois, controlar o acesso ao sempre crescente manancial de conhecimento e maximizar a sua utilidade para estudantes e pesquisadores. As limitações dos serviços bibliotecários são, a maior parte das vezes, vistas sob a perspectiva de um trabalho medíocre por parte do bibliotecário, mas podem, muitas vezes, ser ocasionadas pela falta de apoio e compreensão das autoridades superiores.

Enquanto os avanços na tecnologia da informação trouxeram maior eficiência na aquisição, preservação e gerenciamento das coleções das bibliotecas e os catálogos de fichas vão sendo substituídos por catálogos on-line, muitos dos procedimentos de processamento técnico do passado vão sendo automatizados.

Porém, o mais importante de tudo, é a mudança ocorrida no ambiente de trabalho. Essa mudança teve impacto direto no modo de se ensinar e nos processos de treinamento usados pelo corpo docente. Mudanças fundamentais devem ser feitas nos processos de instrução dos alunos, dando ênfase às experiências de aprendizagem. No desenvolvimento do processo cognitivo de um assunto específico, os estudantes poderão também apreender como utilizar novas técnicas de pesquisa eletrônica, assim como de suas amplas e potenciais aplicações. É importante notar que se ambos os grupos, de professores e de alunos, não despertarem para essa possibilidade, poderá resultar numa geração de estudantes com desvantagens educacionais graves e de professores desatualizados.

Por outro lado, o aparecimento da tecnologia eletrônica serve claramente aos requisitos de acessos da biblioteca acadêmica. As necessidades da comunidade acadêmica fazem aumentar a demanda junto aos bibliotecários universitários como mediadores do acesso à informação. Sem obter um maior reconhecimento dos administradores e sem pessoal adicional, é necessário que os bibliotecários entendam melhor os termos e conceitos que são essenciais para recuperar a informação no mundo tecnologicamente consciente de hoje.

A figura de que o bibliotecário e/ou cientista da informação eram seres enciclopédicos, responsáveis por fornecer qualquer resposta referente a livros e assuntos eruditos, já havia mudado com os anos e, o advento do computador na biblioteca, reverteu completamente esse processo.

Esses profissionais operam em um ambiente dominado mais e mais por computadores e não podem ficar satisfeitos com o mero acesso, organização, armazenagem e recuperação da informação nos seus próprios formatos. Eles são responsáveis, hoje em dia, em auxiliar na mudança de hábitos dos usuários e ensinar-lhes novos caminhos nos contextos atuais.

"O bibliotecário é o agente da mudança, através do qual as novas tecnologias não estarão apenas disponíveis para a população de usuários, como também de quem essa população poderá obter compreensão e critérios de apreciação do enorme manancial de informação, disponível através da tecnologia apropriada.

Os últimos 15 anos foram testemunhas da proliferação das inovações tecnológicas que tiveram impacto direto nas bibliotecas. Antes disso, as inovações apareceram mais em forma de novos suportes informativos tais como: microfimes (filme, ficha, cartões) capacidades de fotocópias, audio e vídeo cassetes etc.

Os problemas envolvidos eram facilmente contornáveis. Afora a aquisição e a manutenção de equipamento que utilizava novos formatos de processamento para organizar, armazenar e recuperar esses suportes eram essencialmente os mesmos para o resto da coleção da biblioteca.

As instruções para usuários não eram mais detalhadas do que como operar o equipamento apropriado, sendo o equipamento por si só uniformizado e simples de ser utilizado. A informação em qualquer suporte era fisicamente presente. As últimas inovações, por outro lado, abriram novas janelas no universo da informação mundial.

O papel do profissional da informação transformou-se no de provedor da informação para os usuários com instrumentos físicos e intelectuais, pelos quais eles podem obter acesso aos vastos depósitos de informação."⁽¹⁾

A situação requer que o bibliotecário volte a ser o centro em torno do qual revolvem os usuários e em quem podem se apoiar como elo entre as bases de dados, as facilidades de comunicação, o acesso remoto e o usuário no fim da cadeia informativa. A questão permanece: os bibliotecários estão preparados para esse novo papel? A resposta pode ser, em muitos casos - não.

"A capacidade oferecida pelos novos computadores de armazenar grandes quantidades de informação, mudou também a maneira das bibliotecas tratarem o desenvolvimento de coleções, o controle bibliográfico, o acesso e a recuperação de informação. Os avanços tecnológicos que possibilitam o acesso on line a bases de dados bibliográficas, aos catálogos de acesso público, a recuperação de informação e o potencial de armazenamento e recuperação em CD-ROM apresentam enormes vantagens tanto aos bibliotecários como à comunidade de usuários. Muito embora eles possam apresentar também um risco se a tecnologia é apresentada fisicamente (isto é, estação de trabalho com leitor de CD-ROM, etc.) sem um correto entendimento de como os programas ali contidos funcionam, incluindo a filosofia e lógica utilizadas como suporte para o gerenciamento dos dados que resultam na possibilidade de recuperação de informação relevante." (1)

É considerada uma boa fórmula para o reposicionamento bibliotecário a seguinte:

- i) suficiente conhecimento de como a tecnologia trabalha, a fim de poder avaliar se um programa está fazendo o que disse ter sido desenhado para fazer e ter capacidade para recomendar melhoramentos que são tecnologicamente possíveis;
- ii) técnica e compreensão de como desenvolver uma estratégia de busca de maneira a acessar as bases de dados disponíveis corretamente tirando delas o melhor proveito;
- iii) desenvolver técnicas de avaliação de qualidade na solicitação de informação atual para preencher as necessidades dos usuários ; e
- iv) ser capaz de ajudar usuários a digerir e assimilar, levando em conta as necessidades originais declaradas pelos usuários, e a informação que foi efetivamente recuperada (2)

A - O AMBIENTE TECNOLÓGICO

E quais são as realidades e expectativas?

Nos últimos 20 anos quatro tecnologias mudaram dramaticamente o modo de como os usuários têm acesso à informação bibliográfica. Primeiro, apareceu a pesquisa on-line de bases de dados armazenadas em computadores em locais

distantes. Inicialmente, isso era feito essencialmente através de bibliotecários mas, gradualmente, tornou-se popular a pesquisa pelo usuário final, o que foi seguido pelo acesso aos catálogos públicos on-line. Logo após, veio a oportunidade de pesquisar base de dados comerciais adquiridas pela biblioteca na forma de CD-ROM. A literatura abundante comprova o impacto e o enorme uso feito dessa tecnologia. Conferencias, periódicos inteiros e artigos foram escritos sobre o tema, no entanto, nem todas as bibliotecas acadêmicas oferecem esse serviço e a disponibilidade varia de acordo com o tipo de instituição acadêmica ou país.

- Quais são os objetivos que devem ser preenchidos?
Algumas questões necessitam respostas de maneira a entender a tecnologia que melhor funciona nas bibliotecas e para desenvolver um curriculum efetivo tanto para estudantes como para professores e bibliotecários.

Ou seja:

- 1 - Qual o nível de conhecimento de computação que os novos graduandos devem ter?
- 2 - Que sistemas os graduandos devem esperar trabalhar com mais frequência?
- 3 - Quantas bibliotecas usam CD-ROM's e redes locais?
- 4 - Estão os estudantes e o corpo docente familiarizados com pesquisa on-line?

Alguns estudos feitos em Bibliotecas Universitárias nos Estados Unidos mostra que os bibliotecários conhecem computadores e software e possuem algum conhecimento de alta tecnologia.

O progresso alcançado para chegar a um ambiente eletronicamente consciente está claramente definido se comparado com estudos feitos nas décadas passadas. Mas a existência e desenvolvimento de grande número de bibliotecas especializadas e centros de documentação poderá ainda depender da reação de educadores à tecnologia.

O acesso on-line é o maior componente entre os progressos das novas áreas tecnológicas. Nos últimos anos tornou-se lugar comum o uso de pacotes de software de comunicação, CD-ROMs, e telecomunicação para transmitir o resultado de pesquisas ao cliente. Grande número de bibliotecas, já usam catálogos automatizados, fax e rede locais de conexão.

A compreensão de como a tecnologia está sendo usada nos oferece perspectivas, não apenas de como estamos perto de alcançar objetivos utópicos, mas como devemos formular políticas para assegurar o melhor uso dos recursos.

À medida que o formato eletrônico tem maior disseminação, quer seja hiper texto ou correio eletrônico, necessitamos conscientizarmos dos recursos que estão disponíveis localmente a fim de apoiar esses esforços.

Como premissa é necessário enfatizar que o uso da biblioteca não diminuiu. Alguns serviços tais como CD-ROMs, comutação à distancia; catálogos on-line para o usuário, melhor acesso do empréstimo entre bibliotecas, têm contribuído para melhorar o uso da biblioteca pois, oferecem um serviço mais efetivo, menos dispendioso e mais rápido que responde à demanda de pedidos dos usuários e remove alguns dos obstáculos ao uso da biblioteca

Oferecer serviços bibliotecários a usuários em locais distantes sempre foi um desafio para bibliotecários da biblioteca central universitária. Algumas das vantagens de oferecer esses serviços são: aumentar a clientela da biblioteca; melhorar a produtividade organizacional; promover ou fazer marketing dos serviços da biblioteca (aproveitar-se do interesse natural do usuário por novas tecnologias); melhorar o status organizacional do centro de informações ou biblioteca central.

Estamos falando de novas tecnologias que mudam as opções de armazenagem, jornais eletrônicos, monografias eletrônicas, imagens de vídeos que são atualmente a contrapartida dos novos suportes das últimas décadas tais como filmes, microfilmes etc.

Essas novas tecnologias não dão ênfase à mudanças de suporte disponível como no passado, mas, o substituem por informação e disponibilidade de dados através dos meios eletrônicos.

i) Produtos em CD-ROM e sua utilização.

Após a introdução dos CD-ROMs (Compact Disk Read Only Memory) em 1985, os responsáveis pelos serviços de referência das bibliotecas universitárias se defrontaram não só com possibilidades excitantes como também com novos desafios à medida que as implicações dessa nova tecnologia se tornavam mais clara como um dos diversos sistemas de informação ótica que estão disponíveis, e como instrumento mais apropriado para o departamento de referência tendo em vista sua grande capacidade de armazenamento.

CD-ROMs têm sido divulgados como produtos que podem ser facilmente utilizados pelo usuário final que pode fazer sua pesquisa com um mínimo de instrução e a mais baixo custo do que os serviços on-line.

A experiência mostra que o marketing desse novo produto, quando disponível na biblioteca, nem sempre é necessário já que os usuários divulgam essa informação rapidamente.

No entanto, se o serviço é pago, é vantajoso que ele seja objeto de publicidade. Alguns estudos mostram também que o CD-ROM não ultrapassa outras mídias na sala de referência pois o conteúdo de livros de referência impressos pode ser apenas uma fatia da informação registrada em outras mídias.

Adicionalmente, o CD-ROM não é atualizado tanto quanto o sistema on-line mas isso depende do assunto coberto e ambos os sistemas algumas vezes duplicam a informação por causa da sua cobertura. Essa duplicação não pode ser evitada mas necessita ser analisada pelo usuário ou pelo bibliotecário de referência no produto final.

As barreiras apresentadas pela distância física dos usuários são considerações a serem medidas quando se trata de novas tecnologias de informação.

Há diversas modalidades de políticas de preço e cada instituição aplica de acordo com a situação financeira e a política de serviço oferecida à comunidade. Os custos podem ser estabelecidos por tempo, ou pelo produto final caso seja reproduzido em disquete ou copia impressa .

O uso de bases de dados em CD-ROM em ambiente multi-usuário requer versões especiais e ainda com um custo alto, mas ao analisar a literatura de quatro anos atrás quando todos diziam que era impossível esse uso naquela época e o quão útil poderia ser o acesso multi-usuário em rede a produtos em CD-ROM. Hoje isso já é uma realidade e os softwares refletem essa mudança que permite instalações em ambiente multi-usuário e embora alguns ainda sejam lentos em acesso multi-usuário, há evidências de que o mercado futuro pertencerá àqueles que tenham se adaptado à demanda dos usuários, não apenas de indivíduos, mas também de compradores tais como bibliotecas e empresas que necessitam reunir informações atualizadas e de fácil manuseio.

ii) Serviços on-line

Catálogos on-line ou bases de dados podem ser acessados de diversas formas e as mais correntes são:

1 - através de terminais localizados em bibliotecas por meio de telecomunicação, como é o caso de discagem de acesso das estações de trabalho individuais que não são dedicadas mas que podem ser conectadas por telefone;

2 - Em redes locais de computador como terminal virtual nesse caso a estação de trabalho é conectada a uma rede remota, que está conectada por meio de um gateway a rede do catálogo ou base de dados on-line com suficiente interoperabilidade que permita o usuário funcionar mais ou menos como se estivesse conectado diretamente ao computador principal e operando com um terminal funcionando como servidor de base de dados .

Um aspecto interessante é o efeito da entrada no mercado de base de dados em CD-ROM sobre a pesquisa on-line. Os levantamentos apresentados na reunião dos centros MEDLARS da NLM ,Washington em novembro de 92, do qual a BIREME faz parte, mostraram que houve uma diminuição do uso das bases de dados on-line em consequência da ampla divulgação do uso de leitores de CD-ROM em bibliotecas por usuários individuais. A diferença é que caso o CD-ROM não esteja na rede para multi-usuário as pessoas usarão serviços on-line porque é mais fácil e o usuário não necessita ir até sua estação de trabalho. Por outro lado, o fator preço pode ser relevante pois o acesso ao CD-ROM é preço fixo, enquanto que o custo de uma pesquisa on-line depende de diversos fatores variantes, incluindo tempo de conexão, telecomunicações (paga ou gratuita) e o número de citações impressas durante a pesquisa interativa ou não interativa.

Por esses motivos desde 1993 a BIREME oferece as duas modalidades aos seus usuários.

Embora a tecnologia CD-ROM tenha promovido uma mudança revolucionária na disponibilidade de bases de dados bibliográficas na área da Saúde, também revelou um dos problemas da região que é o acesso aos documentos originais. Condições econômicas pobres somadas ao lento desenvolvimento das coleções de publicações seriadas na área da Saúde, tornaram o serviço de intercâmbio de documentos ainda mais ineficiente, uma situação que foi agravada pelo elevado custo dos serviços de fotocópias de bibliotecas internacionais e o longo atraso de respostas devido a ineficiência das bibliotecas da Rede e dos serviços de correio. E embora o facsímile promettesse transformar-se na solução, foi descartado por ser de custo muito alto para a maioria das bibliotecas e usuários.

O estabelecimento do sistema de solicitação de fotocópias on-line na BIREME em 1989, intercambiando pedidos entre as bibliotecas da Rede ocasionou um crescimento significativo no serviço de comutação inter-bibliotecas. Atualmente, 68% dos pedidos são feitos on-line por usuários e bibliotecas de todas as regiões do país. Em adição, o acesso on-line da BIREME ao sistema DOCLINE da NLM, que registra e processa automaticamente os pedidos, contribuiu para

melhorar o atendimento de pedidos de fotocópias vindos do Brasil ou de outros países da Região. O acervo da BIREME juntamente com os acervos de 39 bibliotecas da Rede brasileira atenderam em 1993, 80% dos 130.540 pedidos (dentre os quais 70% foram atendidos com o acervo da BIREME). Por outro lado, os pedidos locais de fotocópias ultrapassaram 130.000 por ano, somando um total de mais 260.540 pedidos anuais.

iii) Redes - Finalidade de obter mais com menos - o segredo de compartilhar recursos

Canais de comunicação - Gateway de conexão em rede

A introdução de CD-ROM no serviço de referência deu também uma nova dimensão aos serviços oferecidos já que muitas vezes não havia outros serviços disponíveis além da seção de referência tradicional. Esses serviços junto com as vantagens da conexão em rede torna possível visar um público maior permitindo uma ampla disseminação que vai além da rede local e pode ser expandida regionalmente ou internacionalmente.

Por outro lado, desde que as pesquisas bibliográficas vem ampliando a informação oferecida ao usuário, que vai além do material disponível na universidade local, o serviço de comutação, conseqüentemente, se tornou uma necessidade ou seja o suprimento de cópias e de documentos referentes à pesquisa bibliográfica de interesse do usuário.

Desde que as bases de dados em CD-ROM oferecem resumos dos artigos e do material indexado na base de dados, os usuários podem ter uma primeira visão e fazer uma pré seleção antes de solicitar o texto completo do documento. Esta prática aumentou a força do conceito de rede onde recursos podem ser divididos e dá apoio ao princípio de enriquecimento dos recursos das instituições através das conexões em rede.

Essas redes em algumas universidades são em fibra óptica e dessa maneira oferecem acesso direto aos membros do corpo docente que também podem usar ou acessar bases de dados especialmente montadas nos campos específicos de interesse.

Os docentes em geral preferem acessar de suas próprias estações de trabalho ou mandar um assistente fazer o trabalho manual na biblioteca mas, raramente, querem ir até a sala de referência.

Evidentemente que o E-mail é também um elo de conexão. Hoje em dia, esforços estão sendo feitos para combinar tecnologias tais como correio eletrônico com recuperação on-line no contexto da biblioteca para solucionar os problemas de comunicação, velocidade e resposta.

Soluções foram encontradas para combinar diferentes tecnologias e usar da melhor maneira o que cada uma pode oferecer e dessa forma melhorar ambas tecnologias.

A base desse serviço é enviar notas que são armazenadas em memórias de computador de uma ou mais pessoas.

Essa atividade foi planejada essencialmente como local mas é usada hoje em dia de uma maneira generalizada para o envio de mensagens a correspondentes distantes.

Gateways entre sistemas de correio eletrônico podem ser usados de maneira que uma nota de um ou dois correspondentes que por exemplo chamemos de A possam ser transferidas através de um gateway para um sistema que chamemos de B onde será armazenado numa caixa de correio do sistema de correio eletrônico que serve ao sistema B. Essa prática pode ser estendida de maneira que essa nota viaje através de múltiplas redes intervenientes e gateways até achar a caixa de correio a que se destina - da mesma maneira que serviços postais internacionais. Isso requer normalização de protocolos entre redes. Para usar um sistema de correio eletrônico apenas três elementos são necessários: identificação do endereçado, texto da nota e identificação do remetente.

Correio eletrônico e outras facilidades de redes eletrônicas estão disponíveis na BIREME usando duas conexões com o nó da Rede Nacional de Pesquisas (RNP) em São Paulo, localizado na Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) que está ligado as redes Internet e BITNET através de um canal de satélite com os E.U.A. A primeira conexão, por razões históricas, usa um microcomputador dedicado utilizando o software de domínio público UUPC que implementa o protocolo UUCP para operar o serviço de correio eletrônico. A segunda usa uma estação SUN com sistema operacional SunOS para os serviços de correio eletrônico, acesso remoto e transferência remota de arquivos. Essa estação SUN está conectada a rede local padrão Ethernet da BIREME, que interconecta todas as estações locais de trabalho.

No Brasil, a RNP implementou uma espinha dorsal de conexões com pontos de presença nas principais capitais, complementados por conexões com os E.U.A., Europa e América Latina. É também essa conexão da RNP que é utilizada pela rede Antares (IBICT) que ao oferecer equipamentos aos diferentes postos de

serviço está permitindo uma expansão das redes no Brasil, ampliando o leque de redes como a da BIREME.

Outro projeto da OPAS em colaboração com a Universidade do Chile e a NLM é o BITNIS, um gateway que liga o mundo BITNET e as bases de dados do sistema MEDLARS da NLM. O sistema recupera as estratégias de pesquisa enviadas por BITNET e as aplica na base de dados solicitada, diretamente na NLM. O sistema opera 120 pesquisas por dia e registra 6 minutos em média de conexão por pesquisa na base de dados. O usuário pode receber os resultados em menos de 5 minutos. Este projeto foi implantado na Rede BIREME em fins de 1992 e está causando um grande impacto junto a comunidade biomédica. Utilizando a interface Grateful Med, desenvolvida pela NLM, para pesquisa o projeto OPAS/BIREME/BITNIS abre um novo canal de acesso a mais de 40 bases de dados do sistema MEDLARS. A importância deste projeto está em combinar o uso da tecnologia de correio eletrônico através de redes chegando aos computadores da NLM, e pagar por um acesso on-line local somente durante a execução da pesquisa e não por um acesso através de uma chamada internacional a longa distância.

B - COMO ESSAS TECNOLOGIAS FORAM PERCEBIDAS E ADAPTADAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO?

O colégio invisível tem sido sempre a força dos cientistas que podem se basear em fontes modernas de informação atualizada que são produzidas fora da comunidade onde trabalham e que os beneficia, mas somente ao indivíduo que detém a informação e o conhecimento adquirido. Este círculo fechado de conhecimento é extremamente prejudicial às sociedades científicas onde o ambiente não oferece à comunidade em geral novos conhecimentos de maneira permanente e oriente e ensine em como deve obter o aprimoramento individual.

O usuário moderno está mais avançado do que o próprio sistema de informação existente e obteve uma esplêndida vitória ao transformar essa força do colégio invisível usando meios eletrônicos para um diálogo que não oferece barreiras de tempo e de papel entre os pares.

Essa facilidade necessita ser canalizada e utilizada também por sistemas de informação, ou de outra maneira, o perigo é de continuar a ser elitista, alimentando o subdesenvolvimento e a dependência científica das sociedades de países com menor grau de desenvolvimento científico aos industrializados.

Esta realidade é consequência da situação de disparidade que prevalece em países em desenvolvimento e dos diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontram, que impede o oferecimento das mesmas oportunidades a todos e que não expõe automaticamente indivíduos aos instrumentos e facilidades da sociedade da era da informação, com todas as suas complexidades.

O maior problema é superar os desafios advindos da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento como:

- compatibilidade;
- seleção de prioridades;
- objetivos iguais;
- procedimentos similares;
- equidade de escolhas e oportunidades iguais.

No entanto o elemento importante é ter escolhas e não ser prejudicado por não haver nenhuma outra maneira ou oportunidade de crescimento. Muito do esforço feito para mudança é de responsabilidade de especialistas de biblioteconomia e documentação ou usuários envolvidos nessa área, em alguns casos, tem sido resultado da assistência técnica oferecida por instituições ou organizações internacionais tais como UNESCO, UNIDO, OMS e OPAS ao implantarem reformas e modernizações de programas educacionais em universidades.

Quando se fala sobre países em desenvolvimento e sistemas nos ambientes educacionais deve considerar-se as grandes disparidades de políticas e níveis de desenvolvimento existentes. Algumas regiões tem tradicionalmente dado importância à educação e à gestão moderna e dessa forma dado recursos a bibliotecas que foram contempladas com espaços apropriados coleções e pessoal mas é difícil analisar globalmente as diferentes regiões já que muitos elementos interferem e modificam a situação desde conflitos armados até crises económicas que mudam a situação mundial.

Tradicionalmente, as universidades sempre foram o único lugar onde os usuários podem encontrar publicações seriadas atualizadas e serviços bibliográficos e fotocópias sem custo. Esta política esta também sendo revista já que as bibliotecas estão tentando oferecer melhores serviços de informação, mas iniciaram a cobrança de maneira a cobrir os custos de atualizações de bases de dados, papel para fotocópia e manter a coleção atualizada e seguir o progresso tecnológico.

Nas ultimas décadas, um grande esforço foi feito para estabelecer conexão de redes entre as bibliotecas dos campus e lançar programas globais de aquisição e catalogação cooperativa, visando o melhor planejamento e menor custo.

Com advento do uso da fibra ótica nas redes e a sua introdução na maior parte dos campus universitários em todo o mundo, já se pode prever o seu uso pelas bibliotecas e para efeito de informação pelos usuários. Este novo instrumento de comunicação vai mudar, definitivamente, o modo de encarar o uso da informação e da biblioteca e muita coisa deveser adaptada nas estruturas presentes e nos comportamentos face a esse desenvolvimento.

É importante notar que a maioria de centros de documentação e bibliotecas que estão se conectando em rede estão usando as redes universitárias já existentes, o que faz a utilização mais econômica e racional.

Em muitos dos campus acadêmicos as primeiras tecnologias a serem implantadas nas bibliotecas conseguiu aglomerar grupos que trabalham em disciplinas interrelacionadas ou unidades administrativas. Isso criou novos laços entre a biblioteca, a sala de aula, os serviços responsáveis por instrução e mídia e os centros de computação. Seguramente outros laços serão criados à medida que os campus adotem sistemas de telecomunicação altamente desenvolvidos preparando-se para integrar e interagir voz, vídeo, e fontes de informação.

Devemos conscientizar-nos que as tecnologias estão mudando a maneira como funcionamos, a maneira como pensamos, e a maneira como que acessamos e manipulamos informação.

Para essa conscientização deverão ser superadas as dificuldades do usuário final:

- i) na formalização de suas necessidades informativas;
- ii) na seleção da tecnologia apropriada ou da mídia a ser usada;
- iii) e no aprendizado de como desenvolver as suas estratégias de pesquisa explorando ao máximo as potencialidades de qualquer sistema.

C - PERSPECTIVAS FUTURAS E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

i) Obstáculos a serem transpostos

Para enfrentar o mundo da informação, o usuário necessita se familiarizar com as vantagens disponíveis tanto quanto algumas sociedades necessitam ser expostas a ambientes onde os usuários devem estar familiarizados com os novos caminhos e novas facilidades.

A familiaridade das novas gerações com computadores facilita a abordagem deste assunto pela introdução, nos cursos de graduação, do ensino de estratégias de busca e elementos de seleção para pós graduandos e corpo docente. Aqui, novamente, o mundo em desenvolvimento está em desvantagem já que as bibliotecas não estão bem equipadas e seu pessoal muitas vezes não está familiarizado com as novas tecnologias.

O objetivo final é introduzir treinamento para estudantes para facilitar a pesquisa bibliográfica e os mecanismos para localizar o material necessário por acesso remoto. Estas facilidades para treinamento necessitam ser imputadas às universidades. O treinamento individual, além de consumir muito tempo, é excessivamente caro. Assim, programas de treinamento a nível acadêmico são uma resposta a isso. Podem ser acrescidos aos programas de instrução em pesquisa bibliográfica e metodologia já adotados nas universidades. A instrução em grupo tem demonstrado ser popular e atingido um grande sucesso em todos os estudos de usuários realizados sobre treinamento. Estes estudos mostram quais as instruções que se fazem necessárias:

- i) estratégia de busca;
- ii) operação Booleana;
- iii) construção de bases de dados.

Necessita-se também assistência complementar através de instruções impressas para o usuário e além disso, assistência no balcão de referência. A consequência natural das mudanças mencionadas acima é que os bibliotecários não possuem controle sobre esta informação que está sendo dada aos usuários por esses serviços. Os conhecimentos necessitam ser mudados, principalmente os referentes à estratégia de busca e ao conhecimento das possibilidades de informação e como acessá-las.

Sua maior tarefa é a de direcionar os usuários, ensiná-los a utilizar as novas tecnologias, treiná-los em como realizar suas próprias buscas e possibilitar sua independência para que possa chegar a identificar informação relevante da que não é. Por outro lado, os usuários estão desenvolvendo simpatias e antipatias no uso da tecnologia e estão excluindo aquelas estratégias que requerem preparação excessiva que facilitam e orientam. Dai, a tendência, atualmente, é utilizar as estratégias de busca "wais" ou "gopher" onde a seleção é feita à medida que se navega no sistema através de menus. Estes programas são a moda do momento.

Os preços e custos dos serviços prestados se tomam cada vez mais um assunto importante, pois os serviços de acesso à base de dados on-line necessitam ser financiados. Há uma tendência em se afirmar que os custos aumentam a diferença entre países ricos e pobres de informação mas esta

política necessita ser estudada individualmente pela instituição que a aplica, pois depende dos recursos disponíveis e da compreensão da comunidade de usuários.

ii) Desafios do futuro

A tecnologia do CD-ROM parece ser promissora, especialmente para materiais gráficos e sistemas baseados na combinação de computadores com tecnologia de imagem do vídeo disco (multi-mídia) estão se tornando uma obrigatoriedade em certas áreas.

Ainda mais, espera-se a disponibilidade de um grande conjunto, incluindo CD-ROM, correio eletrônico on-line interativo, que irá oferecer a bibliotecas e profissionais acesso tanto a base de dados bibliográficos como ao documento original. Isto pode ser feito tanto gratuitamente ou com a cobrança de taxas razoáveis e certamente irá contribuir para a melhoria do papel da informação no desenvolvimento da pesquisa e educação.

Em áreas especializadas como na área da saúde os títulos em CD-ROM disponíveis no mercado oferecem informação importante para usuários e bibliotecas, mas os seus custos são ainda altos para aquisição individual.

Os instrumentos informativos para o processo decisório podem auxiliar residentes e médicos recém formados a melhor orientar seus diagnósticos e a informação altamente atualizada contida nesses instrumentos, assim como os vídeo-discos orientados para objetivos educacionais tornaram-se parte do processo informativo e dos sistemas atualizados de recuperação de informação. O problema permanece para os países em desenvolvimento que não possuem esse tipo de material facilmente disponível e de fácil aquisição, pois haveria necessidade de que os mesmos façam parte integrante dos programas educacionais.

Por outro lado, as estações de trabalho individuais dos acadêmicos podem substituir a biblioteca mas essa assertiva, é talvez uma realidade parcial. Além disso, é necessário que se tenha todos os instrumentos e materiais disponíveis na biblioteca para toda a comunidade, e não somente aquele restrito a alguns indivíduos pois deve-se lutar contra os grupos privilegiados

Um dos aspectos importantes da biblioteca universitária moderna é ser um local onde os alunos encontram solução para seus problemas e os professores auxílio e apoio para seus trabalhos. Muitas bibliotecas e departamentos de documentação conseguiram introduzir nas últimas décadas aulas no currículo

universitário sobre metodologia de pesquisa e algumas se atualizaram com o passar dos anos, mas o que me parece importante é que esse esforço seja continuado, visando o novo papel do bibliotecário face a novas tecnologias e a atitude do usuário de hoje consciente do ambiente tecnológico em que vive e trabalha.

Mais como um exemplo o caso do esforço conjunto da BIREME como centro de informação em ciências da saúde regional e o Centro de Informática em Saúde da Escola Paulista de Medicina, em dar aulas de acesso às fontes de referência e às bases de dados aos alunos do 5o. ano de medicina dentro da carga horária acadêmica obrigatória. Esse programa iniciado em 1993 teve ótima repercussão e fez com que os alunos pudessem passar a acessar a rede CD-line instalada na BIREME com as bases de dados em CD-ROM. A independência dos alunos nessa pesquisa incentivou os pós-graduandos a participarem de um programa iniciado em janeiro de 1994 de treinamento aos pós-graduandos e de pesquisas gratuitas dos temas de suas teses. Incentivando logo após, os professores a solicitarem programas especiais com o mesmo objetivo. Em cursos semanais noturnos se está treinando o corpo discente e corpo docente da EPM e outras universidades em São Paulo.

A próxima etapa a ser iniciada é a aprendizagem com videodisco introduzindo a multimedia na biblioteca como base de diálogo com os professores e os alunos que poderá ser um instrumento para preparo de suas aulas e de seus estudos. Em algumas universidades americanas essa tecnologia já se encontra em uso nos laboratórios que a utilizam para comparar e reunir dados em suas experiências, animando textos básicos com as imagens gráficas aliadas a flexibilidade do computador que permite a integração dos elementos em dimensões e não apenas a visão unilateral do gráfico em suporte papel.

Essa experiência vai ser pioneira no Brasil na área da saúde utilizando 40,000 slides do videodisco "Slices of Life" produzido em um projeto conjunto de universidades americanas.

É nossa esperança que haja maior integração com os departamentos para uso de softwares específicos em seus campos de especialização em colaboração com a BIREME para a utilização deste grande repertório de imagens com interfaces e softwares específicos e por especialidade. Esse esforço proporciona uma nova dimensão aos serviços de atendimento aos usuários da BIREME, pois introduz novas áreas de trabalho com o campus universitário onde está localizada.

Esse programa de repensar o usuário terá também instruções em Gopher e Hipertexto disponível aos pós-graduandos no apoio ao preparo de suas bases de dados e suas teses.

Desta forma as perspectivas e propostas de trabalho para redes como a da BIREME se fundamentam em três grandes áreas:

1. Comunicação - introdução nas bibliotecas do uso de correio eletrônico, Internet, Gopher, Wais, Mosaic
2. Formação dos agentes e usuários - desenvolvimento de ferramentas para capacitação profissional, utilizando Hipertexto e multimedia
3. Aplicação de novas tecnologias - transferência eletrônica de documentos, acesso a CD-ROMs de textos completos

Finalmente, as futuras gerações só poderão ser responsabilizadas por aquilo que lhes for ensinado, tendo pais e professores a responsabilidade final de mostrar o caminho. As instituições educacionais sempre foram e permanecerão sendo a chave que abre as mentes jovens para novos horizontes - nesta nova era, em que a informação é reconhecida como elemento propulsor da sociedade moderna, e, conseqüentemente, fator revolucionário de mudança.

Alguém disse que "mudanças no formato dos suportes de conhecimento e informação já estão tendo um efeito profundo na natureza da sociedade, educação, e escolaridade; que estas mudanças tendem a aumentar e que como resultado disso a biblioteca sofrera grandes mudanças até o fim do século - tão grande que ela se tornará irreconhecível". Isto é o que se chama a sociedade da informação sem papel.

Entretanto, as bibliotecas sobreviveram por vários séculos e sua finalidade tem sido sempre preservar e disseminar o conhecimento em qualquer forma e continuarão à assim o fazer. Elas mudaram de bibliotecas a centros de documentação, a centro de informação, a centros referenciais e continuarão sempre a ser bibliotecas nas suas funções básicas acumulando e absorvendo novos métodos e novas formas.

Mas pode se concluir que todos os avanços podem levar à biblioteca eletrônica - uma teia interconectada de acervos e serviços disponíveis para todos em uma cidade, um estado, um país e uma rede regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- (01) Callahan, Diane R. The librarian as change agent in the diffusion of technological innovation. *The electronic library*, 9(1), 1991.
- (02) Miksa, F. 1987 Information access in 2011 A, D, presented at Sixty Texas Conference on Library Automation, Houston, 1987. não publicado
- (03) Gorman, Michael. The academic library in the year 2001: dream or nightmare or something in between? *The journal of academic librarianship*, 17(1):4-9, 1991.
- (04) Zaher, Celia Ribeiro. The impact of CD-ROM. IMPAG, Washington D.C., December 16-19, 1992 4p. não publicado
- (05) Canadian Centre for Occupational Health and Safety. LILACS/CD-ROM evaluation. Hamilton, August 11, 1992. 31p.
- (06) Zaher, Celia Ribeiro and Packer, Abel Laerte. Desenvolvimento da informação em saúde na região sob a perspectiva da Rede Latino-americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Primeiro Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, outubro 14-16, 1992, São Paulo, Brasil, BIREME/OPAS. 16p. não publicado

CONCLUSÕES

Face à mudança do ambiente que envolve a biblioteca, é sentida cada vez mais a necessidade de encontrar soluções inteligentes, para responder aos constantes desafios que essa mudança impõe.

- A constituição das bibliotecas em redes, funcionando de forma integrada e utilizando como forma de trabalho possível a cooperação, foi o caminho apontado.

- Existindo já em Portugal uma rede científica de comunicação de dados - RCCN, foram apresentadas as suas possibilidades, concluindo-se sobre a vantagem da sua utilização.

Assim, foi proposto que a rede RCCN fosse alargada a outros organismos, para além das bibliotecas universitárias, que hoje a podem utilizar.

- A fim de se encontrarem novas soluções que permitam aumentar a capacidade de informação, nomeadamente a constituição das bibliotecas em redes, considera-se indispensável a existência de diálogo entre os diferentes níveis de poder institucional.

Para tal, conclui-se sobre a necessidade de os técnicos da documentação fazerem uma preparação nesta área, com vista a poderem desencadear o referido diálogo.

- Foi salientada a necessidade de se estar atento à importância do "Marketing" na actividade de documentação e informação e dada a sua especificidade concluiu-se sobre a necessidade de uma formação adequada.

As intervenções, no campo do marketing, pressupõem a elaboração de um plano correctamente organizado.

- Foi constatada a necessidade de elaborar mais documentos de referência, com vista à criação da rede de informação em saúde.

- Foi sugerido que os projectos a levar a cabo para a elaboração desses documentos sejam luso-brasileiros e não apenas portugueses. Esta proposta foi aceite, ficando a APDIS de contactar a BIREME, sempre que tome alguma iniciativa nesta área.

- Foi sugerida a hipótese da inclusão, na tradução da BIREME do MESH, dos termos em português de Portugal, nos casos em que se verifiquem disparidades com os termos usados no Brasil.

- Foi alvitrada a ideia do trabalho conjunto com a BIREME na elaboração do Catálogo Colectivo, dado que esta instituição possui já um software que, entre várias possibilidades, permite fazer permutas, incluindo a de duplicados.

- Foi posta uma hipótese de colaboração futura da Porbase e APDIS com vista a disponibilizar os registos da bibliografia portuguesa de saúde para a base de dados LILACS.

As conclusões foram aprovadas por unanimidade.